

GEOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Homenagens à intelectual, Claudete de Castro Silva Vitte

ELÓI MARTINS SENHORAS
VINICIUS MODOLO TEIXEIRA
(organizadores)

2022

GEOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Homenagens à intelectual, Claudete de Castro Silva Vitte

GEOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Homenagens à intelectual, Claudete de Castro Silva Vitte

ELÓI MARTINS SENHORAS
VINICIUS MODOLO TEIXEIRA
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlynay Marques Ramos

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se9 SENHORAS, Elói Martins; TEIXEIRA, Vinicius Modolo (organizadores).

Geografia das Relações Internacionais: Homenagens à Intelectual, Claudete de Castro Silva Vitte. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 201 p.

Série: Geografia. Organizador: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-996306-1-3
https://doi.org/10.5281/zenodo.5832059

1 - Claudete de Castro Silva Vitte. 2 - Geografia. 3 - Geopolítica. 4 - Relações Internacionais
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Geografia. IV - Série

CDD – 320.12

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadaspara um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 09

CAPÍTULO 1 |
A Leitura Geográfica do Meio Internacional:
Encontro Epistemológico entre a Geografia e as Relações Internacionais 13

CAPÍTULO 2 |
A Questão Ambiental na América Latina 43

CAPÍTULO 3 |
Impactos Socioambientais da Cadeia Produtiva da Carne Bovina na América do Sul 73

CAPÍTULO 4 |
Geopolítica dos Alimentos: A Produção de Soja no Brasil, Argentina e Paraguai 97

CAPÍTULO 5 |
Espacialidades na Geografia das Relações Internacionais 131

CAPÍTULO 6 |
Diálogos entre as Relações Internacionais e a Geografia:
Integração Regional, Níveis de Análise e Escala 147

CAPÍTULO 7 |
O Mercosul e o Debate sobre a Flexibilização 165

SOBRE OS AUTORES | 193

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A construção do estado da arte em qualquer campo científico passa por diferentes trajetórias institucionais teórico-metodológicas e de poder, as quais demonstram a importância de se apreender o que é produzido, como se produz e quem produz, razão pela qual este livro foi escrito como tributo à intelectual, Claudete de Castro Silva Vitte, responsável pelo desenvolvimento vanguardista do campo de hibridação teórico-metodológica entre a Geografia e as Relações Internacionais.

Em função de uma rigorosa formação teórica e metodológica nos campos científicos de Geografia e Administração Pública, bem como de uma sólida experiência nas atividades de ensino e na pesquisa nas áreas de Geografia Urbana e Geografia Política, a doutora Claudete de Castro Silva Vitte tornou-se referência como divulgadora epistêmica de uma híbrida leitura em língua portuguesa, identificada como "Geografia das Relações Internacionais".

As contribuições como matriarca de uma convergência epistemológica entre os estudos de Geografia e de Relações Internacionais são significativas porque, além de uma rica agenda construtiva de novos conhecimentos no plano das ideias, esteve comprometida com a formação de um conjunto de jovens profissionais de iniciação científica, mestrado e doutorado que viriam a se tornar professores e pesquisadores com atuação em diferentes instituições de ensino superior no país.

Fundamentada pelo respeito a diferentes correntes teóricas e por uma posição de respeito à alteridade intelectual, a matriarca da Geografia das Relações Internacionais traz uma rica contribuição científica ao justamente romper a elitista concepção de monopólio do conhecimento dada por uma restrita *intelligentsia* brasileira ao estimular parcerias em suas pesquisas e ao adotar uma proativa

absorção de um paradigma eclético de influências teórico-metodológicas.

Em retribuição aos ricos ensinamentos, às saudáveis parcerias intelectuais e à dedicada postura ética na formação de uma comunidade de novos professores e pesquisadores comprometidos com a pluralidade do pensamento, o presente livro foi escrito de modo colaborativo por um conjunto de orientandos que vêm agradecer à doutora Claudete de Castro Silva Vitte por sua obra e pelo exemplo como profissional que explora o melhor em cada indivíduo.

Construída para estimular o espírito de reflexão e criticidade sobre a realidade internacional, esta obra é um manifesto do emergente hibridizado campo da Geografia das Relações Internacionais, manifestando, tanto a lógica material de interpretação de distintos estudos de caso, quanto a lógica ideal de homenagem à intelectual, Claudete de Castro Silva Vitte, que neste campo é pioneira e continua estimulando o diálogo com base em tradicionais e novas abordagens.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

Vinicius Modolo Teixeira

(organizadores)

CAPÍTULO 1

A Leitura Geográfica do Meio Internacional: Encontro Epistemológico entre a Geografia e as Relações Internacionais

A LEITURA GEOGRÁFICA DO MEIO INTERNACIONAL: ENCONTRO EPISTEMOLÓGICO ENTRE A GEOGRAFIA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Edilson Adão Cândido da Silva

A Geografia como ciência organizou-se ao longo do século XIX e consolidou-se durante a primeira metade do século XX. As Relações Internacionais como disciplina acadêmica iniciou percurso similar em princípios do século XX, logo após ao término da Primeira Guerra Mundial. Portanto, parte do florescimento de ambas as áreas ocorreu simultaneamente.

Dentre seus segmentos internos, em sua gênese a Geografia moldou-se por meio da temática ambiental e política; talvez Ratzel seja quem melhor expresse essa máxima por sua formação inicial nas ciências da natureza e posteriormente com seus escritos majoritariamente no âmbito das humanidades, embora esse credite toda sua devoção e mérito à Karl Ritter. No que diz respeito à Geografia Política (e à Geopolítica) Friedrich Ratzel e Halford Mackinder são os pioneiros maiores. Foi, especialmente o segundo quem primeiro abordou mais enfaticamente as relações internacionais como tema da Geografia, inicialmente com seu clássico discurso em 25 de janeiro de 1904 na Royal Geographical Society e posteriormente em 1919 quando retoma e amplia suas ideias,[1] bem antes de Edward Carr lançar as premissas básicas do realismo em seu "Vinte anos de Crise", em 1939, um marco na sistematização do campo das Relações Internacionais.

[1] The geographical pivot of history e Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction, respectivamente.

Considerando o meio internacional como parte de seu objeto de estudo, a motivação inicial que rege esse artigo parte da seguinte pergunta disparadora: qual a contribuição da geografia na leitura do sistema internacional? Logo, o objetivo que o permeia é discutir o papel da Geografia junto às demais disciplinas que se ocupam da esfera internacional e, consequentemente, buscar uma sintonia e analogia da Geografia com a disciplina coirmã, Relações Internacionais. Posto o objetivo do encontro epistêmico das duas áreas, o caminho será por meio de uma revisão bibliográfica que aborde, não só o objeto de estudo de cada disciplina, mas, essencialmente as categorias de análise. Para tanto, recorremos a um resgate bibliográfico sobre o tema pautado pelo método histórico como embasamento metodológico para tal reflexão e ancorado na dimensão geográfica da Geografia Política e na História das Relações Internacionais como dimensão das RI.

Na primeira parte do artigo discutimos as relações de poder entre os Estados a partir de uma leitura geográfica sobre a constituição do sistema internacional, moldado fortemente por uma perspectiva realista das relações internacionais. Entendendo que a penetração da Geografia na análise das relações internacionais se faz primordialmente pela geopolítica, em seguida o artigo trilha exatamente esse caminho: o da interrelação entre os três segmentos. Nesse momento do texto abordamos o paradigmático debate acerca da nebulosa conceituação de "geopolítica", muitas vezes marcado por forte dissenso. Na parte conclusiva constatamos a proeminência de um rico e vasto campo de estudos em que se mostra forte intersecção entre Geografia e Relações Internacionais enfatizando a contribuição da análise espacial nas relações de poder mundial, um sulco geográfico da política internacional.

A GEOGRAFIA POLÍTICA DO SISTEMA INTERNACIONAL

Como se sabe, o campo das relações internacionais é objeto de estudo de algumas ciências, a Geografia dentre elas. Vislumbra-se nessa seara, inclusive, um embrionário subcampo recentemente designado por alguns como *Geografia das relações Internacionais*. Pretendemos nesse trabalho contribuir com essa discussão, partindo do pressuposto que o meio internacional é objeto de estudo da Geografia como preconizado epistemologicamente por Milton Santos:

> O papel atribuído à geografia e a possibilidade de uma intervenção válida dos geógrafos no processo de transformação da sociedade são interdependentes e decorrem da maneira como conceituamos a disciplina e seu objeto. (...) A riqueza da geografia como província do saber reside, justamente, no fato de que podemos pensar, a um só tempo, os objetos (a materialidade) e as ações (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos com os movimentos da história. As demais ciências humanas não dominam esse rico veio epistemológico (SANTOS *et al.*, 2000, p. 1).

O laboratório da Geografia sempre foi o mundo, um mundo que contém o território vivido e usado e em constante mutação. O último movimento dessa metamorfose constante na história política da humanidade se deu no último quartel do século XX com o advento da globalização preconizada por Keohane e Nye ainda nos anos 1970. A globalização trouxe o internacional para o cotidiano do

cidadão como nunca visto e a partir da década de 1990 esse processo só se intensificou.

Dentre as ciências humanas a Geografia foi das quem mais se ocupou dos estudos sobre tal fenômeno e mutuamente a globalização impactou sobremaneira as diretrizes da Geografia. E a penetração da disciplina no redimensionamento da leitura espacial do mundo fez-se, nitidamente, pela geopolítica, ferramenta da Geografia Política. Nesse contexto, considera-se como marco desse movimento o clássico texto da professora Bertha Becker em 1988 que reincorporaria a geopolítica como discussão acadêmica, "A Geografia e o resgate da geopolítica", e que lançou as bases de muito do que seria discutido na década seguinte. Becker foi visionária do momento presente; o texto a seguir, escrito há mais de trinta anos, poderia perfeitamente ter sido produzido para os dias atuais. Nele, percebe-se uma perspectiva da categoria território como algo dinâmico, distante da visão ultrapassada que lê o território como objeto estático:

> A questão tecnológica é a questão crucial e o enigma de nosso tempo. A Geopolítica torna-se incompreensível sem a consideração da moldagem do planeta pelo vetor científico-tecnológico moderno. Como se imbrica ele com as estruturas globais do poder? Como afeta a natureza e o destino do Estado? E como as estratégias espaciais são instrumento e condição das novas relações de poder? Por um lado, o domínio da tecnologia pelas corporações econômico-financeiras transnacionais põe em xeque o poder do Estado; por outro lado, ela revive a questão nacional relacionada à guerra, na medida em que há evidência da emergência de uma ordem mundial militarizada vinculada à decisão de gastos governamentais, dos Estados-Nação, com considerações estratégicas próprias não como atores isolados e, sim, como partes de um sistema

> interdependente de Estados-Nação. (...) As sociedades territorialmente localizadas perdem autonomia em face dos atores da escala mundial que agem segundo uma lógica global (BECKER, 1988, p. 101-102).

O conjunto de Estados, parte do sistema internacional contemporâneo – a outra são os organismos internacionais e as grandes corporações – é organizado em territórios e delimitado por fronteiras, dois conceitos geográficos que permeiam essa temática; fronteira vista na perspectiva ratzeliana como "franja periférica do território", portanto, nele contido. Nos territórios os Estados exercem sua soberania e assim convivem e, no limite, não obedecem à nenhuma instância máxima de poder (nem à ONU). Ou seja, no âmbito externo às fronteiras estatais não existe uma instância que detenha o monopólio do poder mundial, uma voz única que se sobreponha ao sistema. Não havendo essa entidade soberana de comando no sistema, os Estados se veem obrigados a buscar uma coexistência pacífica. No entanto, quando não alcançada se chega a indesejada guerra, fato cada vez mais raro em dias atuais, como se sabe. É esse dilema que levou a inúmeros estudos sobre a compreensão do sistema internacional, seja na perspectiva realista, seja na teoria da interdependência complexa (ou neoliberal), para ficarmos apenas em duas das principais escolas de pensamento das RI.

Candidata-se nesse contexto uma Geografia para analisar as relações internacionais que se volta para a observação desse espectro internacional e pautada por um de seus instrumentos, a geopolítica. Para isso recorre ao necessário campo interdisciplinar indissociável às ciências humanas. Um dos caminhos possíveis para o estudo das relações internacionais é por meio do Estado territorial, perspectiva aberta por Ratzel em fins do século XIX. A atual concepção de Estado moderno tem origem entre os séculos XVI e XVII e seu palco

de florescimento é a Europa quando surgiram as primeiras experiências estatais que representavam um povo específico ou um conjunto de povos sob o mesmo soberano e sobre um território delimitado. Uma longeva crise da economia e da sociedade europeias ao longo dos séculos XIV e XV delimitaram as dificuldades do modo de produção feudal no último período da idade média oferecendo as condições para uma reviravolta histórica, como acentua o historiador marxista Perry Anderson (1985).

Esses novos atores passam a manter contato entre si aumentando suas relações. Em 1648 ocorre evento decisivo para a história do Estado moderno: a assinatura do Tratado de Westphália (ou Paz de Westphália), dando início ao sistema interestatal que surgia a partir dali, simultaneamente ao enfraquecimento da igreja e de vastos impérios. Uma nova configuração espacial do poder político se organizava na Europa e que posteriormente se alastraria para outras partes do mundo. Era o Estado territorial que mais tarde seria teorizado por Friedrich Ratzel quem ganhava corpo, um novo tipo de Estado que substituía as experiências anteriores, o protótipo do Estado moderno e que demarcaria seus limites, estabelecendo franjas fronteiriças aos seus domínios: um Estado, um povo, um território e um governo conformavam a nova realidade política a partir do século XVII. Popularmente isso passou a ser chamado de "país".

É essa configuração de Estados e de poder cujo sistema político instituiu-se e somente seria questionado a partir do advento da corrente neoliberal das Relações Internacionais; questionada, mas não necessariamente revista. E o sistema internacional contemporâneo ainda é motivo de debate no seio da disciplina Teoria das Relações Internacionais. Contudo, apesar de inegável que a agenda internacional desse presente século XXI seja marcada por profunda interdependência dos atores do sistema e dos lugares, a tensão entre Estados fortes segue ditando normas. Surge daí a

necessidade da leitura dos trabalhos de John Mearsheimer que recoloca o realismo numa nova dimensão com seu realismo ofensivo, mas com o velho tom hobbesiano e conflitivo, (e torna-se ao lado de Kenneth Waltz o autor mais influente da nova geração realista). Para ele, em que pese todas as transformações trazidas pelo pós Guerra-Fria, é, sim, o poder militar quem em última análise dita os passos das grandes potências no circuito internacional:

> Os Estados podem cooperar, embora a cooperação seja por vezes difícil de alcançar e sempre difícil de manter. No fim de contas, as grandes potências habitam um mundo fundamentalmente competitivo, encarando-se entre si como inimigos reais, ou pelo menos potenciais, e consequentemente procuram conquistar poder umas às outras (MEARSHEIMER, 2007, p. 63).

Após os episódios de Westphália, o Estado se se consolida na Revolução Francesa já como Estado-nação. No entanto, sob a perspectiva de Hobsbawm, a nação não é a razão de ser do Estado, mas sim, o oposto: são os Estados quem contém as nações (HOBSSBAWM, 1991). Torna-se, então, o Estado o organismo político máximo de uma sociedade, a base de qualquer organização social e nos dias atuais, a ampla maioria das sociedades está organizada em torno de um deles. Por sua vez, como ensinou Aron, Estados são unidades políticas, territoriais e autônomas que congregam praticamente todos os 7,5 bilhões de habitantes do mundo contemporâneo. O Estado tem o monopólio do poder político no âmbito interno de suas fronteiras, pois é a autoridade máxima de uma entidade soberana. Mas as coisas mudam de figura quando saímos do âmbito doméstico para o internacional.

Os geógrafos espanhóis Joan Font e Joan Rufí produziram competente trabalho nessa seara. Sua obra permeia com maestria as temáticas aqui abordadas, perpassando por uma leitura geográfica das relações internacionais e da geopolítica. Para tamanho empreendimento dedicam-se particularmente a uma seção sobre o Estado: e a Geografia precisa produzir sua leitura própria de Estado. Para eles, esse instituto configura-se como conceito polissêmico, portanto, passível de distintas leituras e possibilidades:

> Estado é sem dúvida uma palavra polissêmica, e por isso um conceito que apresenta uma diversidade de interpretações. Há exemplos cotidianos do uso de seus múltiplos significados: para alguns é o sentido estritamente administrativo que conta; para outros, Estado é sinônimo de pátria ou território. De outro ponto de vista, exista quem o veja como um aparelho estritamente de repressão; e quem o aprecie, pelo contrário, pelo seu papel de garantidor da liberdade (FONT; RUFÍ, 2006, p. 99).

Dentro dessa visão, trabalham com quatro acepções básicas: o Estado como nação; o Estado como território; o Estado como agente administrativo; Estado como poder (IBID, 2006). Os autores baseiam-se nos clássicos da teoria política para extrair seu conceito de Estado, especialmente os filósofos italianos Gramsci e Bobbio.

Fazemo-nos valer de Font e Rufí como menção da leitura geográfica de Estado que nessa disciplina tem forte conotação territorial, a partir da leitura social do conceito de território dinâmico e não aquele conceito paralítico de uma Geografia Política estática que alguns historiadores da geopolítica, por não conhecerem a teoria do território, advogaram no afã de uma disputa disciplinar pela arte/doutrina/disciplina "geopolítica". Eles não conhecem a

percepção de território vivido, de território usado. Território para eles é uma base física imutável e inerte, daí o erro.

Nesse sentido, há ao menos cinco valores básicos e imprescindíveis que o Estado deve defender e garantir: ordem, segurança, liberdade, justiça e bem-estar. Via de regra, a sociedade espera que o Estado cumpra sua função de assegurar a segurança interna e externa. Internamente, o Estado deve impor leis garantidoras da segurança, pois, senão, pode ocorrer a barbárie. No plano exterior, vivemos em um mundo formado por Estados armados, consequentemente, sob risco de eventual ameaça externa. A maioria dos países apresenta comportamento pacífico e amigável no sentido de coexistência perante os demais, mas o passado e o presente estão repletos de exemplos no sentido oposto. Assim, o Estado é, em última instância, o garantidor para o exercício do poder interno e externo, logo, das fronteiras. Eis a razão da presente reflexão desse artigo que visa contribuir para uma leitura geográfica do sistema internacional contemporâneo.

GEOGRAFIA, GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No esteio temático desse ensaio que busca discutir tal interface, há de se mencionar que, configura-se nos anos correntes um esforço epistêmico para a construção de um subcampo da Geografia, a Geografia das relações internacionais, cujo debate é se se trata efetivamente de um novo subcampo ou se um segmento intrínseco à própria Geografia Política, se circunscrevendo nesse caso como uma Geografia das relações internacionais e não uma Geografia das Relações Internacionais.

Como afirmado, a Geografia nasce em grande parte como Geografia Política a partir dos trabalhos de Ratzel no final do século XIX com obra homônima. No início do século seguinte, mais

precisamente em 1904, Halford Mackinder lança seu clássico texto-manifesto considerado por muitos o primeiro texto de geopolítica, embora o termo surgisse com Rudolph Kjellén. Ao nosso ver, além de lançar as bases da geopolítica, igualmente, com Mackinder era produzido o primeiro texto de Geografia das relações internacionais, sacramentado em 1919 com Democratic Ideals and Reality quando, ampliando o conceito de "área pivô" para o "heartland, cravou: "Quem controla a Europa oriental comanda o Heartland; quem controla o Heartland comanda a Ilha mundial; e quem controla a Ilha mundial, comanda o mundo." (MACKINDER, 1942, p. 106). Quando Mackinder escrevia seu pioneiro insight relacionando poder e território não se conhecia o verbete "geopolítica" nem tampouco "Relações Internacionais" como disciplina acadêmica, fato que somente se consolidaria no ocaso da Primeira Guerra Mundial.

Alguns autores vêm discutindo recentemente sobre essa interface entre Geografia e Relações Internacionais, casos de Roseira (2015), Senhoras (2015) e Martin (2018) e que tentamos aqui, igualmente, contribuir.

Roseira trilha esse caminho resgatando a geopolítica e considerando-a como ponto equidistante entre as duas áreas e para isso, como outros geógrafos já o fizeram, identifica em Ratzel e Mackinder os pilares básicos da interpretação geográfica da relação entre Estado e o poder mundial. Contudo, seu esforço restringe-se mais a um resgate da geopolítica nos moldes daqueles já preconizado por Berta Becker que propriamente um estudo epistêmico. Diferentemente do que realiza Senhoras (2015) que esforçar-se por produzir talvez aquilo que seja a primeira proposta sistematizada de uma Geografia das Relações Internacionais, mas deixando, como o próprio autor reconhece, muitas lacunas em relação à compreensão epistemológica do que venha a ser propriamente esse "subcampo científico intitulado Geografia das Relações Internacionais" com o "R" e o "I" grafado em maiúsculo (SENHORAS, 2015). Identifica a

suposta nova disciplina a partir de uma "totalidade epistêmica abarcando a convergência da geografia econômica, política, jurídica e cultural, conhecida como estudos de Geografia das Relações Internacionais" (SENHORAS, 2015, p. 33). Contudo, grafa Geografia política em minúsculo em contraponto à nova disciplina, grafada em maiúsculo, o que por si só demonstra uma arriscada preferência metodológica. Com inegável contribuição ao debate, em sua perspectiva reconhece ainda dois neologismos pouco usuais no campo epistemológico da Geografia: *geodireito* e *geocultura*.

Em que pese afirmações lançadas para debates e questionamentos mais epistemológicos que metodológicos e que ainda estão à espera de maior aprofundamento teórico, pois Geografia Política e geopolítica são dois intervenientes caros e já consolidados na ciência geográfica sendo, portanto, um desafio aos geógrafos do presente, o autor acerta quando aborda o campo internacional como objeto efetivo de estudo da Geografia.

> A transição do paradigma dominante conhecido como geopolítica ou geografia política para um paradigma emergente chamado de Geografia das Relações Internacionais implica em um contencioso de aceitação e negação que nem sempre se processará de maneira linear, mas antes se fará por meio de negociações acadêmicas através da cristalização de influências na comunidade científica (SENHORAS, 2015, p. 36).

Na parte introdutória de sua obra em que tece uma nova e autêntica tese de inserção brasileira no mundo em oposição à submissão consentida de Golbery do Couto e Silva aos Estados Unidos, o geógrafo André Martin traz preliminarmente uma breve discussão sobre o surgimento das disciplinas Geopolítica e Relações

Internacionais, a primeira a partir dos trabalhos de Ratzel, a segunda, segundo ele, como produto dos Acordos de Paris em 1919 no esteio do término da Grande Guerra. Martin afirma que a disciplina de Relações Internacionais ficou restrita à escola anglo-saxônica e só recentemente apresentou uma expansão global, tal qual, igualmente, ocorrera no Brasil.

Entende as relações internacionais a partir do paralelo que faz com as outras duas categorias, geopolítica e imperialismo, assim os três conceitos na visão do autor constituem uma tríade para compreensão do poder mundial:

> A geopolítica, as relações internacionais e o imperialismo, foram tornando-se pouco a pouco discursos autônomos, isto é, espécies de substâncias autorreferidas, o que afastou ainda mais o fenômeno, da reflexão sobre ele. Num esforço de síntese, podemos assim concluir que as narrativas da geopolítica, do imperialismo, e das relações internacionais, expressam respectivamente as condições do pré-guerra, da guerra, e o projeto dominante para a reconstrução do mundo do pós-guerra (MARTIN, 2018, p. 22).

Geopolítica e Relações Internacionais não se constituem essencialmente como ciências, mas sim, áreas de estudo e embora abordadas pelas mais variadas ciências humanas, a primeira tem na Geografia e Ciência política as sistematizadoras de seu surgimento, enquanto as Relações Internacionais, nasce do ventre da Ciência Política. Sabe-se do difícil consenso em relação à definição sobre "geopolítica". Alguns estudos permeiam essa temática conceitual e listam as muitas definições para o verbete. Para ficarmos apenas em dois exemplos, cite-se os recentes estudos de Heisfeld (2020) que traz essa discussão e menciona quatorze definições distintas e

reconhece haver tantas outras e de Cabrera (2020) que demonstra forte incômodo quanto ao uso generalizado da expressão. No presente artigo não cuidamos especificamente dessa temática e como recorte temático partimos do pressuposto que a geopolítica é também uma disciplina acadêmica tal qual Relações Internacionais, essa talvez mais bem definida quanto ao enquadramento acadêmico, embora haja no corpo interno dos internacionalistas o debate sobre ser ou não as Relações Internacionais uma ciência, igualmente, discussão que está distante do propósito desse artigo.

A penetração da Geografia na temática das relações internacionais se faz pela geopolítica. A maioria dos estudiosos entendem por sua vez que as origens da disciplina devam ser buscadas em Friedric Ratzel e em Halford Mackinder. Kjellén, oportunamente se inspirou no conhecimento produzido, sobretudo por Ratzel, para "inventar" o termo em 1904; segundo Tosta (1984) o vocábulo *geopolítica* apareceu pela primeira vez em 1899 numa conferência realizada pelo então professor da Universidade de Gotemburgo, porém a ideia do que venha ser geopolítica já existia na história e nas atitudes.[2] Os grandes tratados iniciais de geopolítica percorreram esse caminho, o da análise das relações internacionais e nesse campo sem dúvida, a primeira grande referência é o clássico de Mackinder, The geographical pivot of history de 1904.

Disciplina, ciência, arte, doutrina, área de estudo, o que seria a geopolítica? Eis uma demanda longe do consenso; seu status é dos mais controversos nas ciências humanas. Por muitos utilizado, o termo é endemicamente multifacetado, guardado por uma conotação de forte subjetividade interpretativa e guarda aspecto polivalente de visões. Na origem, um neologismo; não há consenso sobre sua aura de cientificidade, mas poucos a consideram como um ramo

[2] Não há consenso sobre quando Rudolph Kjellén tenha criado o termo. De fato, já nos deparamos com datas divergentes, fato também confirmado por Heinsfeld (2020). Para esse estudo consideramos o ano mencionado por Tosta que converge com aquele que é considerado o maior conhecedor de Kjellén entre nós, Everardo Backheuser.

autônomo do conhecimento científico. De nossa parte, entendemos a geopolítica simultaneamente como uma disciplina e um campo de estudo da Geografia e Ciência política e na essência trata-se mesmo de uma modernice criada por Kjellén oriundo da somatória do *sufixo* política e do prefixo *geo*. Aliás, diga-se, em sua obra capital não foi apenas a *geopolítica* que surgiu como neologismo do sufixo *política*, mas um dentre tantos: demopolítica, ecopolítica, sociopolítica, cratopolítica, somam-se àquela que, indiscutivelmente, veio pra ficar: a geopolítica. Não é difícil perceber que o verbete "política" pode dar vazão a inúmeros neologismos que a converte em sufixo a partir de um preposto. O mais recente é "necropolítica" trazido pelo filósofo camaronês, Achille Mbembe, termo que faz referência sobre quem deve morrer ou permanecer vivo a partir de certas ações sociais de um Estado. Contudo, o campo de estudo em que se converteu a geopolítica foi de tamanha vastidão que não são poucos os autores que tentam dar a ela um status de cientificismo.

A geopolítica ganhou importância na academia a partir das últimas décadas do século passado, quando deixou de ser um aporte monopolizado pelas forças armadas, particularmente no Brasil e América Latina. Nesse texto, é lida como disciplina, como de fato a entendemos em sua essência. Foi o que fez Rudolf Kjéllen ao criar o termo em 1899; certamente partiu para o vocábulo a partir de um conhecimento já produzido por Ratzel por quem foi influenciado e fora admirador. Logo foi seguido no Brasil por Everardo Backheuser que a levou para um curso universitário criando a primeira cátedra de geopolítica no Instituto de Direito Comparado da PUC, em 1948, embora já difundisse o novo verbete em artigos nos anos 1920. Lamentando o período em que a expressão caíra em desgraça no Brasil, afirma:

> Falar em "geopolítica" ... naquele turvo período de ódios desencadeados pela guerra, era quase um crime. No entretanto, muito antes de cair esse anátema sobre

> o nome e a ciência, isto é, em 1924, muito longe, portanto, do aparecimento de Hitler no cenário mundial, já divulgava eu, em artigos na imprensa carioca ... as ideias de Kjellén (BACKHEUSER, 1952, p. 47).

E mais a frente, afirma: "Quanto ao Brasil, os primeiros estudos sistemáticos de Geopolítica serão talvez os nossos cursos. Neles tentaremos nos manter dentro da ortodoxia ao código de Kjellén (BACKHEUSER, 1952, p. 69).

Além de ser uma ferramenta do Estado (mas não exclusivamente deste), a geopolítica é, igualmente, uma disciplina acadêmica e isso por só já lhe garante espaço nos debates científicos, embora não seja, propriamente, uma ciência o que requereria ampla discussão no campo da filosofia da ciência com diretriz e robustez epistêmica.

Corroboramos a perspectiva de um estudioso sobre o tema e que, tal qual nossa visão, entende residir no caráter estratégico do território a chave da compreensão daquilo que se busca definir como geopolítica:

> É necessário apontar que o fato de estabelecer uma definição exclusiva de geopolítica implica na redução de uma série de elementos que, de uma forma ou de outra, podem interferir na compreensão do processo ou fenômeno denominado geopolítico. Assim, há autores que estabelecem um predomínio do internacional sobre o nacional, outros enfatizam a qualidade geográfica do fenômeno sobre o entendimento político, enquanto outros ainda dão um valor especial aos processos econômicos, sociais e culturais como parte de uma compreensão geopolítica de um determinado evento. Mas sem prejuízo dos

> múltiplos pontos de vista que podem ser obtidos a partir de um mesmo conceito, a verdade é que um denominador comum pode ser visualizado em todas as definições, e que a geopolítica, apesar das variantes epistêmicas, inclui uma concepção territorial. Assim, tanto para as correntes positivistas como interpretativas, embora seja verdade que há aspectos em que há maior importância do que outros, o conceito de território e/ou espaço é algo que está presente (TOLEDO, 2017, p. 169).

Reside em Ratzel, o maior teórico de todos os tempos da principal categoria analítica que envolve a geopolítica, o território, a origem da nova "disciplina". E em Mackinder o responsável pela ampliação dessa escala de análise geográfica: sua concepção de *heartland* (1919) evoluída do *pivô geográfico* (1904) aumentou a dimensão escalar da Geografia e, por conseguinte, sua derivada, a geopolítica. Em Mackinder, Geografia e Política não se separam, ele próprio, um político profissional, mas não existe a expressão "geopolítica".

Um profundo e exaustivo estudo entre nós sobre a correlação Geografia Política - geopolítica é, sem dúvida, o de Wanderley Messias da Costa. O trabalho percorre extenso percurso metodológico. Para esse autor não pairam dúvidas: Geografia Política e geopolítica são conceitos distintos, um, uma ciência, o outro um meio. Partindo dos pressupostos de Albert Demangeon, corrobora o mestre francês na assertiva de que a geopolítica seria um "desvio científico" e que se deseja ser considerada como ciência deve "retornar à geografia política" (COSTA, 1992). Afirma que ao longo de sua constituição os geopolíticos nunca advogaram um caráter científico para ela nem tampouco esforçaram-se na busca de bases teórico-metodológicas para tal, caracterizando-se mais por um conjunto de técnicas ou arte.

> Demangeon entendia que a geografia política, esta sim uma ciência, interrompera-se na Alemanha com Ratzel, e a sua retomada só poderia efetivar-se com a dissolução (pela absorção) da geopolítica. Estava assim lançada a tese segundo a qual a geopolítica era um desvio (não científico) na evolução da geografia política, tese esta que seria fartamente repetida por todos os geógrafos e não-geógrafos que examinaram criticamente a história desse campo de estudos. Salvo raras exceções, como aqueles que aceitam a autojustificativa dos geopolíticos de que sua "arte" seria uma "disciplina das ciências políticas", tem sido demonstrado (mesmo nesse trabalho) que a tese do "desvio", formulada por Demangeon, é razoavelmente consistente (COSTA,1992, p. 226).

Seu colega de departamento e da mesma geração de estudiosos da geopolítica entende diferente. Embora reconheça e mencione o trabalho de Wanderley como uma referência no campo de estudo da geopolítica, André Martin trata Geografia Política e Geopolítica como sinônimos, ambos verbetes grafados em maiúsculo em seu texto que, diga-se, incorpora outro termo:

> Geografia Política e Geoestratégia são os outros nomes que se dá à Geopolítica. Dita dessa maneira, a frase poderá parecer uma provocação aos especialistas e pouco conseguirá acrescentar ao público leigo. No entanto, quando os noticiários apresentam qualquer chefe de governo ou chanceler justificando determinada decisão em política externa porque apoiada em razões geopolíticas ou geoestratégicas, tal ato imediatamente parece adquirir a aura de uma sentença científica, não dando margem a nenhuma contestação. (...) O adjetivo geopolítico pode vir a ser empregado também num sentido diametralmente oposto, isto é, visando exatamente

> desqualificar certas atitudes tomadas por um Estado e que pareçam desprezar quaisquer considerações de ordem moral ou a preservação de interesses mais amplos. (...) Aceitemos o fato, por simples economia do nosso tempo, que nos noticiários televisivos se prefira a forma sincopada, mais popular da Geopolítica, do que a outra, mais extensa e que, portanto, demora mais a ser pronunciada (MARTIN, 2018, p. 31-33).

E reforça o alerta quanto ao debate sobre a diferenciação dos termos:

> De qualquer modo, os defensores do rótulo Geografia Política insistem em recordar que a própria obra seminal que inaugurou a disciplina nas universidades de Leipzig e Munique chamava-se Politische Geographie e não Geopolitik e, além disso, asseveram que só a primeira preserva uma postura científica diante do objeto, porque não engajada, ao passo que a segunda apenas representaria um disfarce ideológico para a estratégia expansionista do imperialismo alemão. (...) e a melhor obra de referência para tanto é inegavelmente Geografia Política e Geopolítica, do geógrafo brasileiro Wanderley Messias da Costa (MARTIN, 2018, p. 33).

O cientista político Shiguenoli Miyamoto (1995), um historiador da geopolítica, entende a mesma como a formuladora da estratégia nacional de um país por meio dos fatores geográficos e valendo-se de Clausewitz, o teórico da guerra, afirma que a geopolítica deve ser pensada em última instância em termos de uma guerra. Tal qual outros autores, Miyamoto se esquiva da afirmação se a geopolítica traz ou não uma conotação científica afirmando não

ser esse o propósito de seu trabalho se limitando a dizer que carrega a ambivalência de situar-se entre ciência e doutrina. Mas não deixa de aproximar a geopolítica de uma conceituação:

> A geopolítica é, portanto, uma teoria de poder apoiada fundamentalmente no território e só tem valor, (...) se utilizar os fatores geográficos na formulação de uma política ... é tratada aqui como uma forma válida para se entender muito do que diz respeito não só à política doméstica, mas principalmente no que se refere às relações de poder no contexto mundial. Enquanto se detém exclusivamente em seus aspectos geográficos, visando à formulação de uma política estratégica, a geopolítica deve ser entendida como um meio válido para a análise política (MIYAMOTO, 1995, p. 14-16).

Muitos são os autores que demonstram certo desconforto com a pluralidade de interpretação que oferece o termo "geopolítica." Lester Cabrera Toledo aponta:

> A imprecisão e a amplitude da geopolítica, como um conceito utilizado quase que de forma indiscriminada para explicar fenômenos conflituosos, tem raízes epistemológicas e teóricas. Nesse plano, a conceituação da geopolítica pode ter uma interpretação tanto da ótica da geografia, quanto da ciência política, dos estudos internacionais e de suas diferentes ramificações disciplinares. Portanto, é possível falar de geopolítica, levando em consideração múltiplos pontos de vista. E exposto a isso se acrescenta que a concepção teórica da geopolítica é difusa, geralmente associando-se equivocadamente à uma perspectiva realista, deixa

> uma visão enviesada sobre seus postulados e formas de explicar os fenômenos (TOLEDO, 2017, p. 166-167).

Myamoto reclama com mais veemência:

> Sem qualquer pudor, a geopolítica tem sido utilizada de forma indiscriminada para designar situações bastante diversas. Tornou-se comum inserir a palavra geopolítica para se referir a qualquer acontecimento ou assunto. Isso se verifica tanto por parte do meio acadêmico, quanto pelos meios de comunicação de massa (jornais, rádios, televisão, internet, etc.).
>
> Geopolítica do café, geopolítica do verde, geopolítica do futebol, geopolítica da arte, geopolítica da cultura, geopolítica da saúde, geopolítica do desenvolvimento, geopolítica do voto, geopolítica das eleições, geopolítica da habitação, geopolítica da internet, geopolítica do crime, geopolítica do tráfico são apenas algumas das centenas de exemplos que podem ser lembrados e que se converteram em termos explicativos para designar o "estado da arte" ou o estágio em que se encontra determinada área ou tema (MIYAMOTO, 2014, p. 11).

Na mesma linha dos reclamos sobre a tal imprecisão, José Willian Vesentini registra:

> A partir do final da década de 1980, devido às mudanças radicais no mapa-mundi, a palavra geopolítica tornou-se moda. Hoje ela é usada, em alguns meios, para se referir a praticamente todas as discussões políticas e econômicas internacionais – os encontros relativos ao meio ambiente global, as

> reuniões da OMC ou do FMI e os protestos contra eles (...) – algo que evidentemente torna essa palavra desprovida de qualquer significado preciso (VESENTINI, 2000, p. 10).

No entanto, essa aferição não se iniciou após as transformações dos anos 1990 nem tampouco é recente. Somadas às citações acima de autores contemporâneos e para demonstrar que tal "contenda" acadêmica não é recente, acrescentamos o mesmo incômodo quanto à fugacidade da frágil precisão do vocábulo há muito mencionada por um estudioso da primeira metade do século passado:

> O vocábulo "Geopolítica" é um desses neologismos que, nos últimos tempos alcançaram certo prestígio, talvez exagerado, tornando-se a palavra da moda. Exaltada por uns, como chave dos problemas mais complexos da política internacional, detestada por outros, como um produto perverso do nazismo, a Geopolítica é frequentemente deturpada e suas várias definições são geralmente confusas prestando-se a equívocos (GUIMARÃES, 1959, p. 103).

A essas passagens e autores brevemente arrolados poderíamos acrescentar ainda tantos outros que se debruçaram a uma tentativa de conceituar "geopolítica", sem, contudo, chegar a um consenso. Contudo, a temática geopolítica e seu vínculo quase sempre interligado à temática internacional a aproxima daquilo que tentamos defender nesse texto, qual seja, o entrelaçamento dessas perspectivas de tão difíceis separação da Geografia Política, Geopolítica e Relações Internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar nas linhas anteriores que o meio internacional é objeto ímpar da Geografia e que existe uma interface pautada por uma tênue fronteira entre essa ciência do espaço e as Relações Internacionais, essa por sua vez enfatizando como sua categoria analítica central o "sistema internacional." Dentre os sistematizadores das Relações Internacionais como disciplina acadêmica na metade do século XX encontra-se Raymond Aron, define clara e didaticamente o conceito de "sistema internacional" como o conjunto de unidades políticas dispostas no espaço internacional (ARON, 2002). Contudo, não faz suas reflexões sem recorrer à Geografia, embora pela vertente mais conservadora e quase determinista, mas reconhecendo a base territorial como palco dos eventos mundiais, reconhecendo uma "ordem internacional territorial". Mackinder é sua referência espacial.

Desponta desse contexto posto um novo campo de intersecção entre a Geografia e as relações internacionais, uma vertente geográfica focada na compreensão das relações de poder mundial vista sob a ótica de uma abordagem espacial, *metier* essencialmente geográfico.

Ratzel, o fundador da Geografia já antevia a perspectiva territorial de uma análise política em fins do século XIX quando alertava:

> Que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a geografia política; e embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse

> abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro. Ora, diante de tanta incerteza não é muito melhor ficar no estudo de um elemento real, que é o território, que está sob os nossos pés? O solo é a base mais real da atividade política do homem; e a ciência política verdadeiramente positiva sempre tem um importante conteúdo geográfico. Na política, assim como na história, uma concepção que não levasse em conta o território se voltava à consideração dos sintomas e não das suas causas (RATZEL, 1990, p. 72-81)[3].

À essa teoria do território iniciada por Ratzel no século XIX uma vasta gama de reflexão e sistematização teórico-metodológica viria a ser acrescida principalmente no século seguinte. Para ficarmos em duas dimensões derivadas do geógrafo alemão, mencionamos a perspectiva do território vivido difundido por Claude Raffestin ou o território usado de Milton Santos. E é exatamente a ausência da leitura política do território que se compreende vivido e usado que notamos nas demais disciplinas das ciências humanas que abordam a esfera internacional: muitas vezes parece não haver o uso estratégico do território em suas análises, não se enaltece a percepção da fronteira como a franja territorial do Estados, consequentemente das relações de poder ali existente. Enfim, como pontuou Ratzel há 120 anos, não é possível uma análise política do Estado que abstraia o território e a fronteira.

E é sob essa perspectiva que consideramos esse diálogo entre Geografia e Relações Internacionais: uma leitura política do território e toda sua concepção estratégica que modulam uma ação geopolítica, essa dimensão geográfica do poder, recorrendo a uma

[3] Compartilhando tal título com Karl Ritter de quem era profundo admirador e Alexander von Humboldt.

teoria do Estado para melhor enquadramento da análise do espaço internacional.

Esse texto é parte integrante de reflexões teórico-metodológica de pesquisa acadêmica que vem sendo desenvolvida, portanto, ainda em construção. Os apontamentos aqui dispostos são, portanto, parte de um esboço maior que, pretende-se, possa aprofundar tais reflexões preliminares.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: UnB, 2002.

BACKHEUSER, E. **A geopolítica geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

BECKER, B. K. "A Geografia e o Resgate da Geopolítica". **Revista Brasileira de Geografia**, vol.50, n.2, 1988.

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica**. São Paulo: Edusp, 1992.

FONT, J. N.; RUFI, J. V. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

GUIMARÃES, F. M. S. "Os fatores políticos no condicionamento do conceito estratégico nacional". *In*: TOSTA, O. *et. al*. (orgs.). "Geopolítica". **A defesa nacional**, vol. 47, n. 543, outubro, 1959.

HEISFELD, A. **A trajetória do pensamento geopolítico**. Passo Fundo: Acervus, 2020.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismos desde 1780**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 50, n. 2, abril/junho, 1988.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and interdependence**: world politics in transition. New York: Harper Collin Publishers, 1989.

MACKINDER, H. "The geographical pivot of history". **The Geographical Jornal**, vol. 23, n. 4, April, 1904.

MACKINDER, H. **Democratic ideals and reality**: a study in the politics of reconstruction. Washington: NDU Press, 1942.

MARTIN, A. R. **Brasil, geopolítica e poder mundial**: o anti-Golbery. São Paulo: Hucitec, 2018.

MEARSHEIMER, J. J. **A tragédia da política das grandes potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.

MIYAMOTO, S. **Geopolítica e poder no Brasil**. São Paulo: Papirus, 1995.

RAFFESTIN, C. "A produção das estruturas territoriais e sua representação". *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. "Geografia do homem: Antropogeografia". *In*: MORAES, A. C. R. (org.). **Ratzel**: Geografia. São Paulo: Ática, 1990.

RATZEL, F. "O solo, a sociedade e o Estado". **Revista do Departamento de Geografia**, vol. 2, 1983.

RATZEL, F. "As leis do crescimento espacial". *In*: MORAES, A. C. R. (org.). **Ratzel**: Geografia. São Paulo: Ática, 1990.

ROSEIRA, A. M. "Geografia e Relações Internacionais: breves apontamentos teóricos sobre a geopolítica em face de uma aproximação interdisciplinar". **Revista Continentes**, n. 7, julho/dezembro, 2015.

SANTOS, M. *et al*. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *et al*. "O papel ativo da Geografia: um manifesto". **Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos**. Florianópolis: UFSC, 2000.

SANTOS, M. *et al*. "O retorno do território". *In*: SANTOS, M. *et al*. (orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1996.

SENHORAS, E. M. "A episteme da Geografia das Relações Internacionais". **Revista Intellector**, vol. 11, n. 22, 2015.

TOLEDO, L. C. "Geopolítica crítica: alcances, límites y aportes para los estudios internacionales en Sudamérica". **Foro Internacional**, vol. 60, n. 1, março, 2020.

TOLEDO, L. C. "Geopolítica em América del Sur: desde la militarización de la disciplina a la necessidade del debate acadêmico". **Revista Chilena de Derecho y Ciencia Política**, vol. 8, n. 2, 2017.

TOSTA, O. *et. al*. (orgs.). "Geopolítica". **A defesa nacional**, vol. 47, n. 543, outubro, 1959.

WALTZ, K. N. **Theory of International Politics**. Boston: Addison-Wesley, 1979.

CAPÍTULO 2

A Questão Ambiental na América Latina

A QUESTÃO AMBIENTAL NA AMÉRICA LATINA[4]

Fabiano de Araújo Moreira

O meio ambiente é uma das preocupações centrais de todas as nações e, atualmente, é um dos assuntos que despertam grande interesse em todos os países. Tomando como exemplo algumas realidades de países latino-americanos, o capítulo abordará algumas particularidades da política ambiental, ressaltando a preocupação com planejamento urbano-ambiental e aquecimento global.

Por meio da consideração sobre a multiplicidade dos olhares sobre as escalas de análises, trabalharemos o filtro das políticas internacionais, a construção do discurso ecológico e seus impactos no urbano, fazendo uma relação entre os vários níveis escalares da geografia, desde o nível global, com os acordos e conferências internacionais, até o nível local, pelas iniciativas locais de preservação ambiental, pela proteção de áreas verdes urbanas, em alguns países da América Latina.

Esse capítulo foi produzido por meio de uma revisão bibliográfica, com a utilização de textos e livros acadêmicos de autores de diversas áreas que possam contribuir com os estudos, assim como informações de fontes bibliográficas secundárias, como revistas científicas e sítios eletrônicos.

[4] Uma versão prévia deste capítulo foi publicada em: MOREIRA, F. A.; CISOTTO, M. F. "Problemática ambiental na América Latina em suas diversas escalas geográficas". *Anais do VI Encontro Nacional da ANPPAS*. Belém: ANPPAS, 2012.

ORDEM AMBIENTAL INTERNACIONAL E A APROPRIAÇÃO DO DISCURSO AMBIENTALISTA

Para observarmos a dinâmica das políticas ambientais atuais na América Latina, devemos conhecer os diferentes acordos e conferências que fornecem as diretrizes aos países no que se refere às políticas globais de proteção ambiental. Apresentamos nesse tópico os principais acordos e conferências realizados no mundo pós-segunda guerra, para contextualizar as ações estatais para proteção ambiental no século XXI, assim como a evolução e apropriação do discurso ambientalista.

Começando pela década de 1950, pode-se dizer que as preocupações ambientais estavam restritas aos meios científicos. Posteriormente, na década de 1960, surgem os movimentos sociais, através das Organizações Não Governamentais (ONGs), e a partir da década de 1970 entra em cena o ecologismo dos políticos preocupados com os interesses econômicos e as relações internacionais.

Em 1962, com a publicação de *Silent spring* (Primavera silenciosa), escrito por Rachel Carson, nasce o movimento ambientalista. Esse trabalho procurou delatar os impactos dos pesticidas no meio ambiente, principalmente no efeito sobre as aves, e acabou se tornando um marco no movimento, intensificando as discussões sobre uso de pesticidas e poluição ambiental em todo o mundo. Posteriormente, o relatório do "Clube de Roma", relatou o possível esgotamento dos recursos naturais e degradação irreversível do ambiente, o que provocou uma série de discussões entre os países, dando início à preocupação ambiental da época do pós-guerra.

Seguindo as tendências ambientalistas das décadas de 1960 e 1970, foi estabelecido o "Dia da Terra", que seria o 22 de abril de todo ano, em 1971, colocando a questão ambiental como uma das

novas causas da sociedade. No ano seguinte, em 1972, ocorreu em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas Sobre o Homem e o Meio Ambiente. Nessa reunião, a questão ambiental entrou de vez na pauta dos países, ao se criar uma agenda de políticas internacionais a serem seguidas pelos países. Ainda na conferência ficou clara a diferença de interesses dos países pobres e dos ricos, pois, para os países ricos, já industrializados, os problemas ambientais já se mostravam presentes, portanto exigiam algum tipo de medida para contornar tais problemas, enquanto para os países pobres, não industrializados, essa discussão era considerada fora de propósito.

A publicação do relatório do Massachusetts Institute of Technology (MIT), "Os limites do crescimento", em 1972 e os dois choques do petróleo, ocorridos respectivamente em 1973 e 1979, também marcaram os rumos da política ambiental mundial. Cabe mencionar a importância, no período, da crescente mobilização da sociedade civil em torno da problemática ambiental que, aliada à intensa produção intelectual voltada para o questionamento do modelo de desenvolvimento perseguido pelas nações, moldaram a conformação da política ambiental desde então.

Na década de 1980, inicia-se o ecologismo dos setores econômicos. É criada, em 1983, a Comissão das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, com o intuito de se percorrer inúmeros países, com a missão de desvendar os problemas ambientais de cada país para produzir um relatório à Organização das Nações Unidas (ONU) e subsidiar futuras iniciativas em prol da natureza. Essa comissão trabalhou até 1987, quando foi divulgado o relatório "Nosso Futuro Comum", que apontava um acelerado processo de degradação ambiental em todos os países pobres visitados, necessitando, portanto, de uma série de medidas urgentes como única maneira de se reverter o processo de impacto ambiental iminente. Também foi decisivo para se relacionar a economia aos

problemas ambientais (ecologismo dos setores econômicos), já que mencionava a condição de subdesenvolvimento como fator principal para o não uso racional e sustentável dos recursos naturais, sendo essa questão uma das peças chaves para a discussão futura na Conferência das Nações Unidas ocorrida em 1992, a ECO 92.

Nas décadas seguintes, estando em jogo o equilíbrio ecológico do planeta, a problemática ambiental no âmbito internacional e nacional passou a abordar, cada vez mais, a formação de políticas relacionadas à globalização, divulgadas como políticas internacionais sobre o meio ambiente para conservação da biosfera, sendo consolidadas nos anos 1990. Evidencia-se, assim, uma tendência a forçar ações na esfera particular de cada nação, geralmente dentro de uma perspectiva em que prevalecem os interesses específicos dos governos de cada país, mas não necessariamente de suas populações.

A ECO 92 teve um papel catalisador na disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável, aprovando uma série de documentos que guiariam a atuação governamental frente aos problemas ambientais (Quadro 1). Esses documentos foram absorvidos em diversas políticas nacionais, em países como Argentina, Colômbia, Brasil, Chile, Peru, México, entre outros.

Com a crescente legitimação da temática ambiental em diferentes segmentos da sociedade, foi incorporado, reelaborado, em diferentes ritmos e graus, o ideário ambientalista, havendo, como coloca Eduardo Viola (1992), uma "ecologização da sociedade", como uma tendência histórica da sociedade ocidental, que atingiu os países latino-americanos, sendo que a evolução da consciência ambiental e a implementação de políticas ambientais depende das particularidades de cada país.

Quadro 1 - Documentos aprovados pela Reunião Rio 92 e seus respectivos objetivos

Declaração do Rio	Declaração de princípios através dos quais são definidos os direitos e responsabilidades dos governos e cidadãos em relação ao meio ambiente.
Agenda 21	Roteiro de ação que estabelece as metas a serem atingidas no século XXI, visando direcionar as transformações da vida social na direção da sustentabilidade. Estabelece um protocolo de intenções e ações a serem implementadas pelos governos nacionais e agências de desenvolvimento, abarcando temas que vão da energia nuclear ao desmatamento, da administração de recursos a questões éticas.
Declaração de Florestas	Declaração que define os princípios sustentáveis para a conservação de florestas, colocando-se como ponto de partida para a assinatura de uma convenção obrigatória, não formulada na conferência devido a divergências de opiniões.
Convenção sobre Mudanças Climáticas	Convenção que define medidas para redução de emissão de gases provenientes da queima de combustíveis fósseis e, consequentemente, para redução do aquecimento global. Na convenção foram estabelecidos princípios importantes, dentre os quais o princípio da precaução (devem ser tomadas medidas preventivas, de modo a não agravar o aquecimento global) e o princípio da responsabilidade comum (todos os países são responsáveis pelo problema e serão afetados por ele).
Convenção sobre Biodiversidade	Convenção que define a necessidade da conservação *in situ* da biodiversidade, dispondo sobre os direitos dos países detentores de biodiversidade significativa. A convenção organiza a participação nas pesquisas realizadas em outros países e dispõe sobre o direito a uma parte dos lucros resultantes.

Fonte: AFONSO (2006).

Os anos posteriores à ECO 92, foram marcados por importante significância do meio ambiente como questão global, ligado à questão do desenvolvimento dos países com a atividade de

inúmeras novas organizações não-governamentais, que passaram a exercer forte influência no papel de países por todo o mundo, aclamando por maior participação e atuação por parte desses países (JASANOFF, 2004). E em 2002, ocorreu a Rio+10, ou reunião de desenvolvimento sustentável, sediada por Johannesburgo, na África do Sul. Afonso (2006), menciona a importância desse evento ao serem aprovados dois novos documentos, a Declaração Política e o Plano de implementação. Esses documentos serviram para se reiterar as posições já tomadas dez anos antes, e também para se estabelecerem algumas novas diretrizes, com forte ligação à economia dos países. Alguns dos objetivos eram "a erradicação da pobreza, a mudança nos padrões insustentáveis de produção e consumo e a proteção dos recursos naturais" (AFONSO, 2006, p. 30).

Na Rio+10 houve grande dificuldade para se estabelecer leis e diretrizes para os países no que se refere aos planos de implementação, que seriam as bases para se modificar algo no que se refere aos impactos ambientais. A maioria dos países presentes na reunião deu grande importância à questão da erradicação da pobreza, e deixaram de lado a questão crucial da mudança no padrão de produção e consumo. Portanto, é muito discutível a real efetividade dessa reunião, já que os países pareciam não estarem realmente preocupados com a degradação ambiental e as mudanças climáticas.

Em paralelo a essas reuniões das décadas de 1990 e 2000, um grupo de pesquisadores que estudavam as mudanças climáticas e sua relação com ações antrópicas passou a produzir relatórios para dar base às discussões mundiais e possibilitar a formação de diretrizes a governos ou corporações para melhorar essa situação. Surgiu, assim, o IPCC, Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, em 1995.

Uma das primeiras conquistas do IPCC foi dar sustentação às argumentações para a criação do Protocolo de Kyoto, em 1997,

fornecendo embasamento científico para constatação de que as emissões de gases de efeito estufa eram provocados, sim, por ações humanas, e que esse processo deveria ser controlado para ajudar no problema do aquecimento global, o que entrava em choque com os argumentos dos representantes dos países, que ainda não aceitavam, desde a ECO 92, a relação da economia com os problemas ambientais globais.

Já os relatórios posteriores do IPCC tiveram maior impacto, pois trouxeram maiores argumentações, mais concisas, da relação entre ações antrópicas e mudanças climáticas, indicando possíveis graves problemas futuros.

> Em 2001, o IPCC publica outro relatório com evidências mais claras, ou seja, com maior nível de certeza em relação à mudança do clima e às influências antrópicas nessa mudança. Mas o grande passo ocorre em 2007, quando o espaço para questionamentos das conclusões do IPCC é reduzido significativamente. Nesse estudo, constatou-se um impressionante aumento do nível de certeza na correlação entre mudança do clima e ações antrópicas.
>
> O aumento da certeza científica, associado ao conhecimento adquirido em formas de atuação para lidar com o problema, levou o mundo a um novo patamar de discussão. Começaram a inclusão e a mobilização de praticamente todos os setores da sociedade (DELPUPO, 2009).

As tendências para se guiar o movimento dos governos na questão ambiental passaram pela 15ª Conferência das Partes das Nações Unidas, realizada em Copenhagen, em 2009. As principais discussões foram acerca da regulamentação da compra de títulos de

créditos de carbono relativos à preservação florestal e reflorestamento. Segundo Khalili (2010), as discussões não levaram a algo de concreto nessa reunião, sendo criada apenas a "Carta de intenções", com a sugestão dos Estados Unidos da América de se criar um "fundo de US$100 bilhões [...], baseado em recursos públicos e privados, ecoando a posição dos países desenvolvidos de que estes mecanismos de mercado devem ser considerados no financiamento das metas que forem estabelecidas" (KHALILI, 2010). No entanto, essa carta não passou apenas do papel, já que haviam divergências entre os demais países participantes, principalmente os países em desenvolvimento, que não concordavam com a maior parte dos fundos vindos dos países desenvolvidos que, após as últimas crises econômicas, provaram que possuem economias voláteis que podem não contribuir para a efetivação do plano.

Em junho de 2012 foi realizada a Reunião Rio+20, novamente no Rio de Janeiro, com substancial discussão sobre o desenvolvimento sustentável e a nova terminologia em voga, Economia Verde. Temos que os mesmos propósitos se mantiveram no Rascunho Zero, propostos na Rio+20, tendo como principal meta a erradicação da pobreza, já pontuada e não resolvida desde a ECO 92.

Embora a temática ambiental venha ocorrendo num nível institucionalizado desde a década de 1960 e 1970, com a Conferência de Estocolmo, Clube de Roma, Conferência para a Conservação da Natureza, etc., e a questão do desenvolvimento sustentável tenha sido enfatizada na publicação do relatório “Nosso Futuro Comum” (1987), as estatísticas, a literatura e a própria observação empírica conduzem-nos à percepção de que estamos diante do mesmo problema: a tentativa de conciliar crescimento econômico e sustentabilidade ambiental. A política internacional encontra-se em um forte impasse para tratar a crise ecológica global,

que se associa à anarquia do sistema internacional à complementar inexistência de autoridades com poderes reais para assumir a responsabilidade da gestão dos bens naturais comuns da humanidade (LEIS, 2004).

POSTURA FRENTE AOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO E GOVERNABILIDADE GLOBAL NA AMÉRICA LATINA

Para exemplificar a questão da apropriação do discurso ambientalista e das diretrizes elaboradas pela ordem ambiental internacional, serão dados exemplos de alguns casos na América Latina, em escala regional, nacional e local, como forma de analisar como essa questão pode ser apropriada de diversas formas, não apenas estando relacionada aos acordos internacionais, mas também com produção de leis específicas de cada país e também de atuação de poderes locais, como é o caso das áreas verdes elaboradas em nível local.

Políticas ambientais em nível regional: Mercosul

A maioria dos países latino-americanos viveu durante grande parte do século XX sob ditaduras que restringiram as liberdades individuais. Grandes projetos, implementados por governos ou grandes companhias nacionais ou multinacionais, não tiveram seus impactos ambientais avaliados e discutidos com os grupos sociais atingidos pelos projetos. A própria ação das ONG era tolhida e encarada como ingerência externa nos interesses dos países, já que a maioria destas organizações à época era de origem estrangeira.

A questão ambiental começou a ser discutida com mais profundidade na maioria dos países latino-americanos somente a partir de meados da década de 1980. Neste período temos, por um lado, o aumento dos problemas ambientais ocasionados pela concentração populacional nas grandes metrópoles e, por outro lado, a degradação causada pelas diversas atividades econômicas, como agricultura, mineração e atividade industrial (AHK, 2004 *apud* ROCHA *et al.*, 2005). Entre os problemas ambientais apresentados nos países do Mercosul (Mercado Comum do Sul), encontram-se a hiperurbanização, poluição industrial e agrícola, degradação do solo, desmatamento e perda de biodiversidade.

Devido à essa recente preocupação com o meio ambiente, atrelado a um contexto de discussões internacionais (com vista à reunião ECO 92), foi realizado um encontro dos governantes dos 4 países membros do Mercosul, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em Canela, Brasil, com o objetivo central de unificar as posições e critérios comuns em relação à questões de desenvolvimento econômico e políticas de proteção ambiental (SCHMIDT; ZANOTELLI, 2004).

Dessa forma foi criada, pelos países membros do Mercosul, a Reunião especializada em meio ambiente (REMA), que tinha como diretriz principal a "elaboração de normativa ambiental para assegurar condições de adequada competitividade entre os países membros, traduzindo, portanto, o reconhecimento da necessidade de tratar conjuntamente as questões comerciais e ambientais" (GUTIERREZ, 1998 *apud* ROCHA *et al.,* 2005).

Essa reunião acabou não atingindo seus objetivos de forma decisiva, passando a ser apenas um conjunto de iniciativas e diretrizes, que não necessariamente foram seguidas pelos países. Posteriormente, por meio da resolução nº10/1994, foi aprovado o documento "Diretrizes Básicas de Política Ambiental", que buscava uma harmonização das legislações ambientais, redução da poluição

e implementação de avaliação de impactos ambientais em atividades potencialmente degradantes do meio ambiente. Seguindo as intenções de proteção ambiental em nível regional, foi aprovado em Assunção, no Paraguai, o "Acordo quadro sobre meio ambiente do Mercosul", em 2001, como forma de se obter um instrumento jurídico regulador das ações estatais regionais.

> O Acordo sobre Meio Ambiente do Mercosul reafirma o compromisso com a busca de qualidade de vida e o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável. Também reconhece a importância da cooperação entre os Estados partes com o objetivo de apoiar e promover a implementação de seus compromissos internacionais em matéria ambiental, bem como reafirma os preceitos de desenvolvimento sustentável preconizados na Agenda 21, adotada durante a Rio-92 (SOUZA, 2004 *apud* ROCHA *et al.*, 2005).

De acordo com Schmidt e Zanotelli (2004), embora tenha sido criado o Subgrupo de Trabalho do Meio Ambiente no bloco do Mercosul, as questões ambientais tiveram relevância aparentemente apenas teórica, mais do que prática, já que cada país acabou seguindo suas próprias diretrizes ambientais em paralelo, sem tomar por referência as diretrizes ditadas pelas reuniões do bloco. Sendo assim, "percebe-se claramente que no âmbito da política ambiental para o Mercosul prevalece mais o discurso do que a prática" (SCHMIDT; ZANOTELLI, 2004).

Apropriação da questão ambiental no âmbito das políticas Nacionais (políticas ambientais argentina, chilena e brasileira)

No aspecto legal, a maioria dos países da América Latina estabeleceu legislações ambientais específicas, tratando de assuntos como: recursos hídricos, recursos minerais, áreas marinhas, pesca e caça, recursos florestais, turismo, produtos químicos e poluição atmosférica. Criaram-se leis específicas regulamentando temas como a obrigatoriedade de execução dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), o correto gerenciamento e disposição final de resíduos perigosos, as leis de crimes ambientais, e normas estabelecendo padrões para emissões atmosféricas e níveis de tratamento de efluentes.

A maior parte dos países latino-americanos também desenvolveu estratégias nacionais e planos de proteção ambiental, geralmente contando com financiamento e assistência técnica de organismos internacionais. Durante as décadas de 1980 e 1990 muitos países da região criaram novas instituições ambientais na forma de ministérios, secretarias, agências controladoras, conselhos e comissões. Quanto a isso, serão apresentados exemplos de ações governamentais de três países com significativa importância no cenário regional da América Latina: Argentina, Chile e Brasil.

A temática ambiental é relativamente nova para a Argentina, a ponto que os problemas ambientais foram admitidos na agenda do governo explicitamente desde os anos 1970, quando o último governo de Juan Perón criou o Departamento de Recursos Naturais e Ambiente Humano sob a égide do Ministério da Economia. O golpe de 1976 acabou impondo a alteração do orçamento desse departamento, que tentou conciliar meio ambiente a desenvolvimento. Mas, apesar da mudança de nome e dependência, e em particular a redução de seu alcance aos recursos naturais e

algumas arestas relacionadas com a Saúde Pública e da Habitação, a preocupação com o meio ambiente tem persistido ao longo das últimas três décadas nesse país.

Durante o governo de Perón, a política ambiental foi baseada em uma concepção de ambiente ligado a um modelo de desenvolvimento autônomo, fundado na justiça social, soberania econômica e política, e respeito ao regionalismo, que se expressava nas ações destinadas a gestão e exploração racional dos recursos naturais (DIAZ, 2006).

A política ambiental não se enquadrou completamente em nenhum dos paradigmas da época (conservação, higienista, planejador). Seria o modelo de desenvolvimento *autónomo especial* inventado por Perón, que tinha mais peso na definição do conteúdo político, que o pensamento ambiental na época. Esta política ambiental iria responder a um modelo de estado centralizado que, poderíamos dizer, seria própria do estado do bem-estar social/*welfare state*. Este modelo implica um papel ativo do Estado na preservação do ambiente expresso, por exemplo, em ações de fiscalização da indústria (DIAZ, 2006).

Já a política ambiental no Chile emergiu da ditadura no início de 1990, havendo originalmente um grande otimismo para uma economia verde. Um importante marco para o desenvolvimento da política ambiental foi em 9 de março de 1994, quando foi promulgada a primeira lei ambiental (Lei 19.300). Entre suas contribuições de política ambiental está a criação de um Sistema de avaliação de impacto ambiental (SEIA), que entrou em vigor em 1997. Um sistema operado através de uma rede de autoridades regionais coordenadas pela Comissão nacional de meio ambiente (CONAMA), um serviço público e descentralizado, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, atuando como um órgão de consulta, análise, comunicação e coordenação em matérias ambientais. Em nível regional, as diferentes entidades públicas com

competência ambiental formam os Conselhos Regionais de Meio Ambiente. Estas formaram a base para a regulamentação do ambiente no Chile até 2010 (CONAMA, 1998).

A CONAMA e a SEIA rapidamente se tornaram alvos de críticas, afirmando-se que faltou *status* ministerial e foi atribuído um orçamento desproporcionalmente pequeno. Ele desempenhou um papel em grande parte de coordenação entre outros órgãos públicos, sem o poder de estabelecer e fazer cumprir suas próprias normas ambientais.

As instituições ambientais existentes no Chile são essencialmente um sistema de coordenação da CONAMA que une diversos órgãos públicos com competência ambiental. O corpo diretivo da CONAMA é o Comitê de ministros, atendida pelos ministérios, presidido pelo ministro da secretaria geral da presidência (SEGPRES), que também tem uma série de poderes específicos, agora substituído em todas as suas funções pelo ministro do meio ambiente. Isto é repetido a nível regional, através da Comissão regional do meio ambiente (COREMA), mas com as Secretarias regionais ministeriais (CONAMA, 1998).

A Presidência de Michelle Bachelet (2006-2010) revisou significativamente as normas ambientais do Chile com legislação aprovada no início de 2010 para:

a) substituir CONAMA com um Ministério do meio ambiente;

b) a reforma do SEIA,

c) criar mais poderes de execução;

d) criação de um tribunal dedicado ao ambiente; e

e) reformar a estrutura institucional para a gestão de parques e florestas.

Esse processo resultou na passagem de uma política ambiental que incide sobre a coordenação de serviços e, consequentemente, onde a política e gestão ambiental foi realizada nos Ministérios setoriais, para uma política em que uma única e mais antiga instituição (Ministério do Meio Ambiente), assumiu a responsabilidade direta para a concepção, gestão e controle da política ambiental no Chile (PIZARRO, 2007).

No caso brasileiro, a política ambiental data dos últimos cinquenta anos, como resultado da ação de movimentos sociais locais e de pressões vindas de fora do país. Nas conferências internacionais, os temas predominantes eram o fomento à exploração dos recursos naturais, o desbravamento do território, o saneamento rural, a educação sanitária e os embates entre os interesses econômicos internos e externos. A legislação que dava base a essa política era formada pelos seguintes códigos: de águas (1934), florestal (1965) e de caça e pesca (1967).

Em 1973, pouco depois da Conferência de Estocolmo, foi criada no Brasil a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), órgão especializado no trato de assuntos ambientais sob a coordenação do Ministério do Interior. A SEMA se dedicava ao avanço da legislação e aos assuntos que demandavam negociação em nível nacional. O modelo da política ambiental brasileira elaborada a partir da Conferência de Estocolmo tinha, assim, como pilares: o controle da poluição e a criação de unidades de conservação da natureza. O crescimento populacional e o saneamento básico foram considerados importantes componentes de políticas setoriais de impacto sobre o meio ambiente (FERREIRA, 2000).

A partir da década de 1960 até meados de 1970, a política ambiental brasileira caracteriza-se por intervenções urbanas com projetos públicos em larga escala, produção em massa de serviços urbanos como habitação, água, esgoto, design urbano e rígido funcionalismo urbano. Pós-1960 com o progresso e apropriação

social da tecnologia para qualidade de vida, a forma de ocupar a terra se altera muito, então surge o urbanismo contemporâneo (MENDONÇA, 2004).

A partir de meados de 1970, ficam evidentes os fracassos de mega-projetos urbanos e surge a valorização de tipologias locais de assentamentos de classe baixa, adotam-se tecnologias locais, ações em curto prazo, enfatizam-se os recursos da auto-ajuda e participação comunitária (ULTRAMARI, 2001). Aparentemente, o paradigma, que havia fundado os padrões que buscavam constituir a sociedade como objeto da ação entra em declínio com a crise do Estado Brasileiro nos anos 1970, (RIBEIRO; CARDOSO, 1994) e com a ascensão dos movimentos ambientalistas e o agravamento de problemas urbanos (LIMA; RONCAGLIO, 2001).

Christian Topalov (1997) coloca que, como contraponto a este declínio, estaria em emergência um novo paradigma, o ecológico, estabelecendo nos problemas, novas técnicas de ação e novas escalas de articulação. Estabelecendo certa articulação entre o projeto ambientalista e a desregulação (TOPALOV, 1997). Em outra análise, que incorpora a questão ambiental no âmbito das políticas públicas, Ribeiro e Cardoso (1994) ponderam que é possível que a emergência avassaladora da questão ambiental signifique não um novo paradigma, mas novo padrão que possa se articular ao paradigma do planejamento. Estaríamos então, diante de um novo padrão que coloca a cidade não como uma questão social, ou de desenvolvimento, mas como uma questão ambiental (RIBEIRO; CARDOSO, 1994).

Em 1988, o Estado, ao adotar a competência concorrente para o meio ambiente, a partir da Constituição Brasileira alterou a relação das esferas de governo, centralizando políticas públicas (PACHECO *et al*., 1992). Sucede-se a partir daí uma ampla edição de leis ambientais, o governo percebe que o uso da questão ambiental como marketing e como forma de desviar a atenção da opinião pública dos

problemas econômicos e políticos (LIMA; RONCAGLIO, 2001). Inicialmente a percepção dos problemas ambientais é vinculada a uma corrente preservacionista que aponta a necessidade de criar ou ampliar as áreas verdes no espaço urbano (LIMA; RONCAGLIO, 2001). Pode-se considerar que a proteção da natureza é um dado relativamente novo para o planejamento urbano.

No Brasil prevalece a idéia de que o campo ou rural e também o "natural" seriam apenas espaços residuais de um ambiente pretérito, arcaico e não-desenvolvido. O espaço rural atualmente com a valorização da proximidade com a natureza vem sendo vendido como uma possibilidade de um elo maior com a natureza, já transformada.

Há uma construção ideológica e hegemônica marcada pela separação entre o "ambiente construído" e o "ambiente natural". Existe a ideia de espaço natural como espaço abstrato, e seu oposto, o espaço construído como espaço social; porém, ambos recebem valor, norma, função e são construídos (MACHADO, 2000). Desde o surgimento de cada vila e cidade, espaços arborizados eram criados para a harmonização da paisagem. Praças ou largos foram muito presentes na organização do espaço nas cidades brasileiras desde os primeiros séculos da colonização (DE ANGELIS; DE ANGELIS, 2000), onde aos fins de semana habitantes da cidade, da zona urbana e rural buscavam a diversão e lazer que esses lugares proporcionavam (DE ANGELIS; DE ANGELIS, 2000). Com o tempo houve transformações nos hábitos e costumes, e uma nova forma de percepção do ambiente urbano, as praças deixaram de ser um espaço prioritário de recreação e o lugar de vivência (PEGOLO; DEMATTE, 2002). Mais recentemente, as áreas verdes passam a receber novos usos e o apreço pelas áreas verdes parece estar sendo resgatado, mas o uso foi transformado mantendo sua essência como elemento participante da história humana e a imagem das áreas

verdes que sempre esteve relacionada ao ideal de bem-estar e felicidade.

Em 1988, ao adotar a competência concorrente para o meio ambiente, a Constituição Brasileira alterou a relação das esferas de governo, centralizando as políticas públicas. Os municípios ressentem-se de falta de poder decisório sobre questões relativas à água e saneamento, e buscam aglutinar na forma de consórcios intermunicipais. O reconhecimento da existência desses consórcios, por parte do governo estadual e federal, implica em mudanças profundas no processo decisório (PACHECO *et al*., 1992).

Postas algumas características da governança e legislação ambiental em nível nacional e regional, será analisado o filtro dessa apropriação do discurso ambientalista nas práticas locais, na escala intraurbana.

TENDÊNCIAS NAS PRÁTICAS URBANAS LOCAIS: AS ÁREAS VERDES URBANAS

As associações entre a problemática ambiental e a urbanização são evidentes, sobretudo quando se relaciona o crescimento da população urbana e da malha física à escassez de recursos, a poluição e a qualidade de vida.

A extrema utilização do tema da questão ambiental no planejamento urbano-ambiental traz uma nova forma de olhar o meio ambiente, ou o espaço geográfico, com grande relevância para a noção de qualidade ambiental. Atualmente a produção urbana da natureza é motivada por uma visão utilitarista do espaço que determina as renovações urbanas e as alterações da paisagem.

Observando um filtro da política e da absorção do discurso ambiental do plano internacional ao local, temos a escala local como

o principal espaço de execução de políticas ambientais. Observa-se uma proliferação de programas e projetos de cidades sustentáveis, cidades saudáveis e gestão ambiental urbana sob a batuta e inspiração de organizações como o Banco Mundial, Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, PNUD, UNICEF, Comunidade Europeia, dentre outros (BRAGA, 2001). Temas como desenvolvimento urbano, aquecimento global, controle da poluição atmosférica e hídrica nas cidades, utilização sustentável de recursos naturais e conservação de espaços verdes no interior dos espaços urbanos, têm forte presença na agenda das principais organizações multilaterais voltadas para o desenvolvimento e para a questão urbana, bem como em seus critérios para aprovação de projetos e concessão de financiamentos (WORLD BANK, 1994; UNDP, 1999 *apud* BRAGA, 2001).

No âmbito das políticas de planejamento urbano, na década de 1990 o discurso recorrente nos documentos do banco mundial é a preocupação ambiental. Paralelamente às preocupações tradicionais de economia de mercado e o controle fiscal e tributário como condições para o crescimento econômico, agora surge a ideia de que estes não excluem uma política ambiental efetiva ou mesmo a busca de um desenvolvimento sustentável (ULTRAMARI, 2001).

Tomando um elemento da política ambiental em escala local, temos como exemplo a apropriação das áreas verdes urbanas a malha urbana. No atual modelo de produção do espaço urbano, muito semelhante nas grandes metrópoles latino-americanas, temos a dispersão urbana como transformadora da paisagem.

Atualmente, no padrão de urbanização dispersa ou difusa, observa-se que as grandes cidades latino-americanas cada vez mais apresentam uma estrutura policêntrica, onde o sistema de redes tende a substituir o antigo modelo centro-periferia (SPÓSITO, 2001) e onde se evidenciam as profundas implicações ecológicas, sociais e econômicas que se expressam nos indicadores crescentes de

consumo de terra *per capita* e a diminuição da densidade de população nas áreas urbanas em expansão. As implicações da dispersão urbana começam a converter-se em uma preocupação fundamental das grandes aglomerações (HEINRICHS *et al*., 2009).

Nesse olhar específico de problemas ambientais na escala local, compreende-se as áreas verdes urbanas como qualquer área provida de vegetação dentro do espaço urbano, de qualquer porte, incluindo jardins, praças, parques, bosques, canteiros em vias públicas e áreas preservadas, tanto públicas quanto privadas, que exerçam as funções de contemplação, circulação, para estar, recrear ou praticar esportes, possuindo as funções estética, educativa, de lazer e ecológica (NUCCI; CAVALHEIROS, 1996).

Um estudo sobre os efeitos da distância entre as áreas residenciais e os cursos d'água e áreas de recreação sobre o valor dos apartamentos demonstrou que imóveis próximos às áreas verdes têm um valor agregado de 5 a 15% superior que em áreas desprovidas de arborização (KIELBASO, 1994 *apud* OLIVEIRA, 2006). Os fragmentos florestais, as praças e bosques, os remanescentes de natureza, as áreas verdes dos novos loteamentos, que ainda existem em meio à cidade estão sendo (re)incorporados como demonstrativo de qualidade de vida que pode ser comprada (RODRIGUES, 1998), alheia a lógica de proteção ambiental como uma macro-diretriz urbana. No contexto de urbanização capitalista, a natureza adquire valores totalmente diferentes, através de novos modelos de sociedade, o que acaba por imprimir novas ideias na concepção de natureza.

A destinação de áreas verdes no espaço urbano associa-se a interesses públicos ou privados, como ocorre com gestões públicas específicas e também com promotores/incorporadores imobiliários, interessados diretamente na reprodução do capital. Assim, observa-se que estes espaços são implantados com discursos que os remetem como espaços importantes para toda a população, mas se coadunam

aos interesses do capital em se reproduzir em escala ampliada no espaço urbano, contribuindo para a ampliação das desigualdades socioespaciais.

Com a disseminação da ideia de valorização do "verde", da "vista", dos aspectos naturais, como algo rentável ao diferenciar-se dos demais espaços, o espaço não se referencia mais apenas aos atributos que lhe são auferidos como contendo o "verde", detentor de serviços e infra-estrutura, mas sendo ele próprio uma mercadoria, sobrepondo a dominação sobre a apropriação, o valor de troca sobre o valor de uso (CISOTTO, 2009).

A visão do capital sobre a natureza também tem sofrido modificações, pelo menos no tocante ao ritmo de exploração, e o capitalismo já não mais defende que a natureza precisa ser usufruída, sugada, explorada, por ser esta, uma fonte inesgotável de recursos. A forma capitalista de produzir a cidade e a natureza alterou a concepção de natureza. Nessa nova concepção, o capital divulga ideias ambientalistas, próximas ao conceito de natureza das comunidades primitivas, como o lugar da vivência, portanto de se respeitar e zelar (CISOTTO, 2009).

As políticas ambientalistas implementadas na escala urbana vão além da definição de políticas em macro escala, gerenciada pelo movimento do capital. A produção do espaço urbano nas cidades capitalistas objetiva a produção e reprodução do capital, as condições são criadas com esse objetivo e a cidade é vista como a materialização das relações e práticas sociais, sendo assim construída para se tornar eficiente à circulação, produção e consumo de fluxos e mercadorias, sem a absorção/incorporação dos valores conservacionistas e preservacionistas. Assim, "as relações de produção capitalistas dominam o espaço e se apropriam dele, passando a produzi-lo e a transformá-lo através do sentido do urbano" (SANTANA, 1999, p. 182).

À medida que deixamos às claras a forma como o capital atua, se utilizando do discurso ambientalista, deixamos de ser ambientalistas a serviço do capital, com consciência de que não pode haver distinção entre homem e natureza, pois a humanidade se insere na natureza, portanto, a transformação e preservação da natureza não tem outro caminho senão a transformação da própria humanidade. Todos os problemas do meio ambiente são consequências de outros, ocasionados pelo modo como o homem vê o mundo, suas relações com o poder, com as outras pessoas, com a produção de seus bens e com a geração constante de novas necessidades.

Esse movimento de produção urbana e da natureza supostamente seria direcionado pelos planos diretores municipais e planos locais de gestão, com os ideais expostos na Agenda 21, com macro intencionalidades que conciliam métodos de proteção ambiental e justiça social. Mas, efetivamente, dentre os agentes produtores do espaço urbano, o mercado imobiliário se sobrepuja e organiza o território, se apropriando do valor da natureza como nova raridade selecionando espaços e fomentando a seletividade espacial, seguindo na contramão das propostas ambientalistas da agenda internacional.

Observa-se a não efetivação das propostas indicadas na Agenda 21, que é um plano de ação participativo para ser adotado nos níveis da administração municipal, estadual ou nacional, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que aconteça algum tipo de ação humana, através da preparação e implementação de um plano de ação estratégica de longo prazo, dirigido às questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável. Temos uma ação predatória, motivada pelos interesses imediatistas, o crescimento desordenado, a especulação imobiliária que deteriora o quadro ambiental das cidades, principalmente em termos de paisagem urbana. Para servir ao capital, as cidades, em nome da economia e da funcionalidade,

alteram a paisagem urbana (SERPA, 2007), trazendo fortes impactos socioambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contradições da produção social do espaço são evidenciadas pela análise da apropriação da natureza. Nesse sentido, observa-se que a lei de mercado é o que direciona essa construção espacial, sendo a construção das políticas ambientais existentes apenas um discurso que geralmente não é aplicado.

Dessa forma, a compreensão das intenções de diversos setores, sejam políticos, socioculturais ou econômicos, auxilia na compreensão das necessidades humanas e na formulação e implementação de políticas urbanas e ambientais.

A questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza e diz respeito não apenas a problemas relacionados à natureza, mas às problemáticas decorrentes da ação social (RODRIGUES, 1998). A compreensão dessas relações de produção urbana e produção da natureza são de extrema relevância, pois nos incitam à análise de um processo em curso de valorização diferencial da terra e de mudança no discurso do planejamento urbano-ambiental que auxiliará, inclusive, na ajuda ao combate às mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, C. M. **Sustentabilidade**: caminho ou utopia?. São Paulo: Annablume, 2006;

ANGELIS NETO, G.; ANGELIS, B. L. D. "A vegetação e sua importância no controle de áreas urbanas degradadas". **Anais do IV Simpósio Nacional de Áreas Degradadas**. Blumenau: Fundação Universidade Regional de Blumenau, 2000.

BRAGA, T. M. **Belo Horizonte**: desafios da dimensão ambiental nas políticas urbanas (Tese de Doutorado em Economia). Campinas: UNICAMP, 2001.

CISOTTO, M. F. **Natureza e Cidades**: relações entre os fragmentos florestais e a urbanização de Campinas (Dissertação de Mestrado em Geografia). Campinas: UNICAMP, 2009.

CONAMA - Comisíon Nacional del Medio Ambiente. **Una Política Ambiental para el Desarrollo Sustentable**. Santiago: CONAMA, 1998. Disponível em: <http://www.sinia.cl>. Acesso em 10/04/2012.

DELPUPO, C. H. "Cenários futuros em mudança do clima: Uma visão pós-2020". *In*: FUJIHARA, M. A.; LOPES, F. G. (orgs). **Sustentabilidade e mudanças climáticas**: guia para o amanhã. São Paulo: Terra das Artes Editora/SENAC SP, 2009.

DIAZ, M. V. "La política ambiental argentina: su errático desarrollo". **Kairos - Revista de Temas Sociales**, vol. 10, n.18, Noviembre, 2006.

FERREIRA, L. C. "Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro". **Revista Ambiente Sociedade**, vol. 1, n. 5, 2000.

HEINRICHS, D.; NUISSL, H.; SEEGER C. R. "Dispersión urbana y nuevos desafíos para la gobernanza (metropolitana) en América

Latina: el caso de Santiago de Chile". **Revista Eure**, vol. 35, n. 104, Abril, 2009.

JASANOFF, S. "Heaven and Earth: The politics of environmental images". *In*: JASANOFF, S., MARTELLO, M. L. (eds.). **Earthly Politics**: Local and global in environmental governance. Cambridge: MIT, 2004.

KHALILI, A. "O meio ambiente chegou ao mercado". **Revista ESPM**, vol. 17, n. 1, janeiro/fevereiro, 2010.

LEIS, H. R. A **modernidade insustentável**: As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevideo: Annablume, 2004.

MACHADO, M. H. F. "Urbanização e Sustentabilidade Ambiental: Questões do Território". **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 2, n. 3, 2000.

MEDONÇA, F. (org.). **Impactos sociais ambientais**. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

NUCCI, J. C.; CAVALHEIRO, F. "Espaços livres e qualidade de vida urbana". **Anais do III Congresso Brasileiro de Arborização Urbana**. Salvador, SBAU, 1996.

OLIVEIRA, E. G. **Saneamento Ambiental e Regulação Urbana no Município de Campinas** (Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo). Campinas: Unicamp, 2006.

PACHECO, R. S. *et al*. "Atores e conflitos em questões ambientais urbanas". **Revista Espaço e Debates**, vol.12, n.35, 1992.

PEGOLO, L. C. N. C.; DEMATTÊ, M. E. S. P. "Estudo sobre as praças de Jaboticabal e Taquaritinga – SP". **Holos Environment**, vol. 2, n.1, 2002.

PIZARRO, R. "La Reforma Ambiental en Chile". **Journal of Technology Management and Innovation**, vol. 2, n. 2, 2007.

RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. "Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências". **Revista Espaço e Debates**, vol. 14, n. 37, 1994.

RODRIGUES, A. M. **Produção e Consumo do e no Espaço**: a problemática ambiental urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTANA, P. V. "A Mercadoria Verde: A Natureza". *In*: DAMIANI, A. *et al*. (orgs.). **O Espaço no fim do Século**: A nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

SCHMIDT, J. A.; ZANOTELLI, C. T. "MERCOSUL e a política de proteção ambiental". **Revista Saúde e Ambiente**, vol. 5, n. 2, 2004.

SERPA, A. S. P. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SPOSITO, M. E. B. (org.). **Urbanização e cidades**: Perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

TOPALOV, C. "Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma da ação sobre a cidade e o habitat?". **Cadernos IPPUR**, vol. 11, n. 1/2, 1997.

ULTRAMARI, C. "Origens de uma política urbano-ambiental". **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 3, janeiro/junho, 2001.

VIOLA, E. “O Movimento Ambientalista no Brasil (1971-1991): da Denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável”. *In*: GOLDENBERG, M. (org.). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.

CAPÍTULO 3

Impactos Socioambientais da Cadeia Produtiva da Carne Bovina na América do Sul

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA CADEIA PRODUTIVA DA CARNE BOVINA NA AMÉRICA DO SUL

João Vitor Lena Sassi

O modelo neoextrativista[5] presente em grande parte dos países da América do Sul é pautado na produção extensiva de *commodities* para a exportação. Esse modelo passou a ser reproduzido a partir da crise econômica que atingiu a América do Sul na década de 80, como alternativa para mitigar os impactos do processo inflacionário que afetavam a região.

Com isso, ocorreu o incentivo por parte dos governos locais na produção de bens primários para a exportação, levando à desindustrialização sul-americana e à especialização em cadeias produtivas de *commodities*. Esse movimento de especialização continua a ser reproduzido posteriormente com a ascensão da chamada "onda rosa"[6], gerando uma grande dependência dos países sul-americanos em relação às cadeias produtivas de bens primários.

Com a reprodução contínua do neoextrativismo e as cadeias produtivas consolidadas na América do Sul, a pesquisa se encarregou de trazer a principal cadeia produtiva de *commodities* de origem animal, com uma alta receita e consequentemente, altos impactos ambientais: a cadeia produtiva de carne bovina de corte, sendo a América do Sul a principal produtora do mundo.

[5] O neoextrativismo é definido como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho (SANTOS, *et. al.*, p. 1, 2014).

[6] "Onda rosa", do inglês *pink tide*, foi o termo que surgiu como uma cor mais branda, que indicava o crescimento dos ideais sociais democratas, ao contrário da cor vermelha que representava o comunismo.

A partir da caracterização através de uma revisão bibliográfica e de dados adquiridos por meio de documentos da ONU, Fundação Heinrich Böll e artigos científicos, são identificados os principais causadores dos impactos socioambientais dentro da cadeia produtiva de carne bovina de corte derivados, principalmente do início da cadeia produtiva, à produção de insumos e à produção animal.

Os impactos dessa cadeia produtiva atingem diversas esferas mediante o uso da terra, água e poluição aérea, causando impactos diretos que vão desde a desapropriação de terras e ameaça às populações locais até os impactos indiretos, com o aumento do aquecimento global e a retirada da água de seu ciclo natural.

Na sequência será discutida a metodologia, seguida do referencial teórico que norteia este trabalho e, finalizando com os resultados e discussões.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como enfoque a realização de uma revisão bibliográfica sobre os impactos socioambientais da cadeia produtiva da carne bovina na América do Sul.

Para isso, foram utilizadas, inicialmente, bibliografias que auxiliaram na caracterização do objeto de estudo. Assim, selecionamos livros, artigos e documentos relacionados ao histórico, disponibilidade de recursos naturais e a dinâmica produtiva sul-americana com o modelo neoextrativista voltado à exportação de *commodities*, no qual se enquadra a cadeia produtiva da carne bovina.

Como forma de dimensionar a relação entre a produção de carne bovina e os impactos socioambientais, foram selecionadas

publicações que apresentam os principais setores impactados pela cadeia produtiva de bovinos de corte, e sua relação direta e indireta com o ser humano.

Na sequência foi realizada uma análise de bibliografias que auxiliaram a nortear a discussão. Selecionamos dois documentos publicados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês), o "Livestock's Long Shadow" (2006), e o "Tackling Climate Change Through Livestock" (2013), que resultaram em pontos importantes para a pesquisa: o primeiro refere-se ao funcionamento das diferentes cadeias e seus impactos para o meio ambiente e o ser humano; já o segundo apresenta um sistema de avaliação da produção, o Modelo Global de Avaliação Ambiental da Pecuária (GLEAM - Global Livestock Environmental Assessment Model), que avalia as "principais atividades das cadeias produtivas pecuárias, tendo seu foco em demonstrar as implicações ambientais da práticas produtivas das principais *commodities*, sistemas agropecuários e regiões" (FAO, 2013, p. 05). Assim, percebemos a diferenciação dos impactos ambientais, como a liberação de gases do efeito estufa, a poluição e o esgotamento do solo e da água.

Por fim, foi realizada uma revisão de dados, pautados em documentos da ONU, suas organizações derivadas, e as publicações intituladas de "The Meat Atlas" da Fundação Heinrich Böll organizados de maneira gráfica e sucinta, a fim de facilitar o entendimento da temática do artigo e solidificar os pontos colocados pela bibliografia analisada.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para a construção de um encadeamento adequado à discussão proposta neste artigo, selecionamos autores que contemplam em suas obras a estrutura do modelo neoextrativista sul-americano.

Dentre os principais autores, apontamos Gudynas (2015; 2016), que trata do extrativismo em suas diferentes facetas e demonstra a importância do mesmo na produção de *commodities* para a exportação; Svampa (2012), que além de abordar uma construção do modelo de produção de *commodities* da América do Sul, a desindustrialização e a dependência do neoextrativismo, aborda acerca da entrada dos países emergentes como concorrentes na compra de bens primários, um fator importante para o sistema produtivo agropecuário.

É feita uma caracterização da disponibilidade dos recursos naturais na América do Sul através de dados de observatórios e a necessidade de recursos naturais, principalmente terra e água, para a produção de *commodities* agropecuárias. Uma demonstração das principais cadeias produtivas agropecuárias e sua importância econômica por intermédio de dados arrecadados da FAO, organismos nacionais e bibliografias, afunilando, assim, para a cadeia produtiva de carne bovina, a que tem maior impacto econômico e ambiental entre as cadeias produtivas derivadas de animais.

Logo, foram utilizados dados compilados mediante documentos da FAO, observatórios sul-americanos de impactos e organismos governamentais, para demonstrar os impactos socioambientais.

O Modelo Global de Avaliação Ambiental da Pecuária (GLEAM) traz em sua composição os impactos climáticos dos processos envolvidos na cadeia produtiva de carne bovina em conjunto com outras informações disponibilizadas pela FAO, The Meat Atlas (2014/2021). Com o uso dos observatórios sul-americanos de impactos ambientais, notamos as particularidades de cada impacto, além da execução de peças gráficas, compilando as informações arrecadadas.

Por fim, discutimos a relação entre esses impactos e os seres humanos, trazendo as especificidades de como cada um dos impactos reverbera no meio social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a compreensão da cadeia produtiva da carne bovina presente na América do Sul, é necessário entender os principais pontos da sua formação como uma atividade de grande lucratividade e dependente de recursos naturais estratégicos, que adquirem esse caráter justamente por seu uso econômico (SENHORAS *et al.,* 2009).

Como ponto de início, trazemos a estruturação do movimento sul-americano de aumento na produção de *commodities*, resultado da crise que atingiu o subcontinente durante o final dos anos 70 e 80. Esse episódio tem início com a quebra da paridade entre o dólar e o ouro, proposta na conferência de Bretton Woods e um aumento considerável em seu valor, o que desestabilizou o comércio internacional e causou problemas inflacionários que alavancaram a crise na América do Sul (ALMEIDA, 2009).

Como forma de mitigar os impactos da crise, nos anos 1980 surgiram, na América do Sul, políticas de incentivo à produção e exportação de produtos agropecuários. Essas políticas estabilizaram as economias sul-americanas e formaram uma nova ordem político-econômica, que teve seu auge com a entrada de países emergentes no mercado internacional, disputando a aquisição de *commodities* (SVAMPA, 2012).

Nessa perspectiva formada no fim do século XX, se instaurou o modelo neoextrativista na América do Sul, "[...] focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos

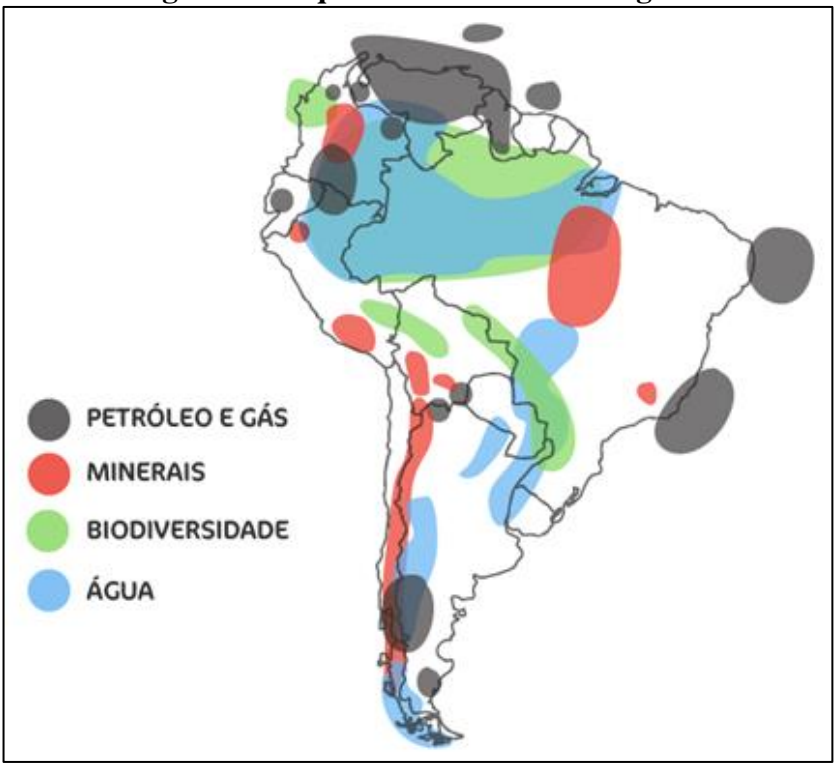
naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho" (SANTOS *et al.*, 2014, p. 01). Esse modelo econômico continuou sendo reproduzido na América do Sul, utilizado pelos governos da denominada "onda rosa", que ao mesmo tempo em que avançava em políticas sociais para combater a pobreza e as desigualdades, mantinha estática a estrutura neoextrativista sul-americana (BALESTRO *et al.* 2019).

Além da construção histórica propícia para a formação do neoextrativismo, esse modelo também teve sucesso na América do Sul, pela grande disponibilidade de recursos naturais que permitem tanto a extração direta, em que o ser humano modifica pouco o ambiente para a extração dos recursos, como na extração de madeira para comercialização; e a indireta, em que ocorre uma transformação prévia do ambiente, como no caso da produção de monoculturas, que tem a vegetação nativa retirada e o solo preparado para receber as sementes (GUDYNAS, 2015).

A Figura 1, mostra que os recursos vão desde grandes quantidades de recursos energéticos, metais não-combustíveis e biodiversidade, até os dois principais recursos naturais utilizados para a produção de *commodities* agropecuárias, e consequentemente, a cadeia produtiva de carne bovina: a água e a terra.

A definição feita pela FAO/UNEP (1997), traz a terra (do inglês *land*), como área terrestre que contém a biosfera sob e sobre a superfície, incluindo o terreno, solo e os componentes da hidrologia, sejam eles lagos, rios, brejos, pântanos ou reservas hídricas, o que demonstra a indissociabilidade entre a terra e a água e a dependência das mesmas para a existência dos seres vivos.

Figura 1 - Riquezas Naturais Estratégicas



Fonte: CECEÑA (2020). Adaptações próprias.

Ao observarmos esses recursos em um panorama sul-americano, conseguimos compreender o porquê da importância e contínua expansão das cadeias agropecuárias nesse subcontinente: 30% dos recursos hídricos renováveis do mundo se encontram na América do Sul, com importantes bacias hidrográficas como a do Amazonas e a do Prata (RODRIGUES, 2017), assim como um grande território de aproximadamente 17.800 bilhões de km², sendo cerca de 15.600 km² de área rural (INDEX MUNDI, 2019).

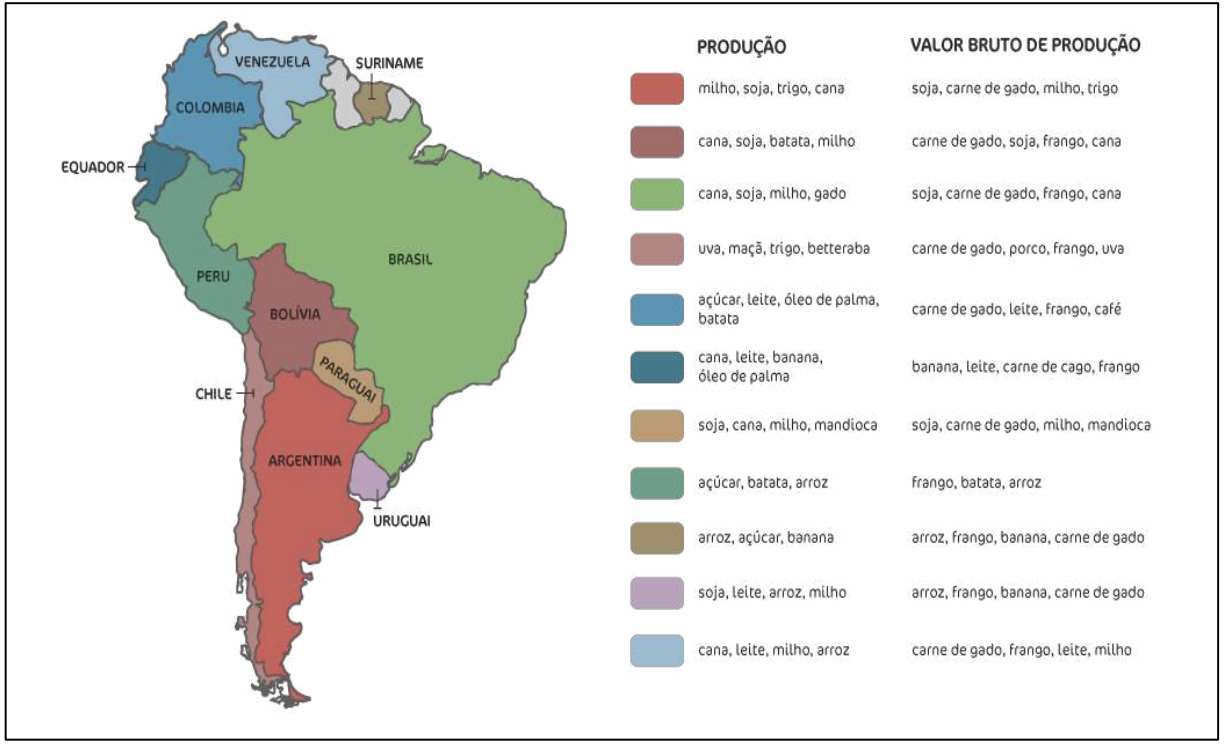
Para dimensionar o potencial econômico do sistema agroindustrial sul-americano, é feita uma separação dos diferentes produtos agropecuários por meio de cadeias produtivas, que abarcam o processo de produção de um bem específico desde a produção de seus insumos em cadeias secundárias, passando pelos processos produtivos, transporte e industrialização, até o produto adquirido pelo consumidor. (CCR; UFSM, 2009).

Conforme o ranking do FAOSTAT (FAO, 2019) da produção, o valor bruto de produção, exportações e valor arrecadado com as exportações, conseguimos identificar as principais cadeias produtivas de *commodities* na América do Sul. Analisando a produção dessas *commodities* podemos ver a ligação entre a produção e as exportações, como a soja, o milho e a cana de açúcar, que fazem parte das principais produções de diversos países, sendo também a maior parcela das exportações sul-americanas.

Dentro da análise encontra-se um ponto importante para a compreensão não só da temática deste artigo, como também da dimensão da cadeia produtiva de carne bovina na América do Sul: em relação ao montante arrecadado na exportação de *commodities*, encontramos a carne bovina com 12,3 bi U$ como a terceira principal, atrás somente da soja (47,6 bi U$), milho (13,7 bi U$), mas se destacando como a primeira em relação a outras *commodities* derivadas de animais.

Assim, podemos compreender a importância dessa cadeia produtiva para a balança comercial sul-americana, que mesmo tendo grande parte da produção voltada para o consumo interno, ainda representa uma grande parcela da receita da América do Sul.

Figura 2 - Principais *Commodities* Agrícolas da América do Sul: Produção e Valor Bruto de Produção



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: FAO (2021).

A CADEIA PRODUTIVA DE CARNE BOVINA NA AMÉRICA DO SUL

De acordo com a análise das implicações geográficas dessa cadeia, vemos que a produção em larga escala se localiza principalmente em cinco países: a Argentina, o Brasil, Colômbia, Paraguai e Uruguai, sendo os dois primeiros responsáveis por 79,8% de todo o volume de carne bovina produzido em 2018, na América do Sul (MALAFAIA *et al.*, 2019).

Quadro 1 - Maiores Produtores de Carne Bovina do Mundo (2020)

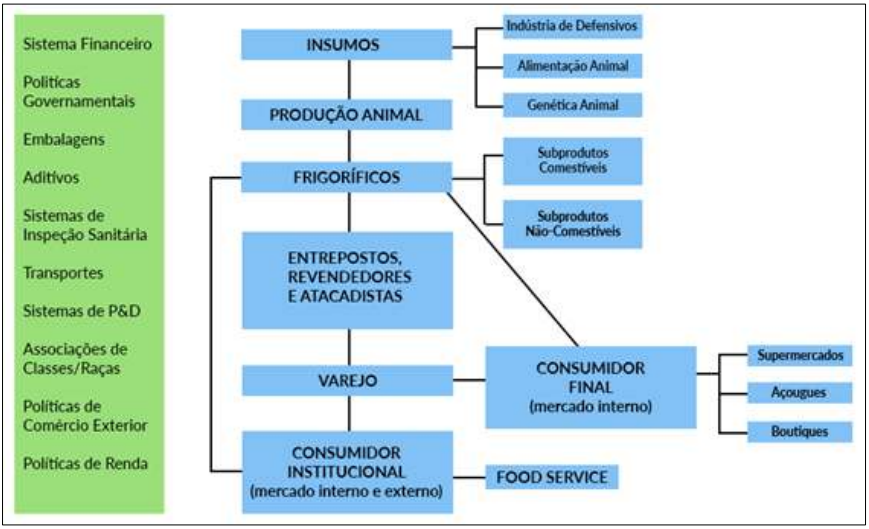
País	Produção	%	País	Produção	%
1 Estados Unidos	12,379	20,44	15 Paraguai	0,550	0,91
2 Brasil	10,100	16,67	16 Cazaquistão	0,521	0,86
3 União Europeia	7,810	12,89	17 Uruguai	0,520	0,86
4 China	6,720	11,09	18 Japão	0,479	0,79
5 Índia	3,760	6,21	19 Egito	0,367	0,61
6 Argentina	3,230	5,33	20 Iran	0,350	0,58
7 Australia	2,123	3,50	21 Ucrânia	0,350	0,58
8 México	2,079	3,43	22 Coréia do Sul	0,287	0,47
9 Paquistão	1,820	3,0	23 Bielorrúsia	0,280	0,46
10 Russia	1,378	2,27	24 Vietnam	0,234	0,39
11 Canada	1,310	2,16	25 Chile	0,223	0,37
12 Africa do Sul	0,950	1,57	% - do Mundo		
13 Colombia	0,744	1,23	Produção em Milhões de Toneladas		
14 Nova Zelândia	0,727	1,20			

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: COOK (2021).

Em 2020, o Brasil foi o 2º maior produtor de carne bovina do mundo, representando 16,67% da produção mundial, somente atrás dos Estados Unidos da América, com 20,44%. No mesmo ano, a Argentina se manteve em 6º lugar, com 5,33% da produção mundial; a Colômbia em 13º, representando 1,23%; o Paraguai em 15º, com 0,91% e o Uruguai em 17º, com 0,86% (Quadro 1).

A cadeia bovina tem seu início com a produção de insumos necessários para a produção e mantimento dos animais, em que é possível observar a dependência de outras cadeias produtivas, como a de produção de grãos para a alimentação complementar dos bovinos de corte, que além da pastagem, tem a suplementação, em sua maioria, baseada na soja e no milho (LANG, 2021).

Figura 3 - Cadeia Produtiva de Bovinos de Corte



Fonte: MALAFAIA (2016). Adaptações próprias.

A partir desses insumos ocorre a produção devidamente paramentada dos bovinos de corte. Ela vai desde a criação dos

novilhos até o momento em que o animal está pronto para o abate e é levado aos frigoríficos. Nessa etapa o produto segue com o fluxo da cadeia, e os subprodutos com destinação comercial.

Após a carcaça do animal ter passado pelo processo de retirada desses subprodutos, ela se destina para os diferentes subsistemas comerciais: os consumidores institucionais, nacionais e internacionais, entrepostos e o consumidor final. No canto esquerdo (Figura 3), encontram-se as atividades de apoio que a cadeia necessita para que haja fluxo e melhoramento da cadeia.

Dentre as etapas da cadeia produtiva de carne bovina, encontramos uma concentração dos impactos, principalmente na etapa de produção de insumos e produção animal. Isso se dá, em grande parte, pelo fato dessa cadeia, como a de outros ruminantes, como ovelhas e cabras "[...] ser diretamente dependente do ambiente em que vivem, forragens e recursos alimentares do que porcos e galinhas" (FAO, 2021).

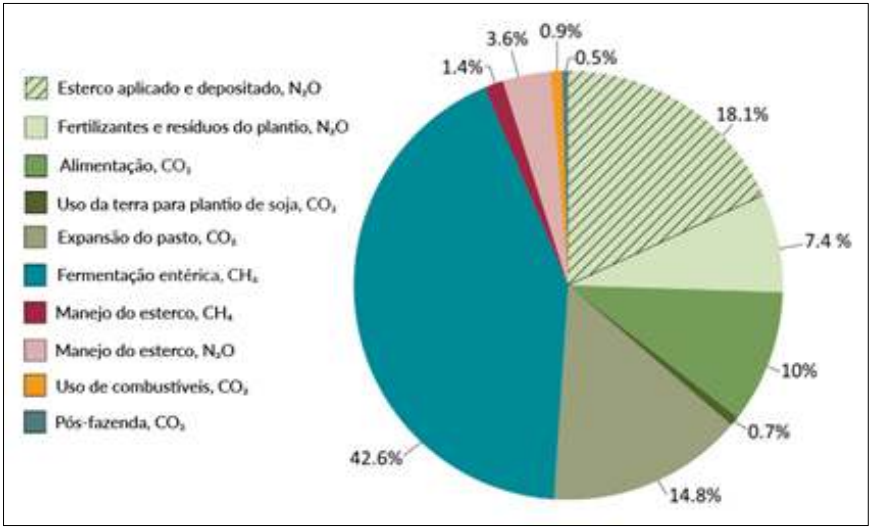
OS DIFERENTES IMPACTOS DA CADEIA PRODUTIVA DA CARNE BOVINA

Começaremos tratando dos impactos relacionados à poluição do ar. As emissões de poluentes aéreos e gases do efeito estufa (GEEs) pela produção de gado bovino, representam cerca de 4,6 gigatoneladas CO_2eq[7], representando 65% da emissão anual de toda a produção de animais para consumo humano no mundo (FAO, 2013)

[7] Equivalência em dióxido de carbono, CO_2eq ou CO_2e, é uma medida internacionalmente aceita que expressa a quantidade de gases de efeito estufa em termos equivalentes da quantidade de dióxido de carbono.

Segundo o Modelo Global de Avaliação Ambiental da Pecuária (GLEAM), essas emissões derivam principalmente da produção de recursos alimentares, fermentação entérica e o manejo do esterco (FAO, 2021).

Gráfico 1 - Emissões de Gases Poluentes da Cadeia Produtiva de Carne Bovina de Corte



Fonte: FAO (2013). Adaptações próprias.

Considerando a América do Sul como maior produtor de carne bovina do mundo (MALAFAIA, 2019), vemos a formação de grandes impactos, inicialmente com os fertilizantes utilizados na produção de grãos para alimentação dos animais, tendo como principal gás emitido o óxido nitroso, GEE trezentas vezes mais danoso que o dióxido de carbono (BÖRNECKE, 2014).

Segundo Börnecke (2014), "[...] a alta demanda por alimentação de animais - especialmente de soja - tem gerado um

aumento da produção agrícola. Onde a floresta tropical e cerrado são frequentemente liberados para cultivo" (BÖRNECKE, 2014, p. 34).

Essa expansão utiliza, em muitos casos, a queima da cobertura vegetal como método de limpeza do território a ser plantado, é mais barato e simples, mas causa um impacto ambiental significativo: baixo controle das dimensões atingidas pelas queimadas e grandes capacidades de causar mudanças climáticas (FAO, 2006).

Além da emissão de GEEs gerada pela produção de alimentos como grãos e pastagem, na etapa de produção animal encontra-se a fermentação entérica[8], responsável por aproximadamente 42,6% das emissões da cadeia produtiva da carne bovina (FAO, 2013).

Ainda acerca da relação dos alimentos e a produção animal, na América do Sul, vemos grande parte da produção ser baseada em pastagens, o que além de deixar o crescimento dos animais mais lento, auxilia em uma maior formação de óxido nitroso (N_2O) pelo esterco depositado nos pastos, resultando em uma emissão 33% maior que a média mundial de N_2O (23 kg CO2-eq/kg vs. 17 kg CO2-eq/kg) (FAO, 2013).

Correlatos à poluição aérea da cadeia produtiva da carne estão os impactos relativos ao uso da terra. Como a produção de carne bovina depende diretamente desse recurso natural considerado estratégico, os impactos acabam dividindo-se em duas principais esferas: ambientais e sociais. Os primeiros derivam principalmente de fatores presentes no início da cadeia produtiva de carne bovina.

Na Figura 3, podemos identificar os impactos tendo origem semelhante aos causadores da poluição aérea. Inicialmente, com a destruição de biomas e expansão para regiões de mata para a

[8]A fermentação entérica – um processo digestivo natural que ocorre em animais ruminantes, como gado, ovelhas e cabras.

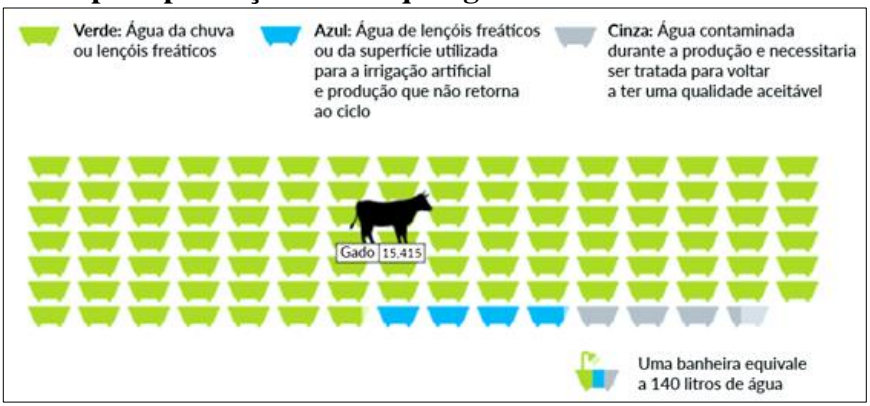
produção de grãos, que em grande parte são utilizados para a produção de rações animais e criação de pasto que acomodam a crescente produção de bovinos de corte, nos quais os principais biomas afetados são a floresta tropical e o cerrado que tiveram entre os anos de 2006 e 2017, mais de 220,000 Km² destruídos para o uso na cadeia produtiva da carne bovina e agronegócio (BÖRNECKE, 2014; LANG, 2021). Hoje, a área usada somente no Brasil para a produção de carne de gado de corte, é de 175 milhões de hectares, que equivale a toda a área agrícola da União Europeia (FATHEUER, 2021).

Na etapa de produção dos grãos, o mau uso de insumos e defensivos agrícolas acaba por poluir o solo. A poluição causada por essa produção em conjunto com o manejo inadequado do esterco dos bovinos, atinge em diversos níveis o meio ambiente, contaminando rios, lagos e aquíferos com agrotóxicos, nitratos e resíduos de antibióticos usados na produção de larga escala de bovinos de corte (KRIENER, 2013). Esse uso extensivo do solo para a produção de grãos e carne, também é atrelado ao processo de desertificação constatado como gradativo no território brasileiro (NDA, 2021).

Além das relatadas questões de cunho ambiental, encontramos o uso da terra e expansão da produção de bovinos de corte ligados a grandes impactos sociais, como a disputa por terras, que afeta, principalmente, populações mais vulneráveis, como campesinos, pequenos produtores e, principalmente, populações indígenas. Conflitos entre comunidades locais e produtores agropecuários crescem conforme se expande a produção e como resultado, além da perda de suas terras, as comunidades tradicionais, indígenas e ativistas sofrem atentados à sua vida (LANG, 2021). A terceira esfera dos impactos ambientais relacionados à cadeia produtiva da carne bovina é a dos resultados do uso e poluição da água.

Os impactos relacionados ao uso da água atingem profundamente o território em que são causados. Não só pela contaminação dos lençóis freáticos e corpos de água doce, como colocado acima, mas também pela grande utilização de água na produção: para produzir 1 quilograma de carne bovina são usados cerca de 15.400 litros de água (ANGELOPOULOU, 2020).

Figura 4 - Média global de água utilizada para produção de um quilograma de carne bovina



Fonte: HOLDING HAUSEN (2021). Adaptações próprias.

O Gasto de água relacionado à produção da carne de gado pode ainda ser dividido em três categorias (Figura 4), e tem como principais problemas a "água cinza", contaminada na produção de insumos alimentares e gado bovino, e a "água azul", a água que não retorna ao ciclo natural, diminuindo a capacidade hídrica da região em que é produzida.

A "água azul" é conhecida também como água virtual: ela "[...] diz respeito ao comércio indireto da água que está embutida em certos produtos, especialmente as commodities agrícolas, enquanto

matéria prima intrínseca desses produtos" (CARMO, *et.al.*, 2007, p. 84).

Com isso, ressalta-se que a produção de carne bovina não causa somente impactos diretos em relação à água, a retirada desse recurso do seu local de origem vai gradativamente minando a capacidade hídrica e agravando problemas já existentes.

Relacionando as diferentes esferas dos impactos ambientais causados pela cadeia produtiva da carne bovina, vemos como um modelo baseado no neoextrativismo e agropecuária extensiva afeta de forma crítica o meio ambiente, o que reitera como as diferentes esferas ambientais são interdependentes.

A produção de gado bovino, em sua completude, é o maior causador da destruição de ecossistemas e afeta diretamente populações dependentes dos mesmos. A produção agropecuária, com a utilização das terras como pastagens e para a produção de grãos, acaba poluindo ou alterando o curso da água necessária para a sobrevivência, gera conflitos (muitas vezes violentos) pela posse da terra e, por fim, mina a capacidade de viver dos povos dependentes do ecossistema local e pequenos agricultores (FATHEUER, 2021)**.**

No que se refere aos impactos indiretos, são constatadas diversas questões agravadas pela cadeia produtiva de carne bovina, frutos dos impactos nas diferentes esferas ambientais. O principal agravante encontrado na cadeia produtiva é a participação na emissão de GEEs, que contribuem significativamente para o aquecimento global, sendo esse setor responsável por cerca de 14,5% da emissão total dos gases do efeito estufa (WIN, 2018), em que a América do Sul se responsabiliza por um bilhão de toneladas CO2-eq anualmente, representando 54% da emissão total (FAO, 2013).

Na sequência, as considerações finais abordarão os pontos conclusivos do trabalho, visando demonstrar as questões de grande importância e oportunas para futuras discussões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ponto de reflexão, ao concluir este artigo, torna-se importante destacar o fato de que a grande maioria das cadeias produtivas, em especial de *commodities* agrícolas, causa impactos.

Com a crescente demanda de produtos primários em uma escala global, é confirmada a necessidade de produtores dos mesmos, o que corrobora com a continuidade de modelos altamente degradantes da esfera ambiental, como no caso do neoextrativismo vigente na América do Sul. Por isso, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas, melhoramento genético e tecnológico, assim como uma crescente conscientização sobre o consumo de carne bovina.

Além disso, um importante ponto para futuras discussões, e que foi tratado de forma rasa no artigo, justificada através de sua complexidade, é a crescente expansão da cadeia produtiva da carne bovina no território amazônico, que se aproveita de "áreas cinzentas" da legislação e da política.

Por fim, é importante destacar que o modelo neoextrativista é fruto da construção histórica da América do Sul com a lógica de que, enquanto os recursos naturais permitirem, ele será reproduzido. Pertencendo aqui, a discussão sobre alternativas viáveis para o futuro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. R. "A Crise dos Anos 1980: Estado e Economia". **Revista Tempos Históricos**, vol. 13, n.1, 2009.

ANGELOPOULOU, M. M. "How much water is in 1 kilo of beef?". **Portal Eletrônico Food Security Center** [26/11/2020]. Disponível em: <https://www.foodsecuritycenter.org>. Acesso em: 20/09/2021.

ARBAGE, A. P.; REYS, M. A. "Análise de Cadeias Produtivas". **Portal Eletrônico da UDSM** [2009]. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br>. Acesso em: 10/09/2021.

BALESTRO, M; MONTEIRO, C. F. "A Onda Rosa e o Neoliberalismo Resiliente". **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol.13, n.2, 2019.

BORNECKE, S. "The Grain in The Feed Trough". **Heinrich Boll Stiftung** [09/01/2014]. Disponível em: <https://www.boell.de>. Acesso em: 06/09/2021.

CARMO, R. L. *et al*. "Água virtual, escassez e gestão: O Brasil como grande ´exportador" de água´". **Revista Ambiente e Sociedade**, vol. 10, n.2, 2007.

COOK, R. "Ranking of Countries That Produce the Most Beef (USDA)". **Portal Eletrônico Beef2live** [14/12/2021]. Disponível em: <https://beef2live.com>. Acesso em: 15/09/2021.

FAO - The Food and Agriculture Organization. "Countries by Commodity". **FAO** [2019]. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acesso em: 02/06/2021.

FAO - The Food and Agriculture Organization. "GLEAM 2.0 - Assessment of greenhouse gas emissions and mitigation potential". **FAO** [2021]. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acesso em: 02/10/2021.

FAO - The Food and Agriculture Organization. "Livestock Systems". **FAO** [2021]. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acesso em: 27/09/2021.

FAO - The Food and Agriculture Organization. **Livestock's Long Shadow**: Environmental issues and options. Roma: FAO, 2006. Disponível em: <https://www.fao.org>. Acesso em: 21/09/2021.

FAO - The Food and Agriculture Organization. **Tackling Climate Change Through Livestock**: A global assessment of emissions and mitigation opportunities. Roma: FAO, 2013. Disponível em: <https://www.fao.org>. Acesso em: 20/09/2021.

FAO - The Food and Agriculture Organization/PNUMA- United Nations Environment Programme. **The Future of Our Land**: Facing the Challenge. Roma: FAO/PNUMA, 1997. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acesso em: 09/09/2021.

FATHEUER, T. "Ranchers in The Rainforest". **Heinrich Boll Stiftung** [2021]. Disponível em: <https://eu.boell.orgs>. Acesso em: 07/09/2021.

GUDYNAS, E. "O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões". *In*: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (orgs.). **Enfrentando os limites do crescimento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

GUDYNAS, E. **Extractivismos**: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. Cochabamba: CEDIB, 2015.

HOLDINGHAUSEN, H. "Thirsty Animals, Thirsty Crops". **Heinrich Boll Stiftung** [2021]. Disponível em: <https://eu.boell.orgs>. Acesso em: 07/09/2021.

INDEX MUNDI. "Land area (sq. km) - South America". **Index Mundi** [2021]. Disponível em: <https://www.indexmundi.com> Acesso em: 05/10/2021.

KRIENER, M. "When the Tank is Running Dry". **Heinrich Boll Stiftung** [2014]. Disponível em: <https://www.boell.de>. Acesso em: 06/09/2021.

LANG, S. **"**Feed, Soy Forest and Savanna". **Heinrich Boll Stiftung** [2014]. Disponível em: <https://www.boell.de>. Acesso em: 06/09/2021.

MALAFAIA, G. C. "A Produtiva da Carne Bovina Brasileira: Cadeia desafios e perspectivas". **Portal da EMBRAPA** [2016]. Disponível em: <https://cloud.cnpgc.embrapa.br>. Acesso em: 15/09/2021.

MALAFAIA, G. C. *et al*. "Onde está a produção mundial de carne bovina?". **Portal Eletrônico da EMBRAPA** [2019]. Disponível em: <https://www.embrapa.br>. Acesso em: 24/06/2020.

PEREZ, A. "Entendendo sobre Desertificação: Conceitos, características, causas, consequências e soluções". **Portal Eletrônico do Governo Federal** [05/07/2021]. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 15/10/2021.

RODRIGUES, B, S. "Análise dos Recursos Naturais Sul-Americanos Como Estratégia de Política Externa". **Brazilian Journal of International Relations**, vol. 6, n.1, 2017.

SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. "Neoextrativismo no Brasil? Atualizando a análise da proposta do novo marco legal da mineração". **Revista Pós Ciências Sociais**, vol. 10, n. 19, 2014.

SENHORAS, E. M. *et al*. "A Agenda Exploratória de Recursos Naturais na América do Sul: Da empiria à teorização geoestratégica de assimetrias nas relações internacionais". **Anales de XII Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Montevideo: Observatório Geográfico da América Latina, 2009.

SVAMPA, M. "Consenso de los Commodities, Giro Ecoterritorial y Pensamiento crítico en América Latina". **Revista Observatorio Social de América Latina**, vol. 13, n.32, 2012.

WIN, T. L. "Fighting global warming, one cow belch at a time". **Thomson Reuters Foundation** [2018]. Disponível em: <https://www.reuters.com>. Acesso em: 22/10/2021.

CAPÍTULO 4

Geopolítica dos Alimentos:
A Produção de Soja no Brasil, Argentina e Paraguai

GEOPOLÍTICA DOS ALIMENTOS: A PRODUÇÃO DE SOJA NO BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAI

Leandro Costa Cuerbas

Nos chama a atenção discussões que vem sendo travadas a nível internacional sobre a menor disponibilidade de alimentos. A alimentação é reconhecida internacionalmente como importante direito do ser humano, intimamente ligado com o direito à vida. Sendo assim, os alimentos e a gama de recursos envolvidos em sua produção se tornam elementos estratégicos nas relações entre os países e na geopolítica que se estabelece a partir desta constatação.

Portanto, no que convencionamos chamar de Geopolítica dos Alimentos se fazem presentes os seguintes fatores que justificam sua relevância na atualidade: a) o crescimento populacional e o aumento da renda nos países em desenvolvimento que pressionam a demanda por alimentos em nível mundial; b) a crescente demanda por territórios com recursos naturais para a produção de alimentos, especialmente terra e água; c) as mudanças climáticas apresentam riscos para a produção de alimentos em diversas áreas do globo, entre outros fatores.

Os atores hegemônicos da Geopolítica dos Alimentos, em especial as grandes corporações, lançam seus tentáculos nos territórios de diferentes países e buscam, assim, consolidar, a partir de seu poder econômico, o seu poder político e de influência nas tomadas de decisões locais. Lembramos, no entanto, que esse processo não se deu (e nem se dá na atualidade) sem a resistência dos atores contra-hegemônicos, que fazem frente a esse processo, objetivando manter seus meios e formas de vida.

Diante disso, a Geopolítica dos Alimentos se caracteriza por disputas, conflitos e cooperações entre diferentes atores em distintas escalas, desde a global até a local no que diz respeito à produção e comercialização de alimentos.

A América do Sul se configura, assim, como importante palco da Geopolítica dos Alimentos, já que grande parte de sua economia gira em torno da produção de produtos primários, possui abundância de terra e água. Fatores primordiais para a produção alimentar. Voltamos nossa atenção para três países: Brasil, Argentina e Paraguai, que figuram entre os maiores produtores de soja do mundo.

Sendo assim, a América do Sul, com especial olhar aos países acima apontados, é palco geopolítico de resistências e conflitos territoriais que giram em torno do modelo de produção adotado por esses países e, por isso, importante recorte geográfico para o estudo dessas dinâmicas, bem como, para a proposição de diferentes formas de se pensar e praticar um novo modelo de produção alimentar. Para tanto, nos questionamos: Quais são os atores contra-hegemônicos da Geopolítica dos Alimentos nesses países? Quais os processos de resistência que esses atores colocaram ou colocam em prática na luta pela manutenção de seus meios e formas de vida? Qual a repercussão e resultado desses processos de lutas?

Portanto, objetivamos neste trabalho identificar os atores contra-hegemônicos da Geopolítica dos Alimentos, suas formas de atuação e a repercussão das lutas empreendidas por eles.

Para tanto serão levantados dados secundários e informações a partir da leitura e análise de publicações de órgãos governamentais (ministérios, secretarias e atos normativos), de institutos de pesquisa, estudos de Organizações Não Governamentais e fontes jornalísticas, em especial, as de caráter não hegemônico.

Portanto, se utilizará de fontes secundárias de dados e informações, que serão levantadas e selecionadas de acordo com a pertinência para o escopo desse trabalho e, posteriormente, serão analisados e interpretados de forma qualitativa a partir do referencial teórico adotado pelo pesquisador.

Por fim, o artigo está divido da seguinte forma: em um primeiro momento traçamos alguns elementos teóricos que contribuem para o delineamento inicial do que vem a ser a Geopolítica dos Alimentos. Na parte 2, são estabelecidas discussões e apresentados alguns dados sobre a produção da soja no Brasil, Argentina e Paraguai, os impactos territoriais com foco nos atores contra hegemônicos, ou seja, que fazem resistências à expansão deste modelo produtivo. Ao final, delineamos algumas discussões na tentativa de estabelecer breves considerações sobre os levantamentos realizados até o momento.

DISCUSSÃO TEÓRICA: TRAÇANDO ELEMENTOS PARA SE CONCEITUAR A GEOPOLÍTICA DOS ALIMENTOS

A Geopolítica tem a "[…] tarefa nada trivial, dentre outras, examinar e interpretar os modos de exercício do poder estatal na gestão dos negócios territoriais e a própria dimensão territorial das fontes e das manifestações de poder em geral." (COSTA, 1992, p. 15). Complementando, essas manifestações de poder podem ser esclarecidas a partir da análise e compreensão da atuação geopolítica dos Estados, das corporações, entre outros atores que podem ser identificados no processo de análise. Becker (2005) aponta que nas diferentes esferas da sociedade há diferentes atores com suas geopolíticas diversas:

> Todos os agentes sociais organizados, organizações religiosas, movimentos sociais, etc., têm em suas próprias territorialidades, acima e abaixo da escala do Estado, suas próprias geopolíticas, e tendem a se articular, configurando uma situação mundial bastante complexa (BECKER, 2005, p. 72).

No que diz respeito à Geopolítica dos Alimentos, o que conduz a disputas, conflitos e cooperações entre os diferentes atores é a constatação de que os recursos envolvidos na produção de alimentos são estratégicos na atualidade.

> Um recurso natural somente torna-se estratégico quando ele passa a ser escasso e potencialmente vital para o desenvolvimento de atividades econômicas, uma vez que o componente conflitivo da geopolítica dos recursos naturais acontece em função da assimetria natural de sua dotação, quando em alguns territórios há abundância e em outros há escassez (SENHORAS; MOREIRA; VITTE, 2009).

Além disso, segundo a Embrapa (2019), outros fatores têm contribuído para a importância do debate sobre a Geopolítica dos Alimentos, como por exemplo, o crescimento populacional mundial (ONU, 2019), aumento da renda nos países em desenvolvimento (a publicação chama a atenção para China e Índia) e, por fim, a expansão da demanda por biocombustíveis a partir de produtos advindos da agricultura, que impactam sobremaneira na demanda por determinados produtos agrícolas.

O elemento essencial aqui é o da disputa em escala global por territórios cujos atributos primordiais são os recursos naturais para a produção de alimentos, principalmente terra e água, que devem estar

disponíveis abundantemente e com possibilidade de sua exploração, sendo, assim, elementos chaves para se entender a dinâmica da Geopolítica dos Alimentos.

Em 2011, o Banco Mundial lança uma publicação na qual já chamava a atenção para o fato de que a demanda por terra tem sido enorme ao longo dos últimos anos:

> O aumento no preço dos alimentos em 2007-08 e a relativa volatilidade e alta nos preços no período subsequente chamou a atenção de muitos países dependentes de importação de sua vulnerabilidade à insegurança alimentar, o que os impulsionou a procurar oportunidades em outros países para garantir, assim, seu suprimento de alimentos (2011, p. 25).

Harvey (2004) faz importante contribuição ao entendimento dessas dinâmicas com a ideia da "acumulação por despossessão", que vai evidenciar os interesses econômicos globais em detrimento da realidade local, especialmente, as questões ambientais e o destino das populações. López (2021) explicita e enfatiza de forma bastante clara essa situação:

> Una muestra de ello es la situación de comunidades campesinas, pueblos indígenas, comunidades costeras y afrodescendientes que luchan específicamente por la defensa de sus derechos culturales, económicos y territoriales ante el avance de territorialidades extractivistas basadas en la exclusión y el despojo, o lo que se ha denominado como 'acumulación por desposesión' (HARVEY, 2004), como un proceso que ha colocado en disputa

> el territorio, el medioambiente y la condición de vida de pueblos enteros (LOPES, 2021, p. 176).

A partir desse contexto, as corporações tendem a traçar suas estratégias geopolíticas pelo mundo, avançando seus *tentáculos* sobre territórios dos Estados-nacionais. "Assim, essa crescente internacionalização e o crescente poder das Corporações, como já se afirmou, desafiam a soberania das economias territoriais" (FREITAS, 2013, p. 68) e

> Cada vez mais corporações transnacionais e fundos de investimentos utilizam estratégias mais sutis de controle do território, não implicando necessariamente na desterritorialização, mas resultando em outros impactos, como perda da soberania alimentar, desmatamento e criminalização de movimentos de luta pela terra (PEREIRA, 2019, p. 15).

A esse modelo calcado na produção e exportação de produtos primários (a soja sendo um deles) com forte exploração dos recursos naturais presentes nestes territórios, Gudynas (2015) chama de extrativismo, que é assim resumido pelo autor:

> Todas las opciones corresponden a distintos tipos de extracciones, y entre ellas, el extractivismo expresa un caso particular. Por lo tanto, el extractivismo es aquí definido como un tipo de extracción de recursos naturales, en gran volumen o alta intensidad, y que están orientados esencialmente a ser exportados como materias primas sin procesar, o con un procesamiento mínimo (GUDYNAS, 2015, p. 13).

E continua,

> Se considera que la orientación exportadora prevalece cuando al menos el 50% del recurso extraído es destinado al comercio exterior. Las etapas incluidas en el extractivismo comprenden las acciones de exploración, descubrimiento, etc., las actividades propias de la extracción, pero también las fases posteriores (como cierre y abandono de los sitios de apropiación) (GUDYNAS, 2015, p. 13).

Gudynas (2015) traz ainda um enfoque bastante importante para a análise, pois articula o local (onde se efetiva o extrativismo) ao global (onde se dá grande parte do comércio desses recursos naturais), quando afirma que

> [...] Los extractivismos están enraizados en territorios precisos. Por otro lado, también contiene una dimensión global, ya que reconoce que esa apropiación tiene un destino que se orienta al comercio exterior. Pero más allá de tener presente ese vínculo, en la definición de extractivismo no se incluyen los detalles de la organización y función de esas redes internacionales que comercializan los recursos naturales (GUDYNAS, 2015, p. 13-14).

Sendo assim, a lógica extrativista tem como importantes atores as grandes corporações e o Estado como fomentador desta lógica:

> Encontramos actualmente una diversidad de extractivismos, donde en unos casos persisten las

> prácticas clásicas que descansan en las grandes corporaciones trasnacionales y en otros casos, aparecen los propios Estados llevándolos adelante. Es importante revisar tanto los aspectos comunes como las diferencias entre estos extractivismos (GUDYNAS, 2015, p. 07).

Svampa (2019) delinea este debate da seguinte forma:

> El neoextractivismo contemporáneo puede ser caracterizado como un modelo de desarrollo basado en la sobreexplotación de bienes naturales, cada vez más escasos, en gran parte no renovables, así como en la expansión de las fronteras de explotación hacia territorios antes considerados como improductivos desde el punto de vista del capital. El mismo se caracteriza por la orientación a la exportación de bienes primarios a gran escala, entre ellos, hidrocarburos (gas y petróleo), metales y minerales (cobre, oro, plata, estaño, bauxita, zinc, entre otros), así como productos ligados al nuevo paradigma agrario (soja, palma africana, caña de azúcar) (SVAMPA, 2019, p. 21-22).

Portanto,

> [...] el neoextractivismo presenta una determinada dinámica territorial cuya tendencia es la ocupación intensiva del territorio y el acaparamiento de tierras, a través de formas ligadas al monocultivo o monoproducción, una de cuyas consecuencias es el desplazamiento de otras formas de producción (economías locales/regionales), así como de poblaciones. En esta línea, a inicios del siglo XXI, el

> neoextractivismo redefinió la disputa por la tierra, lo cual enfrenta de modo asimétrico poblaciones pobres y vulnerables, con grandes actores económicos, interesados en implementar cultivos transgénicos ligados a la soja, la palma de aceite, la caña de azúcar, entre otros" (SVAMPA, 2019, p. 23).

O extrativismo também impulsiona processos de resistências locais e "[...] A pesar de las promesas de bienestar, casi todos los emprendimientos extractivistas generan resistencias ciudadanas y hacen estallar conflictos de todo tipo" (GUDYNAS, 2015, p. 07).

Como afirma Lopez (2021) o modelo produtivo adotado pelos páises em questão traz em seu bojo diversos conflitos sociais, ambientais, territoriais e culturais localmente. Isso se dá, em especial, pela luta contra a expansão territorial desse modelo nos países estudados. Esses conflitos se dão, em especial, pela posse de suas terras e uso da água para a manutenção de seus meios e formas de vida. Os seus territórios são marcados por conflitos e resistências de populações campesinas, indígenas, quilombolas, entre outras que são afetadas pela expansão da lógica capitalista neoextrativista sobre suas territorialidades.

Dados os elementos contidos nesta discussão, podemos evidenciar que na Geopolítica dos Alimentos as relações de poder e interações dos atores sobre o território são multifacetadas. Identificamos três esferas que se relacionam por meio de conflitos/disputas, cooperações mútuas e formação de alianças, que são, assim, colocadas em prática por diferentes atores geopolíticos:

1) a esfera corporativa: na qual há como expoentes as grandes corporações que, devido às suas capacidades financeiras e de atuação, possuem poder para

viabilizar seus interesses e objetivos em diferentes territórios;

2) a esfera institucional: na qual o Estado e seus diferentes órgãos têm a prerrogativa sobre o território por meio de suas ações e do planejamento, por exemplo. Há também aqui a atuação de entes supranacionais e multilaterais que podem influenciar a ação dos Estados Nacionais, bem como o papel do poder legislativo e judiciário; e

3) a esfera coletiva: marcada por grupos, associações, comunidades tradicionais, ambientalistas, ONGs etc., que podem agir em processos de adesão, manutenção e permanência ao ideário hegemônico (por exemplo, associações patronais) ou em processos contra hegemônicos, portanto de resistência e transformação social (comunidades tradicionais, por exemplo), que a partir de sua ação influenciam sobre decisões que impactam à sua maneira o território.

Nessa perspectiva, a América do Sul, assume importante papel na produção alimentar e, consequentemente, na Geopolítica dos Alimentos. Neste trabalho, chamamos especial atenção à esfera coletiva empenhada em processos contra hegemônicos, como veremos abaixo na sessão dos Resultados e Discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Expropriação e concentração de terras

Em meados da década de 60 inicia-se a implantação da chamada Revolução Verde na América Latina, com a premissa de

trazer modernidade ao meio rural e, assim sendo, o inserindo cada vez mais na lógica do sistema capitalista e do comércio global.

> [...] vários países latino-americanos, inclusive o Brasil, engajaram-se na chamada "Revolução Verde", fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização (CASTRO, 2017, p. 142).

Na década de 1990, esses processos, que já vinham historicamente sendo conduzidos se acirram ainda mais. Na América Latina, ganha força o processo de globalização impulsionado pelo neoliberalismo, que advoga a abertura dos mercados nacionais à produção, circulação e comercialização de mercadorias por empresas internacionais, bem como, a liberalização do mercado financeiro, com a prerrogativa do desenvolvimento econômico.

Fernandes *et al.* (2012, p. 35), afirma que é nesse período que se observa o aumento do aporte de investimentos estrangeiros: "Neste contexto, o investimento estrangeiro aumentou e os nomes de transnacionais sediadas nos EUA entraram no vocabulário comum: Cargill, Bunge, Monsanto e Syngenta". Empresas essas que dominam o mercado mundial de insumos para a produção alimentar.

Adentrando a primeira década do século XXI, temos o cenário de expansão da demanda[9] por terras agricultáveis, conforme apontado pelo Banco Mundial

[9] A soja é uma das *commodities* apontadas pela publicação como responsáveis pela crescente demanda de terras. Dsponível em: <http://aspta.org.br/article/corrida-mundial-por-terras-e-direitos-territoriais-no-brasil/>. Acesso em: 04/10/2021.

> Comparada a uma média de expansão de terras agricultáveis no mundo de menos de 4 milhões de hectares por ano até 2008, antes do término de 2009 foram anunciados 56 milhões de hectares em acordos envolvendo a demanda por grandes propriedades de terra (2011, p. 14).

A demanda por soja cresce anualmente no mundo, estando intimamente ligada ao crescente consumo de proteína animal, sendo assim:

> Because demand is rising and it is difficult to push up yields on current fields, more land is needed to grow soy. In the 20 years leading up to 2019, the cultivated area grew from 77 to 125 million hectares. Soybean cultivation is now the second largest contributor to deforestation worldwide, after livestock farming (MEAT ATLAS, 2021, p. 33).

Corroborando com esta informação, importante constatação feita por Aranda *et al.*, 2020, com base em dados do Censo Agropecuário 2017, é a de que no Brasil vem diminuindo o número de estabelecimentos rurais e a terra se concentrando, assim, nas mãos de poucos proprietários.

> Los datos disponibles (a fines de 2019 todavía no se había procesa - do toda la información) del censo de 2017 precisan la existencia de 5.072.152 establecimientos agrícolas en un área total de 350.253.329 hectáreas. En comparación con el censo de 2006, esta superficie creció un 5% (16,5 millones de hectáreas) a pesar de la reducción del 2% en los establecimientos (103.484 unidades) (p. 48-49).

Impulsionando ainda mais a apropriação de terras, ao longo dos anos este processo vem sendo facilitado por meio da promulgação de leis, Medidas Provisórias, resoluções, portarias, etc. Em 2009, por exemplo, foi promulgada a Lei nº 11.952/2009[10], que tornam legais as ocupações de terras públicas em áreas da Amazônia Legal.

No ano de 2017, o governo de Michel Temer editou a MP nº 759, que ampliou o escopo temporal da lei, agregando ocupações anteriores a 22 de julho de 2008, e ampliou a área passível de regularização, que passou de 1.500 para 2.500 hectares, beneficiando médias e grandes ocupações. Posteriormente esta MP se converteu na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

Em 2019, entrou na pauta de discussão a Medida Provisória (MP) nº 910/2019, que ficou conhecida como a MP da Grilagem, que reforçaria o avanço de latifundiários sobre as terras públicas brasileiras. Atraso na apreciação e votação desta MP fez com ela perdesse sua validade. Porém, agora em 2021, surgiu a proposta do Projeto de Lei nº 510/2021, que vem a substituir a MP e flexibiliza ainda mais as regras, inclusive aquelas voltadas a salvaguardar o meio ambiente.

Na Argentina, Aranda *et al.*, 2020, nos chama a atenção para a estrangeirização de terras no país por meio de normativas governamentais

> [...] en Argentina, se sancionó la Ley 26.737 que regula la extranjerización de la tierra. Desde las perspectivas críticas se le cuestionó el aumento del máximo permitido (hasta el 15% del territorio

[10] Para uma análise crítica sobre esta Lei, leia o artigo "Análise da Lei n.º 11.952/2009: uma crítica à regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da união no âmbito da Amazônia Legal" Bianor Saraiva Nogueira Júnior e Carla Vladiane Alves Leite. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=5731219bff5a342d>.

> nacional), por encima del porcentaje existente hasta ese momento (6%, es decir unas 16,2 millones de hectáreas 7): se trató de una ley que facilitó el acaparamiento, permitiendo la llegada de nuevxs "inversores". El gobierno de Mauricio Macri, por decreto, modificó la ley 8 haciendo más laxas las restricciones para la venta de campos a extranjeros/as (p. 54).

Com relação ao Paraguai, os dados demonstram a concentração de terras em detrimento da produção campesina:

> En Paraguay, entre 1991 y 2008, desaparecieron 18.300 fincas. Al mismo tiempo, aumentó la superficie cultivada, que pasó de 23,8 millones a 31 millones de hectáreas. En lo que respecta a la agricultura campesina, se perdieron 15.088 chacras (de 279.135 quedaron 264.047) (ARANDA *et al.*, 2020, p. 46).

E continua "Un dato muy gráfico de Paraguay nos muestra que la agricultura campesina representa el 91% de las fincas con sólo el 6% de la superficie, mientras que el latifundio, con el 3% de las fincas, controla el 85% de la tierra (ARANDA, *et al.*, 2020, p. 48).

Por fim, ressaltamos que a ação governamental em prol dos grandes proprietários e a evidente concentração de terras são reflexos da violência contra indígenas e demais comunidades tradicionais, agricultores familiares, população campesina, bem como, a expulsão de seus territórios.

Soja: dados sobre a produção e expansão da área plantada

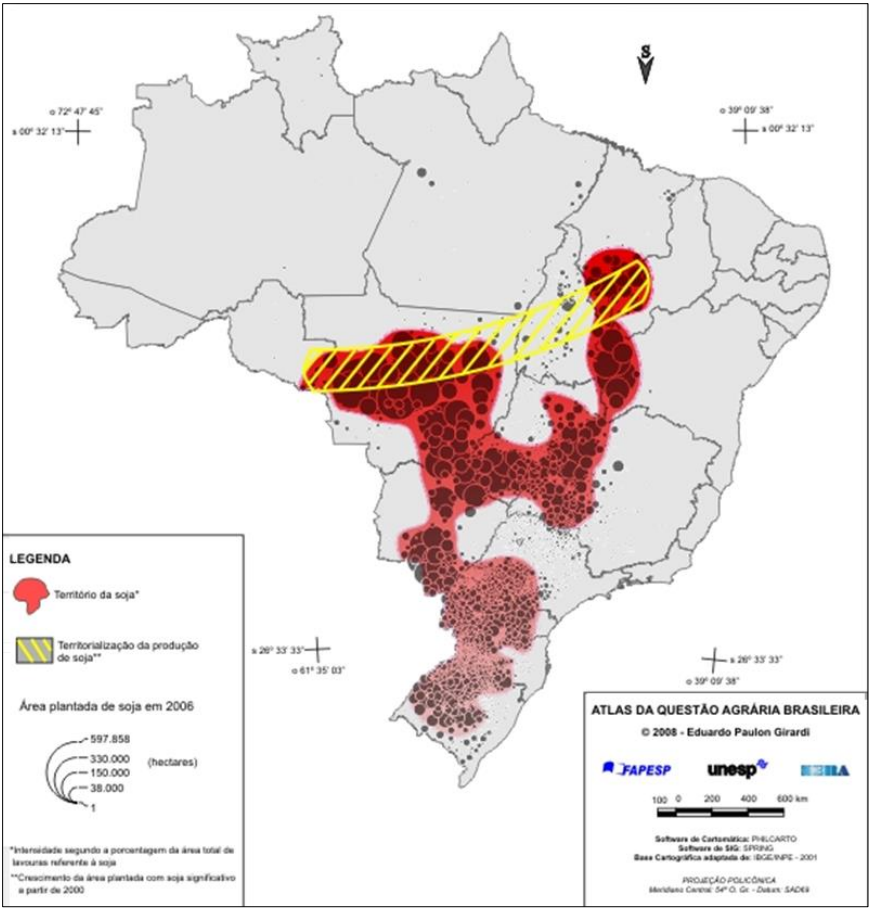
Ao longo dos anos, a região teve forte crescimento da produção de grãos, tendo a soja como importante produto, assim como sua forte inserção no comércio internacional. Segundo Mckay *apud* Pereira, 2019, p. 184 "las plantaciones de soya en el Cono Sur comenzaron a expandirse rápidamente pasando de 17,5 millones de hectáreas en 1996 a 55,7 millones en 2014, convirtiéndose en el cultivo más importante en términos de superficie y valor de exportación". Chamamos especial atenção para três principais países produtores e exportadores da região: "Brasil, Argentina y Paraguay aparecen entre los seis mayores productores y cuatro mayores exportadores del grano en escala global (CAPECO, 2018)" (PEREIRA, 2019, p. 184).

Sendo assim, em 2021, nas projeções feitas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - USDA (na sigla em inglês), estes três países figuram entre os maiores produtores de soja no mundo: Brasil (135,409 milhões de toneladas), Argentina (44,5 milhões de toneladas) e por fim, o Paraguai (10,25 milhões de toneladas). Do total produzido, o Brasil exporta 86 milhões de toneladas, o Paraguai 6,6 milhões de toneladas e a Argentina 6,35 milhões de toneladas do produto bruto. Traçado brevemente esse panorama mais geral, vejamos a realidade de cada país no que tange a produção da soja.

Como apontado acima, o Brasil é um dos países de maior produção de soja no mundo. Sua produção se iniciou na Região Sul do Brasil, mas se expandiu para o Centro-Oeste e, mais atualmente, para a Região Norte e Nordeste, o que fica bastante evidente no mapa 1, que apresenta o território dominado pela produção da sola no país. No Mapa 2, podemos observar que a evolução da área plantada tem

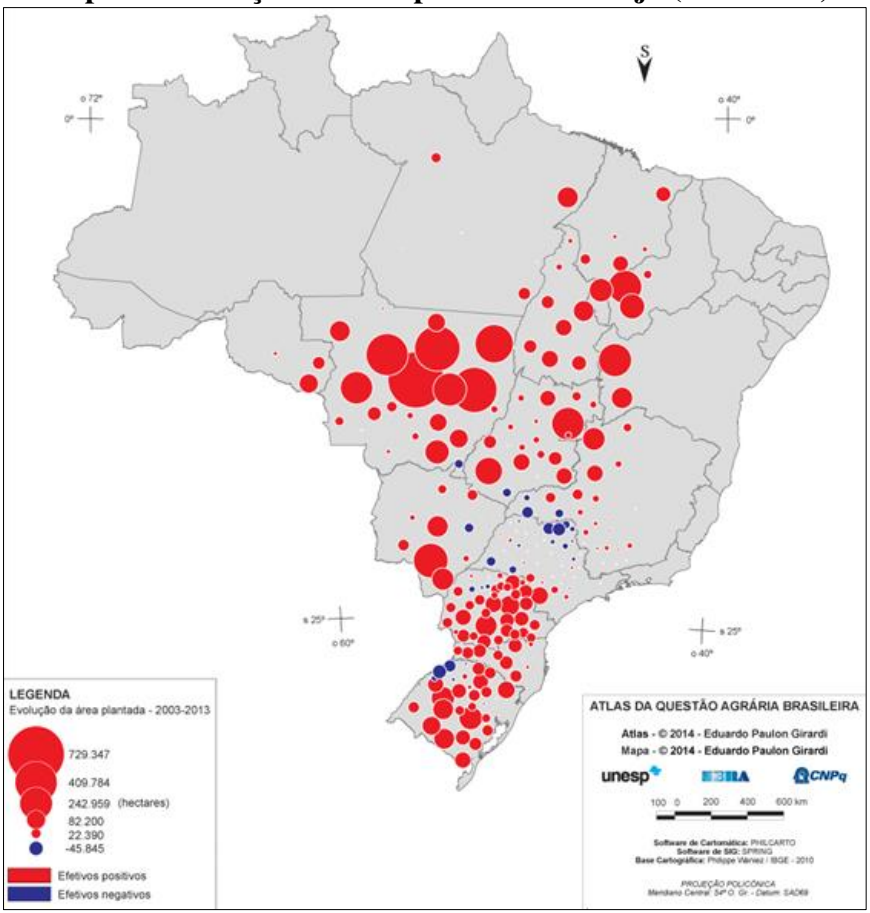
sido mais significativa nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil.

Mapa 1 - Território e a territorialização da soja no Brasil



Fonte: Atlas da Questão Agrária Brasileira (2019).

Mapa 2 - Evolução da área plantada com soja (2003-2013)



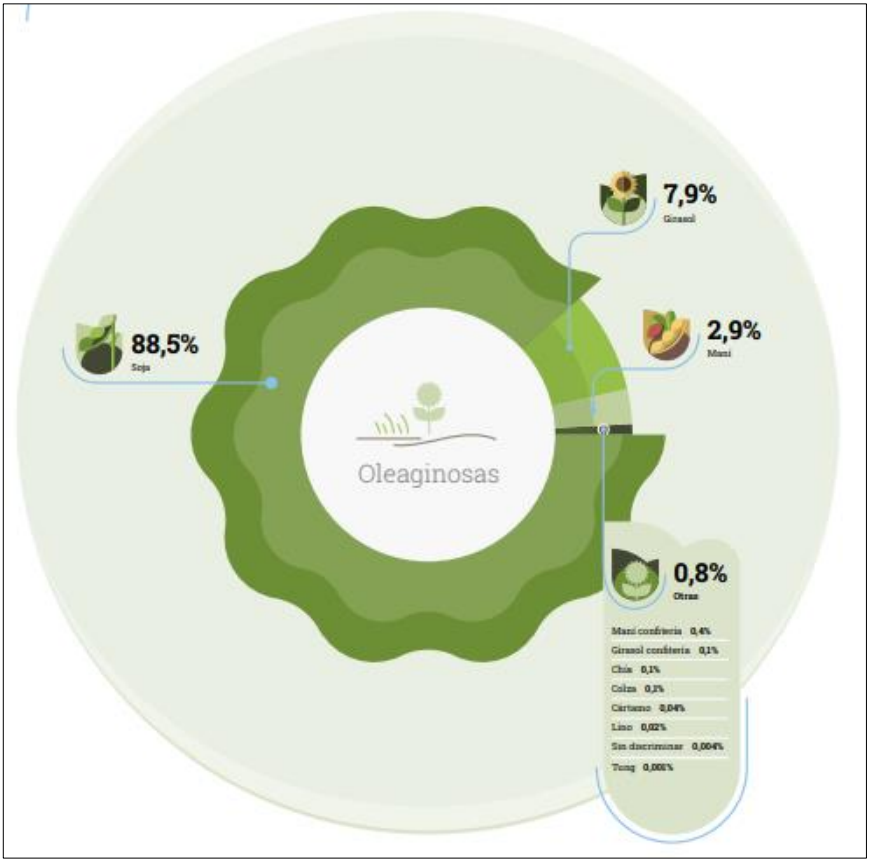
Fonte: Atlas da Questão Agrária Brasileira (2014).

No caso Argentino, é a partir da década de 1970 que se inicia a expansão da produção da soja.

> No será sino hasta principios de los ´70 cuando comienza a expandirse ocupando 79.800 has para la

campaña 1971/72. Diez años después ya se ubica entre los principales cultivos, ocupando 2.040.000 has en la campaña 1981/82. Para 1986/87 el área sembrada de soja supera a la del maíz, haciendo lo propio con el trigo en la campaña 1991/92, convirtiéndose así en el cultivo más importante del país (CADENAZZI, 2021, p. 01).

Gráfico 1 - Oleaginosas. Superfície plantada em primeira e segunda ocupação



Fonte: INDEC. Censo Nacional Agropecuario (2018). Resultados definitivos.

No Censo Agropecuário de 2018, das oleaginosas cultivadas na Argentina, a soja ocupa 88,5% da superfície plantada, enquanto o girassol representa 7,9% e o amendoim 2,9%, como pode ser observado no Gráfico 1.

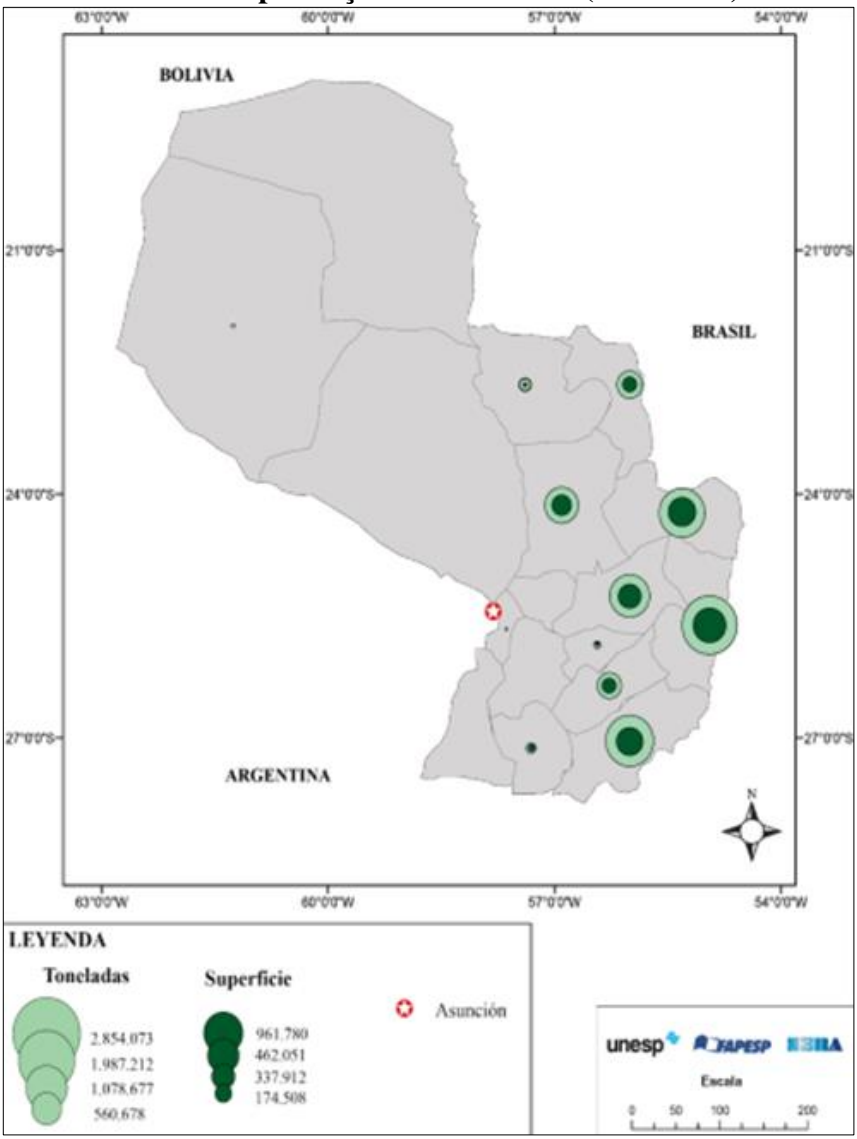
Corroborando com isso, com base nos dados do Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca, observamos que ao longo dos anos houve considerável aumento da área plantada com soja na Argentina: em 1969 a área era de 30.470 hectares, em 2015 de 20.562.233, com queda em 2019, passando para 16.908.238 (ARGENTINA, 2021).

Por fim, para se entender a importância que ganhou a soja ao longo dos anos para a economia argentina, Wahren (2016), a partir de dados ministeriais nos esclarece o seguinte:

> Para terminar de comprender la magnitud del fenómeno de la "sojización" en Argentina, basta con señalar que la producción de soja transgénica pasó de 11 millones de toneladas en 1996/1997 (la primera siembra con la semilla de soja transgénica aprobada) a más de 58 millones de toneladas en 2015 (p. 41).

O Paraguai, ao longo dos anos também apresentou evolução na produção da soja e do território ocupado por suas plantações, que se concentram principalmente no Sul do país, conforme Mapa 3, que demonstra a superfície ocupada pela plantação de soja em hectares e a respectiva produção do grão em toneladas.

Mapa 3 - Área cultivada em hectares e produção em toneladas (2017/2018)

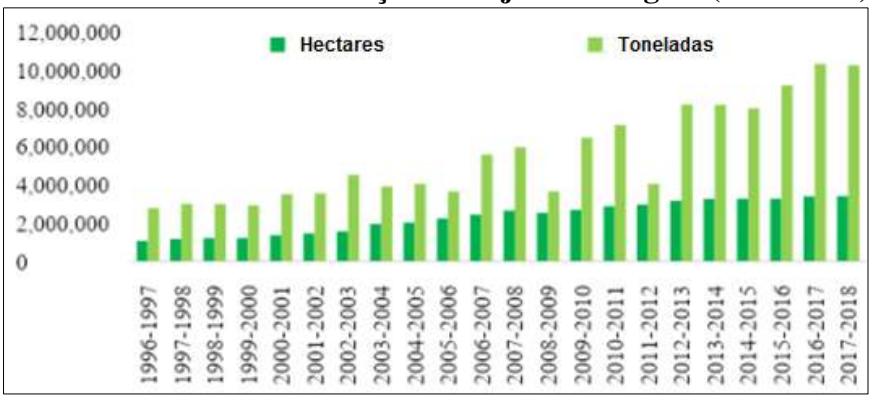


Fonte: PEREIRA (2019, p. 191).

Segundo dados da Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas (CAPECO, 2021), na safra de 1996-1997 a área cultivada de soja era de 1.050.000 hectares e a respectiva produção comercial era de 2.771.000 toneladas; na safra de 2019-2020, a área cultivada era de 3.400.000 hectares com produção comercial de 9.000.000 de toneladas.

O Gráfico 1 mostra a evolução da produção e da área plantada com a soja desde a década de 1990 até o ano de 2018:

Gráfico 1 – Cultivo e Produção da Soja no Paraguai (1996-2018)



Fonte: PEREIRA (2019, p. 188).

Em todos os países apresentados podemos ver a evolução na produção da soja ao longo dos anos e concomitantemente o território dominado pelo agronegócio da soja também foi se expandindo. Toda esta expansão se deu e se dá sobre territórios que eram anteriormente ocupados por uma grande diversidade social, ambiental e cultural, o que implica em processos de resistências e lutas contra a lógica produtiva que se instaurou nos diferentes países.

Atores contra hegemônicos e processos de resistência

Com a demanda crescente, o agronegócio adota estratégias de desterritorialização de pessoas que vão desde a violência[11], coerção, intoxicações, etc. e acirra, assim, os conflitos territoriais e os processos de resistência das populações locais e de atores contra hegemônicos da Geopolítica dos Alimentos, pois lutam e reivindicam seus direitos, fortalecem suas identidades e possuem modos de vida e relação com a terra diferentes do modelo hegemônico. Nos debruçaremos sobre alguns desses atores[12].

Em escala mundial é bastante expressiva a atuação da Via Campesina[13], que articula diversos movimentos e organizações nos diferentes países e as mobiliza globalmente na luta pela soberania alimentar, reforma agrária, promover a agroecologia e a defesa das sementes crioulas, promoção dos direitos campesinos e a luta contra a criminalização dos movimentos. Neste ano (2021), a Via Campesina completará 25 anos de existência e de luta contra o modelo concentrador de terras e destruidor das dinâmicas socioambientais. Sendo assim, celebram os sonhos realizados nessa trajetória:

> Entre ellos están las incontables tierras, aguas y territorios liberados del capital, millones de seres humanos dignificades en la lucha, miles de semillas campesinas rescatadas y cientos de escuelas y

[11] Para se ter uma ideia, no Brasil, segundo a Comissão Pastoral da Terra "Os últimos dez anos totalizaram 10.077 ocorrências de conflitos por terra. Na década anterior – 2001 a 2010, foram registrados, no total, 6.050." (CHAVES, 2020, p. 26).

[12] Salientamos existe uma gama enorme de atores nos territórios de cada país. Aqui são apresentados os mais expressivos em sua historicidade e atuação ao longo dos anos.

[13] A Via Campesina também atua localmente no Brasil.

> procesos de formación desarrollados por nuestras organizaciones miembro[14].

No caso latino americano, a CLOC - Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo articula continentalmente dezenas de organizações de camponeses, de sem-terras, de pequenos e médios agricultores, de trabalhadores rurais, de indígenas e mulheres do campo de quase todos os países da América Latina e do Caribe. Em articulação com a Via Campesina, a CLOC articula campanhas globais na defesa de seus ideais e suas lutas. Além disso, realiza constantemente Congressos para discutir suas pautas e traçarem suas estratégias de embate à lógica vigente de produção de alimentos.

No Brasil, importante ator é a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Foi fundada em 1975 "como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam.[15]" Nos últimos anos, a CPT atua com campanhas de prevenção e combate ao trabalho escravo e pleo direito dos povos que vivem na bacia do Rio Tapajós.

Além disso, a CPT realiza importante trabalho de articulação de seus agentes regionais, por exemplo, para atuação na Amazônia e no Cerrado (Articulação das CPT's da Amazônia e do Cerrado), que objetivam articular os povos e comunidades que vivem nesses biomas. Biomas esses que vivem sob constantes ataques do agronegócio por exemplo. Então visam, assim, pensar em estratégias colotivas para se preservar a sociobiodiversidade existente nos dois

[14] Informação extraída do site da organização. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>. Acesso em: 07/10/2021.

[15] Informação extraída do site da organização. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico>. Acesso em: 14/10/2021.

biomas. Também promovem e participam de eventos para discutir e propor ações em prol da sociobiodiversidade e questões ligadas à terra, bem como, elaboram Relatórios sobre conflitos no campo no Brasil.

Outro ator significativo na luta pela terra e contra o modelo hegemônico vigente é o MST - Movimento Sem Terra, que surgiu em 1984, tem forte atuação nas questões ligadas a terra, a produção de alimentos, justiça social, reforma agrária, entre outras frentes. A Educação é uma das fortes áreas de atuação do Movimento, "[...] o MST busca construir coletivamente um conjunto de práticas educativas na direção de um projeto social emancipatório, protagonizado pelos trabalhadores e trabalhadoras[16]".

O MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores agrega grupos de famílias camponesas e estabelece luta permanente contra o modelo produtivo vigente. Um importante aspecto é o de que o Movimento afirma que "[...] os camponeses têm necessidades comuns que são maiores que seus limites territoriais[17]". Portanto, é um movimento que busca constantemente fortalecer sua luta a partir de articulações em nível nacional.

Além dos atores acima discutidos, existem outros que não serão detalhados aqui, mas que têm importante papel na luta contra o agronegócio, por exemplo: a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, Associação Brasileira de Agroecologia - ABA, Fórum Nacional de Combate aos Impactos de Agrotóxicos e Transgênicos, Movimento de Mulheres Campesinas – MMC, ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva, etc.

[16] Informação extraída do site do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 07/10/2021.

[17] Informação disponível em: <https://mpabrasil.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 14/10/2021.

Na Argentina podemos destacar a atuação da FONAF – Federación de Organizaciones Nucleadas de la Agricultura Familiar que, segundo site da FAO/ONU:

> Es la confluencia de más de 900 organizaciones que asocian a unas 180 mil familias de productores en todo el país, reunidos para consensuar y proponer alternativas de desarrollo rural con equidad e inclusión. Organizaciones con historia de lucha en defensa de los intereses nacionales que al fin son escuchados[18].

No site[19] da FONAF, podemos observaro que a Federação levanta a bandeira de luta por uma nova ruralidade para a Argentina, a partir de um modelo de desenvolvimento harmônico que reduza as desigualdades regionais, bem como, formas de manejo que preservem a natureza e garantam a sustentabilidade. Também é possível obervar que a Federação se organiza em lutas políticas para se estabelecer em espaços de tomadas de decisões e de articulação de políticas públicas, como é o caso do INTA – Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária[20].

Outro importante coletivo é o Movimento Nacional Campesino Indígena:

> A história do MNCI é marcada por fatos tensos de resistência territorial que frearam o avanço do capital em várias porções do território nacional ao mesmo

[18] Disponível em: <https://www.fao.org/family-farming/detail/es/c/318261/>. Acesso em: 15/12/ 2021.

[19] <https://www.fonaf.org.ar>.

[20] Sobre isto há informações mais detalhadas no link a seguir: <https://www.fonaf.org.ar/index.php/78-destacadas/101-la-agricultura-familiar-reclama-su-lugar-en-la-conduccion-del-inta>.

> tempo em que contribuiu para salvaguardar o território camponês indígena (FILHO, 2021, p. 111-112).

Além disso, pós ditadura militar houve a reestruturação de alguns movimentos anteiormente desarticulados, como afirma Wahren (2016):

> Asimismo, se recuperaron estructuras organizativas campesinas que habían sido desarticuladas durante la dictadura militar (1976-1983), principalmente las Ligas Agrarias en el Noreste argentino, cuya continuidad hasta la actualidad se expresa principalmente en el Movimiento Agrario de Misiones (MAM) y en el Movimiento Campesino de Formosa (MOCAFOR), este último integrante del Frente Nacional Campesino (WAHREN, 2016, p. 59).

A Frente Nacional Campesino - FNC tem forte atuação no território Argentino. Destacamos a luta pela água em meio à seca em 2020, na qual solicitavam intervenção do Estado em auxílio aos camponeses[21]. Já em 2021, a FNC demandou audiência com governador do Chaco para abordar temas que afetam a população camponesa, entre os temas estavam: regularização da posse de terras, acesso e manejo de água para uso doméstico e para a produção rural, entre outras[22].

[21] Informação pode ser encontrada neste site: <https://agenciatierraviva.com.ar/el-frente-nacional-campesino-reclama-por-el-acceso-al-agua-en-medio-de-la-sequia/>.

[22] Informações disponíveis em: <https://www.chacodiapordia.com/2021/08/04/el-frente-nacional-campesino-pidio-audiencia-al-gobernador-capitanich/>.

Muitos outros atores argentinos podem ser citados, tais como: a União de Trabalhadores da Terra – UTT, Assembléia Campensina Indígena – ANCINA, o Movimento do Trabalhadores Excluídos – TEM Rural, entre outros.

No Paraguai, chamamos a atenção para a CONAMURI – Coordinadora Nacional de Organización de mulheres Trabajadoras, Rurales y Indígenas, que agrega a luta das mulheres no campo em prol de sua maior autonomia. Importante ressaltar aqui a articulação internacional desse movimento, conforme apontado por Ramos (2018) "Vale la pena recalcar que jugó un papel fundamental el contacto que tuvo la CONAMURI con la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) y la Vía Campesina Internacional, así como el Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC) [..]" (RAMOS, 2018, p. 89-90).

Apoiando-nos em Aranda *et al.* (2020), também destacamos os seguintes atores paraguaios:

> En Paraguay son muchas las organizaciones que luchan por un modelo productivo alejado del agronegocio. Sobresalen el Movimiento Agrario y Popular (MAP), la Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Populares (Cnocip), la Coordinadora de Trabajadores Campesinos y Urbanos (CTCU), la Coordinadora Departamental de Organizaciones Campesinas de Concepción (Cdocc), la Coordinadora Nacional Intersectorial (CNI), Cultiva, la Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (Mcnoc), la Organización de Lucha por la Tierra (OLT), la Organización Nacional Campesina (ONAC) […] (p. 194).

Todas essas organizações têm em comum os seguintes aspectos: a luta pela terra; a construção de um modelo de produção

calcado na sustentabilidade ambiental e da vida das pessoas; a soberania e a segurança alimentar; a defesa das sementes crioulas; a luta contra as grandes corporações do agronegócio; participação nas políticas públicas voltadas para a produção alimentar; educação camponesa; entre outras.

Esta breve discussão sobre os atores contra-hegemônicos da Geopolítica dos Alimentos - entre tantos outros existentes nesses países - demontra que eles objetivam fortalecer sua atuação em território nacional a partir de suas articulações locais e também internacionais para, assim, terem seu direito ao território garantido e reconhecido em suas nações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, os processos da Geopolítica dos Alimentos se acirram diante do modelo produtivo adotado pelos países aqui analisados. Modelo este que está calcado na concentração de grandes propriedades de terras sob o domínio de poucos proprietários e na produção voltada para o mercado externo, cuja demanda é crescente. O que faz com que grandes territórios sejam ressignificados para atender a lógica externa afetando, assim, a preservação ambiental, comunidades tradicionais, pequenos produtores familiares, etc. na sua relação com a terra e com os recursos naturais nela existentes.

Neste sentido, destacamos que, apesar da lógica hegemônica impulsionada pelos atores corporativos, institucionais e coletivos (patronais), que oprime outras lógicas e formas de vida, há resitências dos atores contra hegemônicos (representados especialmente pelos coletivos e movimentos sociais) que fazem forte

pressão política pelo estabelecimento de novos contornos para a produção de alimentos.

Os atores contra hegemônicos, como podemos abservar, travam lutas sociais e políticas em prol da garantia de sua vida, cultura e meios de vida, levando em consideração especialmente a sustentabilidade do meio ambiente. Sendo assim, demandam espaços políticos e decisórios para que possam estabelecer política públicas que visem a desconcetração de terra, a preservação ambiental por meio do manejo sustentável dos recursos, o acesso à água, enfim, a manutenção de suas vidas de forma mais justa e levando em consideração os limites do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ARANDA, D.; *et al*. **Atlas del agronegocio transgénico en el Cono Sur**: monocultivos, resistencias y propuestas de los pueblos. Marcos Paz: Acción por la Biodiversidad, 2020.

BECKER, B. K. "Geopolítica da Amazônia". **Estudos Avançados**, vol.19, n. 53, 2005.

CADENAZZI, G. "La historia de la soja en Argentina. De los inicios al boom de los ´90". **Anales do XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología - VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires**. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009.

CAPECO - Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas. **CAPECO** [2021]. Disponível em: <http://capeco.org.py>. Acesso em: 16/10/2021.

CASTRO, L. F. P. "*Land Grab* na América Latina: expressões da nova colonialidade sobre terras, direitos e identidades sociais". **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, vol. 5, n. 2, maio/agosto, 2018.

CHAVES, P. R. "Fala Parente! Fala irmão! Fala Comadre! Fala Vizinho! – Resistência Camponesa, Indígena e Quilombola em tempos de pandemia da COVID-19". *In*: CRUZEIRO, M. A. *et al*. (orgs). **Conflitos no Campo – Brasil 2020**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2021.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos**. Brasília: Conab, 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br>. Acesso em 09/09/2021.

FERNANDES, B. M. *et al*. "Políticas fundiárias no Brasil – uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil". International Lando Coalition, n. 2, 2012. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br>. Acesso em 09/09/2021.

FREITAS, E. P. "Da Geopolítica dos Estados a Geopolítica das Corporações Transnacionais: a metamorfose do Cerrado brasileiro em soja e cana-de-açúcar". **Ateliê Geográfico**, vol.7, n. 3, 2013.

GIRARDI, P. E. "Atlas da Questão Agrária Brasileira". **Atlas Brasil Agrário** [2019]. Disponível em: <http://www.atlasbrasilagrario.com.br>. Acesso em: 09/10/2021.

GUDYNAS, E. **Extractivismos**: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. Cochabamba: CEDIB, 2015.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyla, 2011.

LOPEZ, P. "La cara neo-extractivista de la crisis socioambiental en sudamérica: acentuación del despojo, disputa de territorialidades y horizontes alternativos". *In*: LOPEZ, P.; BETANCOURT, M. (coords.). **Conflictos territoriales y territorialidades en disputa**: Re-existencias y horizontes societales frente al capital en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

PEREIRA, I. L. "O agronegócio da soja no Paraguai: as contradições de um modelo de desenvolvimento". **Brazilian Journal of Latin American Studies**, vol. 18, n. 34, 2019.

RAMOS, M. E. G. "La CONAMURI: resistencia de mujeres rurales e indígenas en Paraguay**". Revista Sociologias Plurais**, vol. 4, n. 3, novembro, 2018.

SOUZA, A. B. **Geopolítica dos alimentos na América do Sul**: a produção de biocombustíveis e a segurança alimentar na Bolívia e no Peru (Dissertação de Mestrado em Geografia). Campinas: Unicamp, 2018.

TREACY, M. "Esquema productivo, conflictividad ambiental y resistencia social. El modelo agropecuario argentino actual". **Revista Economia**, vol. 67, n. 105, Mayo, 2015.

WAHREN, J. "La situación agraria en la Argentina actual: Agronegocio y Resistencias Campesinas e Indígenas". **Retratos de Assentamentos**, vol. 19, n.2, julho/dezembro, 2016.

CAPÍTULO 5

Espacialidades na Geografia das Relações Internacionais

ESPACIALIDADES NA GEOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Elói Martins Senhoras

As espacialidades produzidas ao longo da formação histórica de distintos *sistemas de poder* periodizados pelas arquiteturas institucionais de impérios, cidades-estados, feudos e estados nacionais, têm sido organizadas diversamente em cada período histórico e ciclo hegemônico de poder segundo padrões funcionais específicos de relacionamento das políticas internas e políticas externas.

No feudalismo, as relações de autoridade senhor-vassalo consolidaram uma espacialidade local e regional altamente descentralizada, sem fronteiras definidas e muitas vezes sobrepostas de controle político e legal que foram radicalmente diferentes da organização do espaço político anterior do Império Romano ou posterior da Renascença (RUGGIE, 1993).

No capitalismo, por sua vez, a principal característica do Estado Moderno foi consolidar o seu poder e sua autoridade espacial em uma base *territorial* bem definida, portanto em um ponto fixo e único, que delimitou as fronteiras entre o nacional e o internacional, propiciando a conformação de diferentes dinâmicas internacionais alicerçadas por forças plurilaterais, regionais e multilaterais.

As distintas espacializações dinâmicas manifestadas com a evolução das relações internacionais podem ser compreendidas como o resultado combinado de influências de longa duração que se estruturaram devido, tanto, aos centros de poder político dos ciclos hegemônicos ibérico, holandês, britânico e americano, quanto, às distintas lógicas econômicas do capitalismo materializadas no

capitalismo mercantil, capitalismo industrial e capitalismo financeiro.

Em um primeiro momento, no período sincrônico do capitalismo mercantil e do ciclo hegemônico ibérico, os padrões restritos de relacionamento dinâmico nas relações internacionais, seja, entre as metrópoles europeias, seja, das metrópoles europeias com suas colônias americanas, foram construídos por meio de um regime plurilateral de relações internacionais que se manifestou por um padrão verticalizado de competição e coerção política com o uso da força e por um padrão de interdependência econômica seletiva de Pactos Coloniais entre os emergentes Estados Europeus e as terras do Novo Mundo.

Em um segundo momento, durante o capitalismo industrial constituído ao longo do ciclo hegemônico britânico, as relações internacionais passaram a se estruturar de maneira incremental a partir de, tanto, uma espacialização multilateral em razão da difusão do liberalismo econômico e da formação de uma divisão internacional do trabalho com as Revoluções Industriais, quanto, de uma espacialização regional devido às dinâmicas econômicas e políticas de regionalização das políticas neocoloniais europeias na exploração da África, Ásia e Oceania.

Em um terceiro momento, no emergente capitalismo financeiro próprio do ciclo hegemônico americano, o dinamismo das relações internacionais passou a estar atrelado a partir da década de 1940 à difusão de uma espacialização do poder segundo uma arquitetura multilateral, muito embora tenha pendularmente sido fragmentada pela conformação de uma bipolaridade entre um bloco capitalista e outro socialista até a década de 1990, e, internamente aos blocos por dinâmicas plurilaterais de natureza geoeconômica e política concentradas no eixo do Pacífico a partir da década de 1980, bem como por dinâmicas de um regionalismo fechado (1950 a 1980) ou de um regionalismo aberto (1990 até os dias atuais).

Com o crescente processo de globalização, que erode as bases conceituais até então hegemônicas, bem como as bases políticas e institucionais das representações espaciais, os tradicionais estudos embasados nos *Estados territoriais* têm cedido espaço para outros "centros de poder" articulados a escalas mais abrangentes de caráter internacional que não necessariamente envolvem dinâmicas multilaterais, seja, em espaços regionais que buscam consolidar políticas de cooperação e integração regional, seja em espaços plurilaterais não contínuos que findam desenvolver acordos mútuos de interesse comum.

Com base nestas discussões, o presente artigo capítulo partiu de uma abordagem exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e qualitativa quanto aos meios, utilizando-se de um método dedutivo e dos procedimentos de revisão bibliográfica no levantamento de dados e de hermenêutica geográfica e internacionalista na interpretação dos dados.

ESCALAS DE ESPACIALIZAÇÃO NA GEOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Os estudos geográficos e internacionalistas que tomam como referência a análise de determinadas escalas espaciais enquadram-se em um processo de incremental expansão discursiva e convergência analítica haja vista a dinâmica mutabilidade das relações internacionais presente nos últimos seis séculos ao longo de distintos ciclos hegemônicos.

As escalas espaciais presentes no estudo da geografia das relações internacionais são produzidas e não dadas ontologicamente à priori, pois são conteúdos e relações fluidas, contestadas e perpetuamente transgredidas, pois vários eventos que ocorrem em

uma escala e têm implicações e consequências em outras, uma vez que muitas vezes, independentemente de qual é o sítio em que ocorre um evento, seus efeitos são sentidos em diferentes níveis escalares (SWYNGEDOUW, 1997).

Apesar de fluidas e interpostas entre si, toda escala é central e decisiva, material e simbolicamente, para estruturar os processos dinâmicos nas relações internacionais, segundo arquiteturas específicas e mutáveis que são construídas por distintos *stakeholders* ao longo do tempo em função da cristalização de diferentes padrões de difusão do poder no sistema internacional.

As escalas espaciais presentes nos estudos geográficos de relações internacionais obedecem a três marcos distintos de espacialização que levam em consideração a dinâmica de fluxos internacionais, tanto, nos espaços intranacionais (lugar, paisagem, região e território), quanto, nos espaços internacionais (espaços plurilateral, regional e multilateral), ou ainda, em espaços híbridos entre o espaço nacional e o internacional (fronteira).

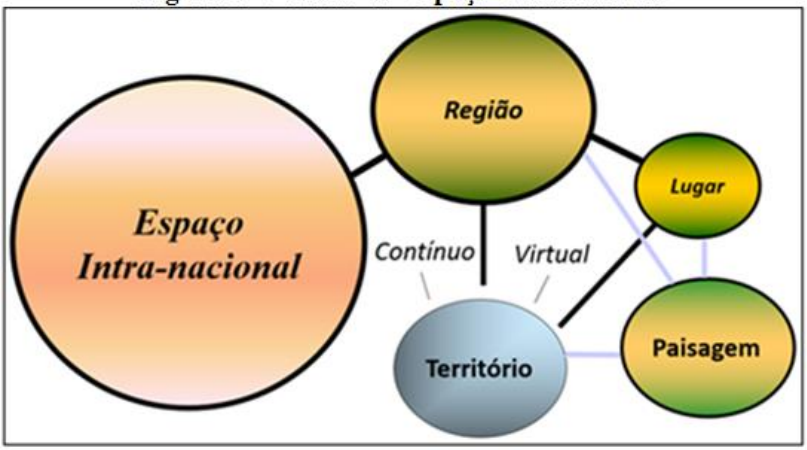
ESCALAS INTRANACIONAIS

O estudo do espaço intranacional segundo diferentes escalas toma como referência distintos sistemas relacionais existentes na realidade a partir de apreensões analíticas que incluem desde óticas telescópicas até óticas microanalíticas, por meio do uso dos conceitos escalares de lugar, paisagem, região e território.

No espaço intranacional, o Estado-Nação representa o território de soberania, mediador entre o global e o local, sendo *locus* de intermediação ou filtragem de horizontalidades e verticalidades dos processos de cooperação e conflito promovidos por ações

diplomáticas e paradiplomáticas que acabam se manifestando nas escalas do lugar, da paisagem, do território e da região.

Figura 1 - Escalas do Espaço Intranacional



Fonte: SENHORAS (2012). Adaptações próprias.

Em primeiro lugar, o *lugar* se caracteriza como a escala de maior materialidade e concretude, propiciando uma microvisão dos fenômenos locais em que há uma tradicional escala de visualização de horizontalidades suscetível à crescente observação de verticalidades propiciadas por uma lógica *glocal* de interação entre o global e o local.

Em segundo lugar, a *paisagem* trata-se de uma escala elástica com distintos graus de materialidade e que repercutem, tanto, em micro, quanto, em macrovisões sobre as dimensões cultural e natural existentes na espacialidade, por meio de uma percepção sobre as rugosidades que se materializam nas relações homem-natureza, homem-homem, e natureza-natureza.

Em terceiro lugar, o *território* é uma meso-escala analítica de agregação das relações que se fundamenta em uma formação histórica que é permeada por campos de poder, materializando-se em extensões contínuas, permeadas dentro de determinadas fronteiras, ou, mesmo, descontínuas, manifestadas virtualmente ou por polarizações, como o urbano e o rural, ou global e o local, as quais se conectam por meio de sistemas reticulares de fixos e fluxos, em que podem coexistir diversas territorialidades, sobrepostas ou paralelas (SAQUET, 2007).

Em quarto lugar, a região é uma meso-escala extremamente elástica de agregação da espacialidade, podendo ser qualquer área geográfica em que houver um recorte temático ou uma unidade distinta em virtude de determinadas características, pois se baseia em variáveis de similitude e semelhança que se manifestam em macro-regiões e micro-regiões, conforme o nível de agregação territorial de determinadas características comuns de geografía física ou humana (SENHORAS, 2009).

As quatro escalas abordadas embora representem padrões de espacialização intra-nacional, claramente possuem relevância para o estudo da Geografia das Relações Internacionais, uma vez que a capilaridade das redes infra-estruturais de transporte e comunicação possibilitam uma crescente quebra das barreiras nacionais que impactam diretamente na expansão bidireccional de articulações internacionais (de fora para dentro) e intranacionais (de dentro para fora).

ESCALA HÍBRIDA DA FRONTEIRA

A fronteira internacional é uma escala marcada por uma dualidade intrínseca de contato e separação, que atrai e repele,

justamente por representar espacial híbrido dinamizado por tanto, forças centrípetas de introversão, limitação e separação que se orientam pelos marcos abstratos do território nacional, quanto forças centrífugas de extroversão, contato e aproximação que se orienta pela cooperação e integração na internacionalização.

Ao serem dinamizadas por forças nacionais de natureza centrípeta em contraposição às forças internacionais de natureza centrífugas, as fronteiras são observadas por meio de marcos normativos, definidos pelas legislações nacionais quanto à extensão de faixas de segurança, bem como marcos fáticos existentes nas linhas de fronteira entre um país e outro, justamente, naqueles pontos fixos de interação mais intensa como as cidades gêmeas (SIMÕES; SENHORAS, 2014).

Conforme Senhoras (2013), a espacialização híbrida da fronteira internacional pode ser compreendida por uma extensão que se manifesta por 1 linha fronteiriça de separação e contato entre o doméstico e o estrangeiro e 2 faixas fronteiriças existentes em cada país definidas legalmente por discricionariedade nacional, as quais somadas conformam 1 zona (trans)fronteiriça em que se manifestam fluxos e dinâmicas de divergências e convergências.

Em primeiro lugar, a *linha de fronteira*, por representar uma ampla extensão de separação e contato entre países, possui destacado interesse nos estudos de Geografia das Relações Internacionais por meio de análises sobre *cidades gêmeas*[23], já que estas representam um conceito fronteiriço relevante sobre os limites da territorialização

[23] Embora a terminologia mais adequada para identificar as localidades transfronteiriças interdependentes seja cidades-irmãs e não necessariamente cidades-gêmeas - pois os polos têm desenvolvimento evolutivo acoplado, mas não necessariamente nascem iguais ou ao mesmo tempo - a literatura científica geográfica e internacionalista acabou consolidando a expressão, motivo pelo qual se mantém o seu uso popular. O surgimento paralelo de cidades em cada faixa da fronteira nacional antes de se tratar de uma horizontalidade produzida por um processo voluntário e natural, se refere a uma construção territorial criada por verticalidades artificialmente difundidas pela iniciativa reativa no tempo de governos nacionais ao estimular a formação de cidades-irmãs (SENHORAS, 2013).

nacional, bem como, da reterritorialização internacional, pois são cidades presentes no limite internacional ou próximas do limite com cidades homólogas em país lindeiro.

Figura 2 – Espacialização híbrida da fronteira internacional



Fonte: Ferreira e Senhoras (2014). Adaptações próprias.

Em segundo lugar, a *faixa de fronteira* representa uma extensão intra-nacional legalmente definida por cada país, na qual incidem princípios da segurança nacional na visão clássica da geografia política, em contraposição aos princípios de integração regional e multilateral, os quais obedecem à ótica geoeconômica de fomento comercial dos processos de liberalização e criação de regimes especiais aduaneiros, como Zonas de Processamento de

Exportação (ZPE) e Áreas de Livre Comércio (ALCs), também conhecidas como Portos Livres (MAIESKI *et al.*, 2013).

Em terceiro, a *zona de fronteira* é definida como um conceito geográfico transfronteiriço, potencialmente suscetível à existência de uma pluralidade de fluxos internacionais, expresso por meio de um padrão *continuum* de interação espacial entre países, no qual há a manifestação de um arranjo contíguo de faixas territoriais que se estendem ao longo da linha limite ou de contato da fronteira internacional até a extensão legal de cada uma das faixas de fronteira nacional (BRASIL, 2005).

Esta discussão aponta que a complexidade da escala híbrida da fronteira torna-se suscetível à análise da Geografia das Relações Internacionais por meio do uso da simplificação analítica dos marcos conceituais de linha, faixa, zona e cidades gêmeas, a qual é funcional para mostrar que a fronteira é porosa e permeável a verticalidades e horizontalidades criadas por fenômenos centralizados de natureza diplomática e descentralizados de natureza paradiplomática.

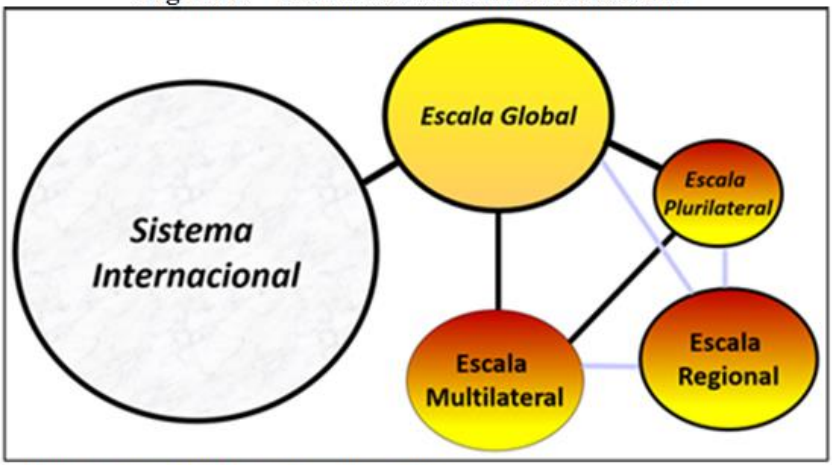
ESCALAS INTERNACIONAIS

As diferentes categorias escalares presentes na composição do sistema internacional são apreendidas pelo sentido das interações promovidas, em determinados campos de poder, de maneira centralizada por ações diplomáticas de Estados Nacionais e Organismos Supra Governamentais (OSGs), bem como, de maneira descentralizada por ações paradiplomáticas por diferentes *stakeholders*, como Empresas, Comunidades Epistêmicas e Organismos Não Governamentais (ONGs).

Embora o sistema internacional continue sendo balizado por uma clássica concepção geográfica estatal delimitada por fronteiras

entre países, com um razoável poder explicativo de sua dinâmica, ela não é capaz de responder à alta velocidade das transformações da atual periodização da espacialização internacional, uma vez que surgem novos atores com ação geoestratégica concorrente ou paralela na potencialização de fluxos de distintas naturezas sobre o sistema internacional com materialização por meio das escalas multilateral, regional e plurilateral.

Figura 3 – Escalas do Sistema Internacional



Fonte: Senhoras (2012). Adaptações próprias.

No sistema internacional, *a escala global* trata-se da escala internacional *lato sensu*, resultante de forças de curta e longa duração de integração que se manifestam em campos de poder produzidos em escalas internacionais *stricto sensu* com padrões específicos de dinamização plurilateral, regional e multilateral.

Em primeiro lugar, a *escala plurilateral* é uma micro escala internacional de integração profunda em que há uma convergência estratégica entre um número restrito de atores com natureza

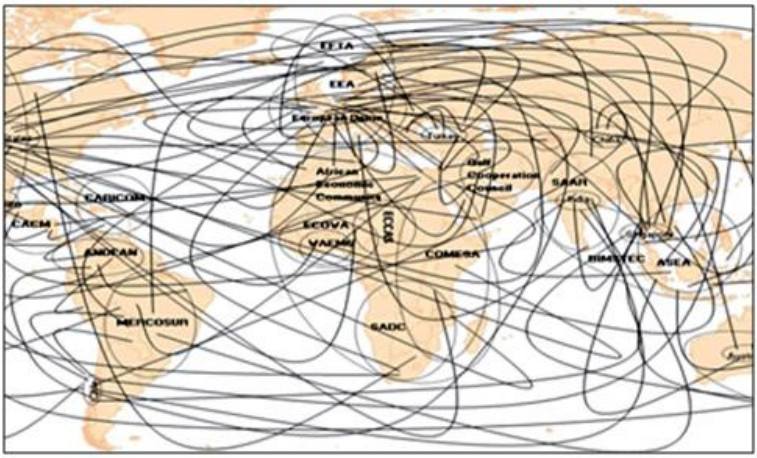
diplomática ou paradiplomática, distinguindo-se da escala regional pela menor presença de negociações internacionais entre os *stakeholders* e por não necessariamente existir proximidade geográfica e cultural entre os mesmos.

Em segundo lugar, a *escala multilateral* é uma macro escala internacional que tem passado por crescente expansão e adesão de atores nos últimos dois séculos desde a difusão do capitalismo liberal sob a égide dos ciclos hegemônicos britânico e americano por meio da conformação de regimes e organizações internacionais de governança global, os quais têm promovido um padrão de integração rasa em função do contato e da projeção internacional para múltiplos cantos do globo por parte de atores sem contiguidade espacial.

Em terceiro lugar, a *escala regional* trata-se de uma meso escala internacional que multirecorta o globo por meio de ondas de regionalização, as quais se manifestam por processos de integração profunda entre um número restrito de Estados Nacionais ou de outros *stakerholders* paradiplomáticos com proximidade geográfica ou cultural, justamente, quando as arenas multilaterais de governança são insuficientes para difundir a projeção internacional devido ao custo de transação existente pelo número elevado de atores (SENHORAS; VITTE, 2007).

Como resultado do complexo desenho espacial multirecortado por um emaranhado de forças presentes na projeção das escalas multilateral, regional e plurilateral no sistema internacional, a escala global pode ser compreendida como uma macro escala caótica, conformando-se por um emaranhado campo de poder cuja espacialização se manifesta pela arquitetura de um *spaghetti bowl.*

Figura 4 - *Spaghetti bowl* das relações internacionais



Fonte: SENHORAS (2008).

A espacialidade criada pelo emaranhado de negociações ou disputas simultâneas que recortam o sistema internacional, conferindo efeitos distintos, de maior interdependência ou autarquização das relações internacionais é identificada pelo termo de *spaghetti bowl*, pois demonstra como a forma relativamente caótica como o espaço internacional é conformado por uma rede multidimensional de ações internacionais de distintas naturezas promovidas por diferentes *stakeholders*.

A analogia da dinâmica das relações internacionais a um *spaghetti bowl* é relevante para demonstrar que o emaranhado reticular de acordos ou disputas presentes no globo corrobora para a conformação de dicotomias e contradições no sistema internacional, enquanto uma complexidade aberta e latente, que é meio e produto de vários *fronts* simultâneos de ações que se manifestam por processos superpostos de integração e fragmentação.

A evolução das relações internacionais em razão dos distintos frontes espaciais de internacionalização e de sua natureza ontológica pendular entre os clássicos dilemas da guerra e paz ou cooperação e conflito amalgama tendências contraditórias na projeção das ações e valores internacionais, tornando o sistema internacional em um dinâmico e incremental complexo cuja natureza não é a estabilidade ou o equilíbrio, mas antes, se caracteriza pelo dinamismo e mutabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: MI, 2005.

FERREIRA, M. A. A.; SENHORAS, E. M. **Comércio formiga na fronteira Brasil-Venezuela** (Relatório de pesquisa de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2014.

MAIESKI, E.; SENHORAS, E. M.; TREVISAN, R. "Dinâmica fronteiriça no arco norte brasileiro no contexto das Áreas de Livre Comércio". **Cadernos de Finanças Públicas**, vol. 12, 2013.

RUGGIE, J. G. "Territoriality and Beyond: Problematizing Modernity in International Relations". **International Organization**, vol. 47, n. 1, 1993.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

SENHORAS, E. M. "A geoeconomia dos espaços regionais transnacionais". *In*: TORRES, F. T. P. *et al.* (orgs.). **Contribuições geográficas**. Ubá: Editora Geographica, 2009.

SENHORAS, E. M. "Dinâmica fronteiriça das cidades-gêmeas entre Brasil e Guyana". **Revista GeoNorte**, vol. 7, 2013.

SENHORAS, E. M. "Escalas da Geografia das Relações Internacionais". **Selected Works of Elói Martins Senhoras**. Boa Vista: IOLEs, 2012. Disponível em: <www.works.bepress.com/eloi>. Acesso em 15/01/2021.

SENHORAS, E. M. **Prioridade sul-americana da agenda brasileira de negociações internacionais no contexto estratégico regional-multilateral de integração à economia mundial** (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais). São Paulo: UNESP, 2008.

SIMÕES, S. O.; SENHORAS, E. M. "Comércio formiga e os campos de poder na dinâmica fronteiriça: um estudo de caso na fronteira Guyana-Brasil". **Anais do XIII Seminário Internacional: Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Território**. Salvador: SEI, 2014.

SWYNGEDOUW, E. "Neither global nor local: 'globalization' and the politics of scale". *In*: COX, K. (ed.). **Spaces of globalization**. New York: Guilford Press, 1997.

CAPÍTULO 6

Diálogos entre as Relações Internacionais e a Geografia: Integração Regional, Níveis de Análise e Escala

DIÁLOGOS ENTRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A GEOGRAFIA: INTEGRAÇÃO REGIONAL, NÍVEIS DE ANÁLISE E ESCALA

Ricardo Abrate Luigi Junior

O campo das relações Internacionais e o campo da Geografia podem receber grande contribuição, um do outro, para a interpretação dos processos ocorrentes no espaço global, ao se apropriarem de suas ferramentas, de forma associada, para a análise dos fenômenos estudados. Busca-se fazer uma discussão preliminar sobre as interações entre os conceitos e as teorias das Relações Internacionais e da Geografia.

Para isso, haverá também uma discussão sobre a institucionalização das duas áreas de conhecimento, buscando entender suas origens e características inter/ transdisciplinares, e, ainda, de que forma a interseção entre as Relações Internacionais podem trazer contributos para a compreensão da realidade.

De acordo com Sjoberg (2008), o diálogo entre as referidas áreas pode servir como forma de atualizar o campo das relações internacionais, tornando-o mais representativo e capaz de explicar a complexidade dos fenômenos do século XXI: "ao trabalhar na interseção entre a geografia política e a ciência política, os teóricos das RI podem produzir análises mais intrincadas e mais representativas das problemáticas cada vez mais complexas do século XXI" (SJOBERG, 2008, p. 498). Considera-se importante abordar o surgimento desses dois campos de conhecimento como forma de compreender, inclusive, suas peculiaridades.

Os debates em torno dos níveis de análise e da questão "agente-estrutura", por exemplo, podem ganhar uma nova dimensão

em uma abordagem escalar com referência nas teorias da Geografia. A noção geográfica de escala pode ser usada pelos internacionalistas de forma a garantir uma análise mais especializada do sistema internacional, menos "a-espacial".

A presente proposta, baseada em revisão bibliográfica e na experiência do autor com a temática da integração regional, parece indicar um aspecto importante para a discussão nas teorias e epistemologias dos citados campos de conhecimento, visando nos possibilitar uma melhor interpretação dos fenômenos da realidade, observando-os no recorte adequado, permitindo, pois, aprimorar as ferramentas teórico-metodológicas da área diante dos novos termas de estudo abarcados pelas Relações Internacionais.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DA GEOGRAFIA

A Geografia acadêmica se institucionalizou no século XIX, na Alemanha, em um período de criação de boa parte das disciplinas universitárias sob uma lógica positivista, em que era muito importante haver uma definição de um objeto de estudo (algo que não é inteiramente pacificado na Geografia) e de uma busca por dar um estatuto científico para a área.

O campo das relações internacionais já nasce em outro contexto, no século XX, em uma perspectiva mais transdisciplinar, nem sequer requerendo estatuto científico, e mesmo assim se afirmando como área de conhecimento. Essa transdisciplinaridade é inerente ao campo de estudo das Relações Internacionais, pois são estudados conceitos de outras disciplinas como o Direito, a Geografia, a História, a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política e a Filosofia.

Embora já existissem antes do século XX como conhecimento analisado, as Relações Internacionais surgem como disciplina acadêmica mesmo no século XX, mais especificamente no pós- Primeira Guerra Mundial, em 1919, com a criação da Cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional, na Universidade Aberystwyth, no País de Gales, Reino Unido (GONÇALVES, 2003; COUTINHO, 2012). Após esse evento, rapidamente se criaram cadeiras e cursos de relações internacionais ao redor do mundo, principalmente do mundo anglo-saxão (Inglaterra e Estados Unidos), com o interesse de analisar o fenômeno da guerra.

A institucionalização tardia das relações internacionais trouxe vantagens em relação às outras áreas de conhecimento no que diz respeito ao diálogo transdisciplinar/ multidisciplinar que acabou por caracterizar a área de RI:

> O surgimento tardio de RI dificultou sua consolidação frente a outras áreas mais antigas como o Direito, a Economia e a Sociologia, mas também foi útil. A vantagem do atraso permitiu às Relações Internacionais florescer como uma disciplina multidisciplinar (...). A RI avançou sobre as conquistas já adquiridas pelas demais (...) (COUTINHO, 2012, p. 80).

Apesar de as Relações Internacionais não terem a princípio tantas discussões teórico-metodológicas, a influência do behaviorismo a partir da década de 1950 gerou uma preocupação em relação ao seu estatuto acadêmico, levando alguns autores como Kenneth N. Waltz e Robert O. Keohane a produzirem trabalhos na década de 1970 que buscavam criar uma análise sistêmica e fornecer ferramentas analíticas mais falseáveis/ testáveis (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

> Com a chamada revolução behaviorista nas ciências sociais em geral, a crítica que passou a ser feita à área de Relações Internacionais deixou de ser ontológica e tornou-se metodológica. (...) Os realistas científicos defendiam maior rigor científico e maior influência dos métodos das ciências exatas. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 4).

O primeiro curso de RI do Brasil data de 1974, na Universidade de Brasília (UnB), acompanhado também de um programa de pós-graduação, e ligado à necessidade de se ter cursos de aperfeiçoamento para os diplomatas brasileiros, motivo de sua criação ter se dado na capital federal. Como demonstração do quanto o campo das Relações Internacionais é recente, temos que o primeiro curso de doutorado no Brasil tenha aparecido apenas em 2001, na PUC-Rio.

A Geografia, por sua vez, teve seu primeiro curso no Brasil criado em 1934, na USP, com sua primeira tese de doutorado defendida em 1944. A institucionalização mais consolidada da Geografia traz alguns benefícios, mas também algumas amarras teóricas. Apesar disso, a Geografia também se consolidou com certa tradição entre estudos transdisciplinares/ multidisciplinares, o que leva alguns autores a proporem, por exemplo, a Geografia das Relações Internacionais (SENHORAS, 2015).

Embora carente ainda de uma maior elaboração teórica, esse campo é motivado pela percepção de que nas relações internacionais a análise espacial é muitas vezes negligenciada, sendo o espaço visto apenas como receptáculo (SENHORAS, 2015). Segundo o mesmo autor:

> Na construção da área de Geografia das Relações Internacionais falta ainda um progresso de teorização,

> a fim de acumular uma série de elementos conceituais, o que torna necessário um esforço sistemático de depuração analítica para melhor visualizar o campo de atuação e suas fronteiras teóricas, não retirando a sua característica interdisciplinar de confluências teóricas que o consolidam a partir de uma natureza suis generis (SENHORAS, 2015, p. 42).

A interseção entre Geografia e Relações Internacionais é vista como importante por permitir alianças entre dois distintos olhares epistemológicos para a compreensão de uma mesma realidade: o espaço mundial. Segundo Senhoras (2015):

> a geografia é lugar privilegiado do exercício transdisciplinar e do ensaio da integração em função de suas características que facilmente estimula o contato e não a fronteira, motivo este que torna a geografia das relações internacionais em um sub-campo de extrema relevância para a construção de um rico olhar geográfico que é capaz de simultaneamente fazer alianças internas e externas para melhor explicar a fluida e dinâmica realidade (SENHORAS, 2015, p. 57).

A relação entre as abordagens da Geografia e das Relações Internacionais foi também explorada por Gökmen (2010), que argumenta que há muitos pressupostos comuns entre a Geopolítica Clássica e a teoria realista das Relações Internacionais:

> O meu argumento neste capítulo é que os pressupostos centrais, bem como alguns certos pontos cegos paradigmáticos são comuns ao realismo

> clássico e à geopolítica clássica. Os pressupostos são importantes. Eles são fundamentais para qualquer teoria e, portanto, desempenham um papel importante na determinação de nossa visão do mundo. Suposições comuns, portanto, indicam visões de mundo compartilhadas (GÖKMEN, 2010, p. 141-142).

A vinculação entre a Geopolítica e Relações Internacionais é sobejamente conhecida, visto que a Geopolítica, campo interdisciplinar, é comumente vista como disciplina presente nas grades dos cursos de Relações Internacionais (LUIGI, 2017). Embora seja constantemente vinculada à Geografia, curiosamente nos cursos de RI ela aparece mais frequentemente com caráter obrigatório. Como defende Gökmen (2010), a geopolítica prima por seu caráter transdisciplinar (em suas palavras, "a travelling theory par excellence"):

> Embora "a geopolítica tenha sido condenada como um" veneno intelectual "após o final da Segunda Guerra Mundial, continuou a ser" uma "teoria itinerante" por excelência no sentido de ter entrado em uma grande variedade de disciplinas e regiões geográficas". Esta tese argumenta que tiveram posição central entre as diversas disciplinas e regiões "contaminadas" por este veneno intelectual as Relações Internacionais e os EUA (GÖKMEN, 2010, p. 141).

O autor reconhece o caráter inovador da Geopolítica e suas ligações com as Relações Internacionais, diferente de Sjoberg (2008), que busca demonstrar a importância da Geografia como um todo para as teorias das Relações Internacionais, mais

especificamente de uma análise escalar proveniente da Geografia Política:

> Levando em conta que as teorias geográficas da política global como um importante contributo para o campo das RI, este trabalho procura contribuir diferentemente para o campo das RI. Embora veja a importância das teorias geográficas para as RI, argumenta que todas as teorias de RI podem aprender algo a partir do conceito de escala da geografia, estejam ou não os teóricos das RI adotando as outras lições da geografia política (SJOBERG, 2008, p. 482).

Sjoberg (2008) trouxe essa percepção da importância do estudo geográfico da escala para ampliar a visão sobre fenômenos que a perspectiva tradicional de níveis de análise não dá conta em sua totalidade.

NÍVEIS DE ANÁLISE E ESCALA

A falta de diálogo entre as Relações Internacionais e as outras áreas do conhecimento científico, "nas quais avanços expressivos na formulação de métodos empíricos de observação e análise da realidade objetiva haviam sido feitos" (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 4), era uma das propostas dos realistas científicos no âmbito da crítica behaviorista feita nas Relações Internacionais a partir da década de 1950.

Embora muitas interlocuções já tenham sido realizadas, crê-se que a associação entre os níveis de análise e a categoria geográfica da escala ainda seja um diálogo a ser realizado, como prenunciado

por Sjoberg (2008). A autora traça a contribuição da Geografia para as Relações Internacionais principalmente por intermédio da Geografia Política e da noção de escala, propondo, para substituir os intermináveis debates nas Relações Internacionais sobre onde e por que as políticas globais ocorrem (em torno do nível de análise e da questão "agente-estrutura"), uma abordagem de processos escalares com base nas teorias geográficas:

> Este artigo reúne os debates mais longos das relações internacionais (RI) sobre "onde" e "por que" a política global acontece: o debate de níveis de análise e o debate agente-estrutura. Defende a continuidade da relevância das questões conceituais contidas nesses debates, mas critica a inadequação das interações entre as correntes desses debates na literatura de relações internacionais. Logo, apresento para os cientistas políticos os conceitos de escalas e processos escalares da geografia política para substituir níveis, agentes e estruturas (SJOBERG, 2008, p. 472).

A escala não deve ser confundida com o nível de análise, sendo ambas as noções independentes do ponto de vista conceitual e epistemológico. Para iniciar esse diálogo transdisciplinar, deve-se, portanto, definir o que nas Relações Internacionais se chama de níveis de análise.

Os níveis de análise aparecem em sua capacidade explicadora da realidade na obra de 1959 de Waltz (2004). Analisando as causas da guerra, visando compreender a paz, Waltz (2004) centra sua obra na observação dos três níveis de análise, o homem, o Estado, e o sistema internacional. O autor chama esses níveis de análise de "imagens", como que dizendo que não vemos a política internacional como o seu todo, mas que fazemos determinados recortes mentais de seus fenômenos.

Tamaki (2015) define os níveis de análise como uma ferramenta que permite fragmentar a realidade, permitindo analisar como as decisões em política externa são tomadas em vários níveis: do individual, passando pela burocracia e chegando ao Estado como um ente coletivo. Mais do que a abordagem de Waltz (2004), o compêndio realizando por Tamaki (2015) de vários pensadores, Waltz incluído, precipita uma questão problemática dos níveis de análise em Relações Internacionais, que é a criação de recortes analíticos não referenciados espacialmente.

Outro autor a fazer uma importante discussão sobre os níveis de análise em RI é Jervis (1976), que trouxe à tona a percepção do problema do nível de análise, já que, existiria um mundo como os atores internacionais os veem e o mundo como ele de fato é (essa questão será retomada na discussão de escala). Sua proposta identifica quatro níveis de análise: a tomada de decisão, a burocracia, a natureza do Estado e o funcionamento da política doméstica e o desenvolvimento internacional.

Sjoberg (2008) alude para essa simplificação que há da visão espacial nas teorias ortodoxas de Relações Internacionais, tomando o espaço como receptáculo e a Geografia Física como receptáculo) como sinônimo da Geografia, ignorando os processos e as dinâmicas "sócio-espaciais" (SJOBERG, 2008).

A noção geográfica de escala pode ter uma grande interlocução com o pensamento internacionalista, com implicações ontológicas, metodológicas e normativas, já que "a incursão interdisciplinar constrói a ponte entre o problema dos níveis de análise e uma compreensão representativa da localização e dos processos da política global" (SJOBERG, 2008, p. 473).

A multidimensionalidade do conceito de escala adotada pelos geógrafos políticos em sua leitura da política internacional é vista como capaz de promover a reconciliação entre as aparentes

contradições das noções de globalização, regionalismo e localização. Mas nem por isso se deve perceber a escala como um nível de análise dos fenômenos sociais. A escala é uma estratégia de apreensão da realidade na impossibilidade de compreendê-la como um todo. Não deve ser entendida tampouco como a realidade fragmentada, mas como estratégia mesma de aproximação do real.

Para Castro (2000), a escala é um dos problemas epistemológicos fundamentais da Geografia, aparecendo como ponto de partida para dar um sentido particular a determinado fenômeno a ser analisado. Devido à complexidade das configurações do território terrestre, é preciso ter uma forma de tornar o mundo "visível". A autora define, por fim, a escala como sendo "a medida que confere visibilidade ao fenômeno" (CASTRO, 2000, p. 123), "o artifício analítico que dá visibilidade ao real" (CASTRO, 2000, p. 133).

Taylor e Flint (2002) chamam atenção para o aspecto político da escala, aspecto enfatizado por Smith (2000), que ressalta também seu aspecto econômico. Enquanto Taylor e Flint (2002) criticam o modelo tripartite tradicional de análise escalar, dividido em global (internacional), nacional (estatal) e intranacional (de âmbito urbano), propõem outras três escalas em substituição, que corresponderiam a uma economia-mundo em âmbito global, ao Estado-Nação e a uma localidade, incluindo a ideia de que as escalas podem ser associadas na interpretação da ocorrência de um fenômeno.

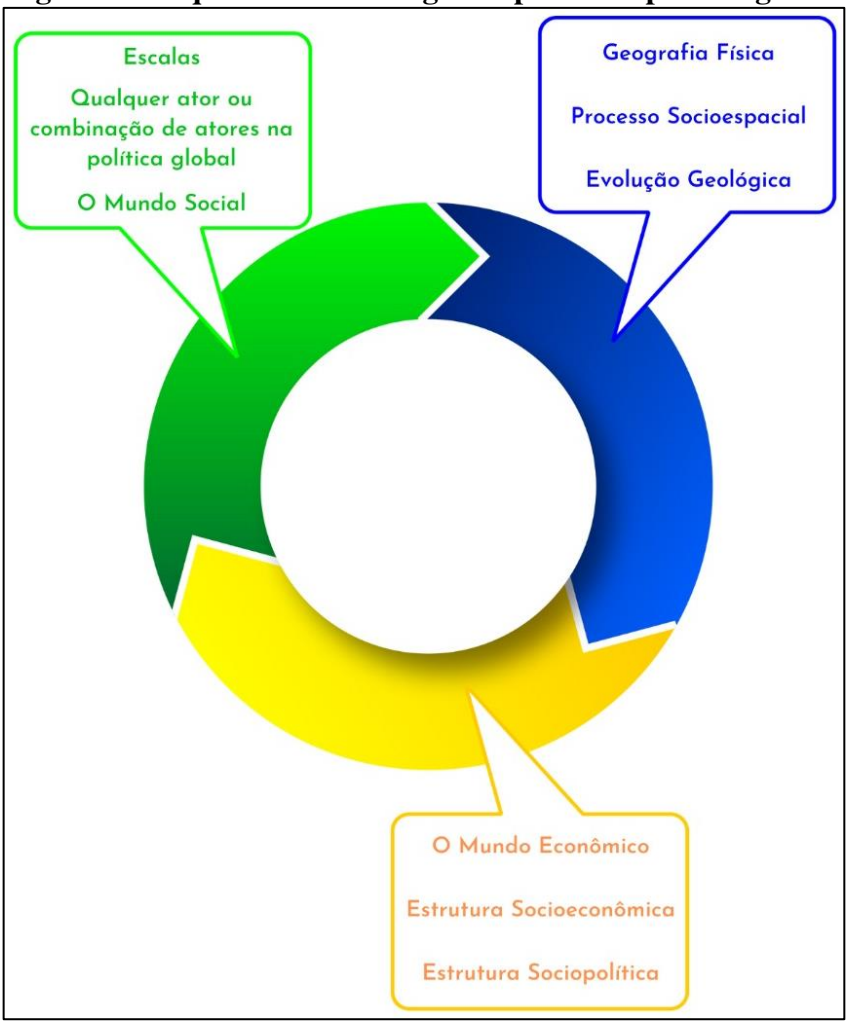
Partindo da ideia da produção política e econômica de diferença entre lugares, Smith (2000) propõem sete escalas diferentes, o corpo, a casa, a comunidade, a cidade, a região, a nação e o globo. O autor reconhece a arbitrariedade dessa definição e seus limites, enfocando num aspecto crucial: de que a escala é socialmente produzida, e qualquer tentativa de classifica-la deve dar conta desse seu aspecto dinâmico e por vezes transitório.

Embora haja certa indefinição na literatura sobre a escala e uma série de posicionamentos não necessariamente convergentes, essa alteridade e dinamicidade da escala pode trazer grande contribuição para as Relações Internacionais, que se deparam em sua evolução com novos fenômenos não facilmente analisáveis pelas teorias tradicionais. Os níveis de análise, como estruturados, podem dificultar nossa capacidade de compreensão do mundo, especialmente nas escalas subnacionais, em que os níveis de análise se centram nas decisões de indivíduos ou burocracias, ignorando seus respectivos arranjos espaciais.

No esquema proposto por Sjoberg (2008), exposto na Figura 1, há uma organização circular de três dimensões distintas: por um lado, as escalas, os atores da política global, e o mundo social; na segunda dimensão, a geografia física, os processos socioespaciais e a evolução geológica; por fim, a economia-mundo, a estrutura socioeconômica e a estrutura sociopolítica. Esses três grupos de elemento se co-constituem na formação da política global, permitindo arranjos mais complexos que na abordagem de níveis de análise.

Novos fenômenos como os atentados terroristas de 11 de setembro, nos Estados Unidos, criam a percepção da necessidade de novas ferramentas metodológicas para o estudo das Relações Internacionais. De acordo com Sjoberg (2008), "as respostas domésticas e internacionais aos ataques do 11/09 centraram-se muitas vezes em torno de geografias físicas em diferentes escalas: urbana, regional e nacional", para citar algumas" (SJOBERG, 2008, p. 497).

Figura 1 - Esquema de abordagem espacial da política global



Fonte: Sjoberg (2008). Adaptações próprias.

Esse é um dos argumentos utilizados pela autora para sinalizar que os níveis de análise, como estabelecidos, embora

venham demostrando grande capacidade explicativa para o estudo de fenômenos macros ou para a análise de casos específicos, perdem aspectos importantes da realidade, demonstram sua fragilidade na análise de alguns fenômenos do século XXI, como os atentados terroristas do 11 de setembro e suas repercussões, que necessitam de recortes político-espaciais que os níveis de análise não dão conta.

Crê-se que a associação com a Geografia possa produzir uma grande contribuição para as Relações Internacionais. No caso da escala, além do aspecto geral de análise das políticas globais, pretende-se compreender futuramente, em específico, os processos de integração regional, sob uma perspectiva multiescalar e associativa da região, que produz consequências políticas subnacionais, nacionais, supranacionais e globais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo das Relações Internacionais vem sendo remodelado ao longo do tempo, ampliando seus estudos e suas ferramentas metodológicas. Nesse processo é natural o diálogo com outras áreas do conhecimento científico. Nessa perspectiva Sjoberg (2008) traz a discussão sobre a possibilidade de se trabalhar com a categoria geográfica de escala como forma de superar os problemas com a utilização dos níveis de análise e a falta de compreensão sobre a espacialidade dos fenômenos da política internacional.

Ainda uma exploração inicial do tema, o presente trabalho pretendeu fomentar esse diálogo entre autores da Geografia que trabalham o conceito de escala, autores das Relações Internacionais que trabalham a categoria de níveis de análise, e a abordagem crítica e associativa conduzida por Sjoberg (2008).

Pretende-se incorporar essa abordagem na metodologia de pesquisas futuras, especialmente na análise da integração regional, outro tema em que Geografia e Relações Internacionais dialogam bastante, como exposto em muitas das obras que se tem produzido no Brasil no campo da Geografia das Relações Internacionais.

Acredita-se, assim, na assertiva segundo a qual "ao trabalhar na interseção entre a geografia política e a ciência política, os teóricos das RI podem produzir análises mais intrincadas e mais representativas das problemáticas cada vez mais complexas do século XXI" (SJOBERG, 2008, p. 498).

REFERÊNCIAS

CASTRO, I. E. "O problema da escala". *In*: CASTRO, I. E. (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

COUTINHO, M. **Relações internacionais**: evolução e teorias da ciência do mundo. Rio de Janeiro: Gramma, 2012.

GÖKMEN, S. R. **Geopolitics and the study of International Relations** (Tese de Doutorado em Relações Internacionais). Anacara: The Graduate School of Social Sciences of Middle East Technical University, 2010.

GONÇALVES, W. S. "Relações Internacionais". **Site do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFRGS** [2003]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgeei>. Acesso em 10/10/2021.

JERVIS, R. **Perception and Misperception in International Politics**. Princeton: PrincetonUniversity Press, 1976.

LUIGI, R. **A integração regional na América do Sul**: a efetividade da União das Nações Sul-Americanas (Tese de Doutorado em Geografia). Campinas: Unicamp, 2017.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais**: correntes e debate. Rio de Janeiro: Elsevier/Editora Campus, 2005.

SENHORAS, E. M. "A episteme da Geografia das Relações Internacionais". **Intellector**, vol. 11, n. 22, 2015.

SJOBERG, L. "Scaling IR theory: geography's contribution to where IR takes place. International Studies". **Review**, vol. 10, n. 3, 2008.

SMITH, N. "Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem teto e produção da escala geográfica". *In*: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

TAMAKI, T. "Levels of analysis of the international system". *In*: Kavalski, E. (ed.). **Encounters with World Affairs**: An Introduction to International Relations. Farnham: Ashgate, 2015.

TAYLOR, P. J; FLINT, C. **Geografía Política**: economía-mundo, estado-nación y localidad. Madrid: Trama Editorial, 2002.

WALTZ, K. N. **O Homem, o Estado e a Guerra**: uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CAPÍTULO 7

O Mercosul e o Debate sobre a Flexibilização

O MERCOSUL E O DEBATE SOBRE A FLEXIBILIZAÇÃO

Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz

As mudanças no cenário político regional sul-americano a partir do ano de 2015 desencadearam uma série de discussões e controvérsias entre os países membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Marcado pelo impeachment da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, e pela eleição do ex-presidente argentino, Maurício Macri, os novos rumos da integração regional no Mercosul fazem parte de um movimento mais amplo que abrange toda a América Latina.

Destacamos neste capítulo as contradições em torno da flexibilização do bloco como resultado das contradições do novo cenário político e econômico regional, sendo este, um dos principais temas de discussão e controvérsias no bloco.

O discurso pró-flexibilização gira em torno de uma possível suspensão da Tarifa Externa Comum (TEC). Na prática isso quer dizer que não haveria uma tarifa menor para os Estados Partes (membros efetivos do bloco), por outro lado, este também seria um importante passo para que os países pudessem estabelecer novas negociações com terceiros. Apesar de serem processos aparentemente distintos, ambos caminham juntos rumo à abertura para o estabelecimento de acordos bilaterais com países terceiros sem que haja anuência dos demais membros do Mercosul. A superação da TEC tornaria o que é hoje uma união aduaneira imperfeita em uma zona de livre comércio. Isso quer dizer que os países que fazem parte do acordo teriam maior concorrência de terceiros, sobretudo em relação aos produtos manufaturados.

Tendo em vista tal contexto, o objetivo geral deste capítulo é identificar os principais acontecimentos e posicionamentos que endossaram o discurso pró-flexibilização do Mercosul a partir de 2016. Faz-se necessário fomentar tal discussão, pois o Mercosul completou trinta anos de existência em 2021. Esse é um marco emblemático para refletir sobre os avanços e desafios do bloco no contexto complexo de crise política, econômica, social e sanitária. As implicações que a flexibilização poderá trazer ao bloco, inclui mudanças significantes na própria estrutura do Mercosul, que poderá deixar de ser uma união aduaneira para tornar-se uma zona de livre comércio.

A metodologia utilizada para alcançar o objetivo mencionado incluiu a revisão bibliográfica sobre o tema, bem como a análise de notícias de jornais sobre o discurso da flexibilização no Mercosul a partir do ano de 2016. Ao todo, foram analisadas trinta e quatro notícias publicadas entre janeiro de 2016 e junho de 2021. Embora o intuito deste capítulo não seja analisar detalhadamente as notícias analisadas, é fundamental ressaltar que elas permitiram identificar os principais pontos de controvérsias entre os Estados Partes acerca da flexibilização no Mercosul, bem como os diferentes posicionamentos dos países que fazem parte do bloco.

Este texto está dividido em duas partes principais. A primeira denominada "O Mercosul no sistema-mundo moderno colonial" indica uma possível leitura do papel que os países do bloco desempenham no sistema-mundo moderno colonial. A segunda parte intitulada "Alguns pontos sobre o debate acerca da flexibilização do Mercosul" busca identificar os principais posicionamentos dos países sobre a flexibilização no bloco e suas possíveis implicações.

O MERCOSUL NO SISTEMA-MUNDO MODERNO COLONIAL

A fim de iniciarmos a leitura sobre o Mercosul, adotamos como referência a teoria do sistema-mundo moderno colonial discutida por Immanuel Wallerstein (WALLERSTEIN, 1974; WALLERSTEIN, 1998). Essa teoria explica os diferentes papéis desempenhados pelos países na hierarquia do poder mundial (centro, semiperiferia e periferia) (ROJAS, 2007).

Na mencionada tríade, o centro desempenha o papel de controle, dominação e liderança, concentrando maior capacidade de desenvolvimento tecnológico, capitais, negócios etc. No polo oposto, encontra-se a periferia que, ao contrário do centro, é subordinada; possui menor capacidade de polarização de capitais, ocupando a posição inferior na divisão internacional no trabalho.

Enquanto centro e periferia estão em lados opostos, as semiperiferias reúnem características de ambos, sendo, portanto, o mais complexo papel desempenhado na estrutura de poder mundial. Neste caso, se do ponto de vista da divisão internacional do trabalho, as semiperiferias assemelham-se às periferias, no âmbito regional, as semiperiferias exercem papel de liderança em relação às periferias.

> Podemos citar como casos ilustrativos das semiperiferias na América Latina a Argentina, o Brasil e o México. Nos três casos, consolidar-se como semiperiferia demandou afirmar o papel político de liderança regional não só diante dos países periféricos como Bolívia, Paraguai ou Guatemala, mas diante das semiperiferias já consolidadas. Vimos este movimento do Brasil com o projeto político para a modernidade, que implicou, dentre outras coisas, na expansão das infraestruturas para a integração do

> território nacional e no atrelamento à política externa estadunidense (CRUZ, 2021, p. 9).

A ambivalência das semiperiferias é o motivo pelo qual elas exercem a função de equilíbrio no sistema mundial. A volatilidade das semiperiferias faz com que elas busquem adequar-se a cada movimento cíclico do capital, os quais possuem como lócus os países centrais. Na tentativa de adequar-se às transformações da economia mundial, as (semi)periferias buscam incorporar rapidamente os novos padrões através do atendimento às demandas verticais. Obviamente, essa é uma estratégia que se configura como uma das causas das contradições espaciais e sociais que caracteriza tais países.

A grande questão é que as (semi)periferias na América passaram por um processo de colonização/dominação/exploração que, inclusive, suportaram a própria criação do sistema-mundo moderno colonial. Além de Immanuel Wallerstein, outros autores como Quijano (2012), Coronil (2015), Mignolo (2005) e Porto Gonçalves (2006) mencionam que este processo só foi possível devido a imposição de padrões de colonialidade e modernidade que passaram a balizar os níveis de desenvolvimento a serem alcançados, tendo como referência o padrão europeu.

A partir do século XVI, a experiência europeia passa a ser projetada para o mundo como um alvo a ser alcançado, já que enquanto a Europa era tida como a referência de modernidade, as áreas "menos modernas" das periferias buscavam importar este padrão impossível de ser alcançado. Impossível, porque os países americanos surgiram na condição de periferia e foi a própria exploração feita pelo centro do sistema que lançou as bases da imaginação geopolítica moderna (AGNEW, 2005). A imaginação geopolítica moderna é materializada no discurso sobre o controle formal e informal das áreas menos modernas pelos países centrais,

estando presente ainda nas narrativas em torno da justificativa das ações pró consolidação dos papéis desempenhados na hierarquia mundial, e na busca incessável pelo padrão de desenvolvimento inalcançável dos países periféricos e semiperiféricos.

Com as iniciativas de integração regional do século XX, os países da periferia do sistema-mundo viram-se em meio à necessidade de buscar formas para diminuir os impactos do novo período da globalização, protagonizado pelo neoliberalismo (SANTOS, 2000; ARRIGHI, 2009; HARVEY, 2011; 2012).

Imersos na reprodução dos padrões de colonialidade que atingem todas as esferas de organização social, e baseados na experiência europeia de integração, as periferias passaram a importar o modelo de integração europeu. Isso não quer dizer que elas reproduziram perfeitamente os moldes da integração regional europeia, mas que viram nessa um espelhamento como alvo a ser alcançado. Neste sentido, Mariano (2015, p. 14) ressalta que mesmo com a criação de iniciativas de integração latino-americanas,

> (...) as análises continuaram a se pautar na Europa e a avaliar a integração na América Latina usando os referenciais teóricos eurocêntricos. Esse comportamento é esperado uma vez que não existe um modelo integracionista alternativo tão bem sucedido quanto o europeu. O problema é que muitas vezes desconsidera-se as diferenças que impulsionaram e condicionam as novas experiências de integração regional, como o fato de serem promovidas por países pertencentes a uma região de baixo desenvolvimento econômico/social, grande heterogeneidade e com pouco peso político-estratégico no sistema internacional (MARIANO, 2015, p. 14).

Logo, apesar de ter havido um espelhamento na experiência de integração europeia, os resultados e os desafios da integração regional foram distintos. Cruz (2019, p. 33) explica que

> Os caminhos seguidos para a integração entre União Europeia e MERCOSUL foram distintos, pois no caso do MERCOSUL, apesar de algumas iniciativas serem parecidas àquelas tomadas na União Europeia, elas não renderam o mesmo efeito. Isso ocorreu por conta da distinção na natureza dos acordos, das capacidades em arcar com os custos da integração (sobretudo em relação aos transportes), do estabelecimento de metas ambiciosas a serem cumpridas em um curto prazo etc (CRUZ, 2019, p. 33).

Em meios às tentativas de superação da crise da "década perdida" que resultou na inflação, dívida externa e instabilidade política (VITTE, 2013), o Mercosul surge como uma estratégia de adequação às mudanças do mercado internacional, buscando ampliar o poder de barganha de países periféricos cujas marcas da exploração/dominação colonial estão presentes nas desigualdades regionais até os dias de hoje.

Apesar do Mercosul ter passado por diferentes fases de desenvolvimento do processo de integração, o espelhamento no modelo europeu de integração e a falta de construção de um referencial próprio dificultou o aprofundamento do processo de integração regional, tornando, por outro lado, os retrocessos mais rápidos com as recentes crises. Contraditoriamente, a própria adoção das medidas neoliberais e o contexto dos anos de 1990 foram decisivos para os avanços que vieram na década seguintes.

> (...) a onda neoliberal que, num primeiro momento, contribuiu para enquadrar o processo de integração latino-americana nos marcos do livre comércio e do regionalismo aberto, terminou favorecendo a busca de caminhos mais profundos de integração, ao criar as condições (crises econômicas e sociais recorrentes) que levaram à constituição de governos progressistas na região (SOUZA, 2012, p. 114).

É fundamental ressaltar que o espelhamento na experiência europeia foi frustrado na primeira meta estabelecida pelo bloco. Afinal, quando o Tratado de Assunção foi assinado, a intenção era que o Mercosul se tornasse um mercado comum (a exemplo da União Europeia) nos primeiros quatro anos de sua existência. Obviamente, a meta não foi alcançada e o Mercosul permanece trinta anos depois como uma união aduaneira imperfeita.

> Em 1994, os governos já estavam conscientes de que a meta de mercado comum não seria alcançada, mas para assegurar a credibilidade do processo de integração optaram por aprovar uma união aduaneira incompleta, o que exigiria a aprovação parcial da TEC. Entretanto, apesar de intensas negociações, ainda restavam grandes divergências em relação à TEC. A solução encontrada foi aceitar temporariamente tarifas diferenciadas para bens de capital, produtos de informática e de telecomunicações e para um conjunto limitado de bens escolhidos por cada membro (Lista de Exceção Nacional) (KUME; PIANI, 2011).

As implicações da adoção de uma união aduaneira imperfeita são discutidas por Veiga e Ríos (2007). Inclusive, os autores mencionam o fato de a TEC ter sido baseada na tarifa que até então

era praticada pelo Brasil. A dificuldade dos membros menores do bloco (Paraguai e Uruguai) ao adaptar-se à nova realidade resultou em uma lista de exceções que permanece vigente até os dias de hoje. Por isso, a união aduaneira mercosulina é considerada imperfeita, por conta da lista de exceções de produtos que não seguem o padrão tarifário.

> Se a forma de resolver os conflitos de interesses comerciais entre os países do MERCOSUL, em um quadro onde o modelo de união aduaneira foi formalmente adotado pelo bloco, acabou por dificultar a efetiva implementação dos principias instrumentos desse modelo de acordo comercial, as negociações externas do bloco distanciaram ainda mais o MERCOSUL desse modelo. Isso se torna particularmente evidente ao se considerar as negociações dos países do MERCOSUL com outros membros da ALADI, nas quais — à exceção das negociações levadas a cabo em meados dos anos 90 com a Bolívia e o Chile — prevaleceu a lógica da negociação bilateral de cada país do bloco (VEIGA; RÍOS, 2007, p. 12).

A frustação no alcance da meta estabelecida no início do bloco se deu por conta da falta de infraestruturas, pela ausência de mecanismos institucionais e pela não adoção do princípio da supranacionalidade na Constituição dos respectivos Estados Partes (CRUZ, 2017).

Embora o Mercosul tenha enfrentado nos últimos trinta anos uma série de desafios (dificuldade para o estabelecimento de consensos, permanência das assimetrias, crise políticas etc), segundo Costa (2019), mesmo com todas as dificuldades, o bloco pode ser considerado o espaço de integração mais estável do subcontinente.

Todavia, Serbín (2018) observa que, assim como outras iniciativas de integração regional na América Latina, o caso do Mercosul é um exemplo da falta de mecanismos institucionais que promovam a inserção eficiente dos países membros no sistema internacional.

De acordo com Serbín (2018) a ausência do desenvolvimento de mecanismos institucionais para a promoção da integração pode ser observada em diferentes períodos do processo de integração regional na América Latina, incluindo-se o giro à esquerda e os anos posteriores a ele (2013-2015). Logo, ainda que alguns avanços tenham sido alcançados, como a ampliação dos temas incluídos no debate sobre a integração regional (saúde, educação, direitos humanos, migrações, etc.), na prática, esses avanços não foram estruturais a ponto de garantir sua permanência mesmo com a mudança no cenário político regional ocorrida após o ano de 2015. Sobretudo, porque este cenário foi acompanhado pela crise econômica, neste contexto, Vitte (2018) ressalta que:

> Ademais, em contexto de crise econômica, os processos de integração regional na América Latina refluem. O cenário político mais instável na região dificulta se encontrar um ponto de equilíbrio para diferentes demandas e interesses nacionais e de serem aceitas, sem contestação de diversos segmentos sociais nacionais, medidas coletivas de âmbito regional que implicam em uso de recursos que poderiam ser aplicados em políticas nacionais oriundas de demandas eleitorais e de grupos de interesses vulneráveis à crise (VITTE, 2018, p. 20-21).

A complexidade apresentada em momentos de crise se já justamente pelo descompasso das estratégias de adequação às demandas externas e das demandas dos cidadãos. Junta-se a este

contexto, a falta de coordenação macroeconômica para articular projetos e construir coletivamente respostas aos desafios que se colocam frente à realidade (semi)periférica desses países. Realidade esta que demanda soluções para problemas diferentes daqueles enfrentados pelos países centrais.

Atualmente, a participação ativa no Mercosul é composta por duas semiperiferias (Argentina e Brasil) e duas periferias (Paraguai e Uruguai). O Brasil é uma das semiperiferias, que, segundo Becker e Egler (1994), e como já mencionado anteriormente, conformou-se neste papel com a modernização conservadora adotada no período da ditadura militar. A partir daí o Brasil ganhou uma nova configuração interna de (des)integração, bem como consolidou seu papel como liderança regional, a qual já vinha sendo buscada do ponto de vista (geo)político desde o início do século XX (OLIVEIRA CRUZ, 2020).

A própria criação do Mercosul esteve ligada à aproximação das duas lideranças regionais que no passado foram rivais. Tal aproximação foi iniciada por acordos no âmbito do setor automobilísticos que visavam criar uma área de livre comércio capaz de fortalecer a cadeia produtiva e o comércio entre os dois países. Observando a possibilidade de atrair novos investimentos, Paraguai e Uruguai viram na aproximação entre Brasil e Argentina a possibilidade de driblar a crise dos anos de 1990 e fortalecer suas economias. Assim, surgiu o Mercosul, tendo como principal motivação a integração econômica.

A criação do Mercosul, assim como a criação de outras organizações regionais e multilaterais criou um novo espaço de articulação política e escalar, conforme discute Vitte (2013). Segundo a autora,

> As organizações regionais e multilaterais definem novos espaços políticos e econômicos, condicionados pelas relações internacionais e, em abordagem mais pragmática, pelas Políticas Externas de países protagonistas. Essas organizações em seu processo histórico de institucionalização articulam diversas escalas: a hemisférica ou continental, as sub-regionais, as unidades nacionais e seus recortes espaciais intranacionais, em uma interação política que resulta em uma governança multiescalar que apresenta um discurso e uma prática nem sempre coerente (VITTE, 2013, p. 33).

A falta de coerência pode estar ligada não só aos discursos, mas ao conteúdo discutido em torno da integração regional, bem como às possíveis respostas aos problemas e desafios a serem transpostos. Com base nas referências adotadas neste capítulo, podemos indicar também que a falta de coerência está na adoção de um padrão alheio de integração ou desenvolvimento, ou ainda, da discussão exclusivamente econômica.

O rompimento com a discussão exclusivamente econômica no Mercosul ocorreu com o "giro à esquerda", conforme comentado anteriormente. Além disso, o Mercosul foi um dos protagonistas na América Latina durante o período de 2003-2015 a unir esforços com outros acordos de cooperação, iniciativas e blocos visando o fortalecimento do processo de integração regional. Destaca-se neste contexto, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA), e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), sobretudo, em relação aos esforços no âmbito do fomento às infraestruturas de transportes e energia.

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai foram os primeiros países que assinaram o Tratado de Assunção que deu origem ao Mercosul em 1991. Além desses países, a Venezuela também passou

a fazer parte do bloco oficialmente no ano de 2012, mesmo ano em que a Bolívia assinou um termo de adesão do bloco.

A entrada da Venezuela no bloco fez parte de uma estratégia de aprofundamento do processo de integração, naquele momento o Mercosul atraiu um dos principais membros da CAN, tornando-se o principal espaço de integração do subcontinente (SENHORAS; VITTE, 2006). O Mapa 1 a seguir mostra a participação atual dos países sul-americanos no Mercosul.

Mapa 1 - Participação dos países sul-americanos no Mercosul



Fonte: Elaboração própria.

Nota-se no mapa que apesar de nem todos os países sul-americanos serem considerados Estados-Partes (ou membros efetivos), todos os países participam (ainda que indiretamente) do Mercosul na condição de Estados associados. A diferença entre Estados Partes e Estados associados é que enquanto os primeiros têm poder de veto e voto, os Estados associados apenas acompanham as reuniões e discussões realizadas no âmbito do Mercosul. Quando um dos Estados Partes é suspenso, como foi o caso do Paraguai em 2012 e da Venezuela atualmente, o país perde temporariamente o poder de veto e voto, além de não contar com financiamento de projetos ou estar incluído em negociações com países terceiros enquanto durar a suspensão.

Ao observar as características gerais do Mercosul, ao analisá-lo, precisamos considera-lo sob duas perspectivas diferentes. Uma perspectiva de longa duração que trata sobre o desenvolvimento dos próprios países de acordo com os papéis desempenhados no sistema-mundo – neste caso, (semi)periféricos -, e uma perspectiva de curta duração que trata das mudanças conjunturais. A primeira nos permite compreender o bloco do ponto de vista estrutural, já a segunda nos dá subsídio para discutir as questões mais imediatas e contemporâneas. Obviamente, ambas estão entrelaçadas, no entanto, é necessário levar em conta que individualmente elas não são apresentam a base para uma leitura crítica-reflexiva sobre o bloco. Conjuntamente, as duas perspectivas nos ajudam a compreender um dos principais debates desenvolvidos no contexto atual acerca da flexibilização do bloco.

ALGUNS PONTOS SOBRE O DEBATE ACERCA DA FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCOSUL

Desde 2016, estamos diante não só de uma crise conjuntural e de uma nova perspectiva política na condução da integração

regional no bloco, mas também de uma crise estrutural que exige do Mercosul alterações na sua própria organização, advinda dos efeitos da pandemia. Para essa crise, os Estados Partes não têm conseguido articular políticas macrorregionais ou propostas que possam minimizar os efeitos da crise. Em meio à convergência de crises com múltiplos efeitos em diferentes âmbitos (político, econômico, social), o Mercosul tem passado desde 2016 por um processo de ruptura nos rumos da integração regional (MIJARES; HERNÁNDEZ, 2021), denominado por Castro (2021) como período de destruição. Este período é caracterizado pelo retrocesso das conquistas entre 2003 e 2015.

Embora a defesa da flexibilização do Mercosul tenha sido iniciada pelo Uruguai, o Brasil já defendia a apoiava a flexibilização no Mercosul desde 2016 com o ex-ministro das Relações Exteriores, José Serra. Naquele momento, a intenção era flexibilizar o Mercosul para que o Brasil tivesse maior autonomia para fechar os acordos bilaterais, posicionando o país como o grande articulador de novas parcerias e acordos multilaterais para a região. Em reunião com a Fiesp, o ex-ministro afirmou: "Podemos flexibilizar e deixar mais solto e depois se carrega os parceiros. Com bom entendimento dá para tocar adiante. Não temos nenhuma intenção de extermínio em relação ao Mercosul, muito pelo contrário" (STOCHERO, 2016). Logo, de acordo com a afirmação, uma vez que os novos acordos bilaterais estivessem fechados, o objetivo era incluir os demais membros do bloco.

As afirmações de José Serra e a defesa pró-flexibilização vinha acompanhada pela crítica aos governos brasileiros anteriores (Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff), conhecidos pela inclinação política de centro-esquerda. Em contrapartida, o ex-ministro das relações exteriores no período dos governos mencionados, Celso Amorim, posicionou-se contra a flexibilização do Mercosul e a argumentação apresentada por José Serra, alegando

que a flexibilização poderia destruir o esforço pretérito desprendido para a construção do Mercosul, cujos efeitos a longo prazo poderiam ser desastrosos (ROCHA, 2016).

É importante ressaltar que essa discussão ocorria no ano de 2016 tendo como pano de fundo as controvérsias em torno da crise da Venezuela e de sua permanência no bloco, evidenciando a instabilidade do contexto de negociações e as incertezas quanto ao futuro do Mercosul. Além disso, os diferentes posicionamentos em torno da flexibilização serviram para fragilizar a coesão entre os Estados Partes. Como exemplos ilustrativos podemos citar aqui o risco do "Uruexit" e a intenção do Uruguai e do Paraguai em aproximar-se da China por meio de um tratado de livre comércio sem a anuência dos demais Estados Partes.

Ainda que a defesa pró-flexibilização tenha sido continuada no governo Bolsonaro, ela ganhou um tom mais incisivo em relação ao governo anterior de Michel Temer. A partir de 2018, com Bolsonaro e o ministro da economia Paulo Guedes, as declarações acerca do Mercosul passaram a vir desacompanhadas do argumento de que poderia ser um benefício para os demais países do bloco.

"Desburocratização", "modernização", "avanço" e "aperfeiçoamento" foram palavras comuns utilizadas nas declarações de Bolsonaro e Paulo Guedes a partir de 2018. Antes mesmo de assumir o cargo de ministro no governo de Jair Bolsonaro, Guedes chegou a declarar que o Mercosul não seria prioridade em sua futura gestão. A crítica do ministro baseava-se na afirmação de que o Brasil se dedicou a criar alianças com "inclinações bolivarianas", o que deveria ser revertido baseado na ideia de que o Brasil deveria promover uma "negociação com o mundo" (CARMO, 2018). O argumento equivocado de Guedes desconsiderou a ampliação da agenda das relações exteriores do Brasil a partir da cooperação Sul-Sul, da qual destaca-se a criação dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) (FIORI, 2007).

Dois anos depois, em 2020, Paulo Guedes afirmou durante reunião com economistas do Itaú Unibanco que “enquanto Estados Unidos e China ‘dançaram de rosto colado’ durante décadas. Mas agora, o país ‘vai dançar com todo mundo’ e não vai deixar o ‘fator político’ interferir nas relações comerciais” (HESSEL, 2020). Naquele momento, enquanto o Mercosul perdia prioridade na política externa do Brasil, paradoxalmente, o país se aproximou dos Estados Unidos governado por Donald Trump cujo protecionismo era, inclusive, capaz de prejudicar as exportações brasileiras por conta do protecionismo estadunidense.

Por poucos meses, as duas principais lideranças do bloco, Argentina e Brasil, estiveram alinhadas no propósito de flexibilização do Mercosul, o que significava naquele momento para os dois países, a busca pelo aperfeiçoamento do bloco através da redução das barreiras e diminuição da burocracia. Entretanto, após a saída do ex-presidente Maurício Macri da Argentina e a eleição de Alberto Fernández, o descontentamento com o discurso brasileiro tornou-se motivador de uma série de discordâncias entre Argentina e Brasil. O próprio presidente argentino questionou: "Se os demais membros querem acabar com o Mercosul, que o digam. Se o Brasil quer fazer o que bem entender, para que existe o Mercosul?" (RESENDE, 2020).

Como resultado das discordâncias apresentadas nos parágrafos anteriores, surgiram diversas especulações no ano de 2020 em torno de um possível *Brexit* do Brasil e da Argentina, sucedidas por declarações polêmicas em entrevistas, reuniões e pronunciamentos dos chefes de Estados dos países mencionados. Ainda que as especulações não tenham sido concretizadas, a possibilidade de uma saída de um dos membros efetivos do Mercosul, ainda que permaneça no âmbito do discurso, torna ainda mais frágil a imagem do bloco, ampliando os desafios na busca por uma integração regional efetiva.

Observa-se, portanto, que desde 2016 o *Brexit* dos Estados Partes é sempre anunciado! Havendo como motivação o descontentamento com o posicionamento acerca do tema flexibilização, conferindo ao bloco um cenário de instabilidade e crise política.

Atualmente, a Argentina defende a revisão da TEC para produtos específicos, diferente do Brasil que propõe uma redução para todos os produtos em 20% até o final de 2021. Em negociações recentes em junho de 2021, a Argentina demonstrou-se disposta a apoiar a redução de 10% da tarifa, porém manifestou-se estar aberta às novas negociações de redução de tarifas apenas após 2023. A Argentina, inclusive, apoia em último caso, uma nova etapa no Mercosul em duas velocidades diferentes mantendo parte das normativas que hoje regem a TEC no bloco, porém incorporando paulatinamente novas possibilidades (RESENDE, 2020).

No contexto interno brasileiro, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) também reprova a posição do Brasil no discurso pró-flexibilização por conta de possíveis prejuízos ao setor, afinal o Mercosul é o maior exportador de produtos manufaturados do Brasil, sobretudo para o Paraguai e Uruguai. Dessa forma, a permanência das negociações preferenciais entre os Estados Partes mantém cativa para o Brasil um mercado consumidor de produtos manufaturados que perdeu projeção na última década por conta da reprimarização da pauta de exportação, por causa da ampliação do mercado e *commodities* (OLIVEIRA CRUZ, 2017).

Caso a união aduaneira em vigor no Mercosul seja descontinuada, os produtos manufaturados asiáticos, europeus e norte-americanos serão comercializados com uma tarifa mais baixa, diminuindo a competitividade dos produtos manufaturados fabricados no Brasil e na Argentina. A perda de mercado pode representar também a diminuição dos postos de trabalho no setor da indústria. Poderá representar ainda não só uma perda em termos

econômicos, mas também na influência política, principalmente para a China por conta do potencial de investimento do país.

Atualmente, todos os países respeitam a TEC estabelecida no Mercosul que é em média de 10,2%, e foi estabelecida pela resolução 32, aprovada no ano de 2000 pelos Estados Partes - a mesma que não permite a realização de negociações individuais com terceiros. A TEC estabelece as tarifas de importação cobradas pelos Estados Partes aos terceiros, ela também indica tarifa zero para os membros do Mercosul. Estão de fora apenas as exceções. Se a flexibilização for aprovada como Brasil e Uruguai tem defendido, cada país ficará livre para definir sua própria tarifa. Neste caso, a tendência é que as economias menores reduzam a tarifa mais rápido por terem economias menos complexas, enquanto Argentina e Brasil levariam um tempo maior para adequar as tarifas à nova realidade.

A diminuição da TEC ampliará ainda mais a atuação do mercado chinês no Uruguai e no Paraguai, tornando ainda mais difícil para Argentina e Brasil manter seus produtos competitivos. Mas, o Brasil tem dois aliados, o Paraguai e o Uruguai. Este último iniciou o debate no bloco e atualmente é responsável pela presidência pro-tempore desde 2020. O presidente Luis Alberto Lacalle Pou tem utilizado a oportunidade para fomentar a defesa pró-flexibilização desde que tomou posse do cargo, sendo o momento mais emblemático, o discurso em torno do tema feito na reunião de comemoração dos trinta anos do bloco. Por outro lado, Lacalle Pou também defendeu que os Estados Partes não devem optar por um alinhamento automático com os Estados Unidos ou com a China, sendo esta interpretada como uma das críticas tecidas ao Brasil por conta de seu alinhamento automático com os Estados Unidos (COLETTA, 2021).

No ano de 2021, o presidente pro-tempore do Mercosul, em comunicado conjunto com o Paraguai, afirmou que o Mercosul deve ser “um trampolim” e não uma “armadura” (FOLHA DE SÃO

PAULO, 2021). Defenderam, portanto, que ambos (Paraguai e Uruguai) necessitam de igualdade de condições com os concorrentes.

Na ocasião da reunião de comemoração dos trinta anos do Mercosul, corroborando com a ideia da flexibilização o presidente do Brasil Jair Bolsonaro fez a seguinte afirmação:

> Entendemos que a regra do consenso não pode ser transformada em instrumento de veto ou freio permanente. O princípio da flexibilidade está escrito no próprio tratado de Assunção (capital do Paraguai). O Brasil deseja contar com o apoio dos demais membros do bloco para seguir ampliando a rede de negociações comerciais extra regionais, de modo a contribuir para rápida retomada do crescimento e impulsionar um novo ciclo virtuoso no Mercosul (BOLSONARO, 2020 *apud* SOARES, 2021).

A discussão acerca da flexibilização torna-se ainda mais complexa, pois tem sido realizada no contexto de pandemia. A pandemia do novo coronavírus agravou ainda mais o cenário de instabilidade no Mercosul. Afinal, os Estados Partes apresentaram dificuldades para indicar medidas que pudessem diminuir os efeitos da crise, demonstrando que o bloco não está preparado para enfrentar as mudanças do mundo pós-pandemia. Logo, a falta de capacidade na coordenação macroeconômica para lidar com o problema tornou ainda mais intensa a discussão em torno da flexibilização, sem a indicação de um consenso.

As tensões em torno dessa discussão advêm das disputas de poder político/partidário que tem sido baseada em argumentações rasas, as quais desconsideram o papel que os países possuem no sistema-mundo moderno colonial e como as estruturas forjadas neste

contexto interferem nos desafios para a integração. Historicamente, a falta de construção de um referencial próprio de integração fez com que as pequenas conquistas alcançadas anteriormente não resistissem à onda conservadora na América Latina a partir de 2016. Logo, o velho dilema de mudança dos governos nacionais tem alterado os rumos da integração regional, como resultado da ausência de uma política de Estado que considere o papel das instituições e as articulações escalares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criado em 1991, através da assinatura do Tratado de Assunção por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Mercosul completou trinta anos em março de 2021. O ano comemorativo para o bloco foi ofuscado pelas controvérsias e desentendimentos em torno da flexibilização do mesmo. Na prática, a flexibilização pode significar não só uma diminuição na TEC, mas a possibilidade dos Estados Partes firmarem novos acordos bilaterais com países terceiros sem a anuência dos demais membros do bloco. O debate sobre a flexibilização do Mercosul tem colocado em lados opostos as duas principais lideranças do bloco (Argentina e Brasil), ao mesmo tempo em que está apontando para o enfraquecimento do processo de integração regional iniciado em 1991.

Sob os argumentos de modernização e desburocratização, Brasil, Paraguai e Uruguai com motivações diferentes engajam-se na busca pelo consenso sobre a revisão da TEC. Se o Brasil desde o ano de 2016 pauta-se na possibilidade de atrair novos parceiros com a possibilidade de beneficiar também os demais Estados Partes, após as eleições de Bolsonaro e atuação de Paulo Guedes, o discurso pró-flexibilização tornou-se ainda mais incisivo, retirando o foco da argumentação sobre possíveis rebatimentos positivos para os demais

membro do bloco. Economicamente, os efeitos podem ser devastadores não só para a indústria, mas politicamente fragilizam o papel que o país vinha exercendo no Mercosul. Para Paraguai e Uruguai a motivação do apoio à flexibilização é a busca por novos parceiros comerciais sem que haja necessidade de anuência do Brasil e da Argentina. Com a diminuição da TEC, os produtos importados produzidos na Europa, América do Norte ou Ásia se tornarão ainda mais competitivos frente ao mercado intrabloco.

Recentemente, após a saída de Maurício Macri da presidência da Argentina, o país tem feito oposição à flexibilização no Mercosul. Neste caso, diferente do Brasil, a Argentina tem apoio do empresariado nacional devido ao impacto estimado para o setor industrial.

Nos discursos proferidos pelos representantes de Estado não há nitidez quanto às mudanças estruturais que serão causadas com a flexibilização. A mudança principal será a transição da união aduaneira imperfeita para uma zona de livre comércio que terá fortes impactos no modelo de integração proposto para os Estados Partes.

Percebe-se que os discursos em torno da flexibilização têm causado tensões políticas entre os países, ressaltando as fragilidades do bloco na busca por consensos em torno de sua própria estrutura organizacional, política e burocrática, resultando no atual período de retrocesso do bloco.

REFERÊNCIAS

AGNEW, J. **Geopolítica**: una revisión de la política mundial. Madrid: Trama territorial, 2005.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

BECKER, B. K; EGLER, C. A. G. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CARMO, M. "Bolsonaro presidente: declarações de Paulo Guedes sobre o Mercosul surpreendem membros do bloco". **BBC News Brasil** [30/10/2018]. Disponível em: <https://www.bbc.com>. Acesso em 23/06/2021.

COLETTA, R. D. "Em Cúpula, Lacalle Pou defende Mercosul sem alinhamento com EUA ou China". **Folha de São Paulo** [02/07/2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 25/06/2021.

CASTRO, M. S. P. "30 años del Mercosur: entre las posibilidades y la supervivência". **Nuso**, Abril, 2021. Disponível em: <https://nuso.org>. Acesso em 30/04/2021.

CORONIL, F. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

COSTA, W. M. Crise da integração e tendências geopolíticas na América do Sul. *In*: COSTA, W. M; VASCONCELOS, D. B (orgs). **Geografia e geopolítica da América do Sul**: integrações e conflitos. São Paulo: FFLCH, 2019.

CRUZ, D. A. M. O. **Geopolítica e integração regional**: uma análise dos projetos de infraestrutura de transportes entre Brasil e Paraguai (Tese de doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2017.

CRUZ, D. A. M. O. "O Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL -FOCEM: um debate sobre assimetrias e integração regional". **Geographia**, vol. 21, n.47, 2019.

CRUZ, D. A. M. O. "O pacto federativo brasileiro e o planejamento regional em tempos de crise: estratégias, fragilidades e desafios". **Terra Livre**, vol. 1, n. 54, 2020.

CRUZ, D. A. M. O. "Geopolítica e integração regional na América Latina: permanências, crises e perspectivas". *In*: CRUZ, D. A. M. O (org.). **Geopolítica e Integração Regional na América Latina**. Foz do Iguaçu: CLAEC, 2021.

ESTADÃO CONTEÚDO. "Celso Amorim critica flexibilização do Mercosul". **Portal Eletrônico Infomoney** [05/07/2016]. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br>. Acesso em 23/06/2021.

FIORI, J. L. "A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul". **Revista de economia heterodoxa**, vol. 4, n. 8, 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. "Uruguai e Paraguai querem que Mercosul seja 'trampolim' e não 'armadura'". **Folha de São Paulo** [17/02/2021]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em 23/06/2021.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2011.

HESSEL, R. “Guedes sobre Globalização: ‘Vamos dançar com todo mundo’”. **Correio Brasiliense** [06/11/2020]. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 14/07/2021.

KUME, H; PIANI, G. “Perspectivas da tarifa externa comum”. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Brasília: BNDES, vol. 8, n. 68, 2011.

MARIANO, K. L. P. **Regionalismo na América do Sul**: um novo esquema de análise e a experiência do MERCOSUL. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MIGNOLO, W. D. **La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa editorial, 2007.

MIJARES, V. M.; RAMÍREZ, S. H. “El factor Venezuela en la Crisis del Regionalismo Posthegemónico”. **Portal Eletrônico Academia.edu** [2021]. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso em 12/05/2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Brasília: Civilização Brasiliense, 2006.

QUIJANO, A. “Colonialidade do Poder e Classificação Social”. *In*: SANTOS, B. S; MENEZES, M. P (orgs). **Epistemologias so Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

RESENDE, M. “Argentina recua e quer continuar nas negociações do Mercosul, mas num ritmo diferente de Brasil, Paraguai e Uruguai”. **G1** [01/05/2020]. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em 02/07/2021.

ROCHA, A. I. "Celso Amorim critica flexibilização do Mercosul". **Exame** [04/07/2016]. Disponível em: <https://exame.com>. Acesso em: 21/12/2021.

ROJAS, C. A. A. "Immanuel Wallerstein y La Perspectiva Crítica Del 'Análisis de Los Sistemas-Mundo". **Textos de Economia**, vol. 10, n. 25, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SENHORAS, E; VITTE, C. C. S. "Mercosul, Comunidade Andina e o Regionalismo sob integração física: controvérsias da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional na América do Sul". **Memorias del XI Encontro de Geógrafos de América Latina**. Bogotá: UNAL, 2007.

SERBIN, A. **América Latina y el Caribe frente a um Nuevo Orden Mundial: Poder, globalización y respuestas regionales**. Buenos Aires: Icaria Editorial/Ediciones CRIES, 2018.

SOARES, I. "Bolsonaro prega flexibilização no Mercosul e critica Argentina". **Correio Braziliense** [08/07/2021]. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 14/07/2021.

SOUZA, N. A. "América Latina: as ondas da integração". **OIKOS**, vol. 11, n. 1, 2012.

STOCHERO, T. "Serra diz que não tem intenção de acabar com o Mercosul". **G1 São Paulo** [20/06/2016]. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em 01/07/2021.

VEIGA, P. M; RÍOS, S. P. **O regionalismo pós-liberal na América do Sul**: origens, iniciativas e dilemas. Santiago: Naciones Unidas/División de Comercio Internacional e Integración, 2007.

VITTE, C. C. S. "América Latina: uma integração regional agônica? A institucionalidade da integração regional e alguns de seus principais desafios'. **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 63, n. 2, 2018.

VITTE, C. C. S. "Geopolítica e relações internacionais: as organizações de integração regional na América Latina". **Meridiano – Revista de Geografia**, n. 2, 2013.

WALLERSTEIN, I. "A reestruturação capitalista e o sistema mundial". **Perspectivas**, vol. 20/21, 1997/1998.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno II**. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750. New York: Academic Press, 1974.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Dayana Aparecida Marques de Oliveira Cruz é graduada, mestre e doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. Professora do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Campus de Registro. E-mail para contato: d.dayana@hotmail.com

Edilson Adão Candido da Silva é geógrafo, pesquisador e professor universitário. Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: edilsonadao@gmail.com

Elói Martins Senhoras é economista, cientista político e geógrafo, especialista, mestre, doutor e *post-doc* em Ciências Jurídicas. Pesquisador do *think tank* IOLEs e professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Website: www.eloisenhoras.com. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

Fabiano de Araújo Moreira é graduado em Geografia, bem como mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutorando na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: fabianoamoreira@yahoo.com.br

SOBRE OS AUTORES

João Vitor Lena Sassi é bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba). Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com ênfase em Geografia das Relações Internacionais. E-mail para contato: joaovsassi@gmail.com

Leandro Costa Cuerbas é geógrafo e especialista pós-graduado em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: l234536@dac.unicamp.br

Ricardo Abrate Luigi Junior é graduado em Geografia, bem como em Relações Internacionais. Mestre e doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) em cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*. E-mail para contato: ricardoluigi@id.uff.br

Vinicius Modolo Teixeira é geógrafo e professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em programas de graduação e pós-graduação. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: vinicius.teixeira@unemat.br

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimode 50 laudas. O texto deverá estarobrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2022

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2022